



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

GABRIELA FERRAZ GRANJA

**UM FIM À ESCURIDÃO: FORMALIZAÇÕES E
FICCIONALIZAÇÕES DO MAL E DA GUERRA EM O
SENHOR DOS ANÉIS, DE J. R. R. TOLKIEN**

CAMPINAS

2021

GABRIELA FERRAZ GRANJA

**UM FIM À ESCURIDÃO: FORMALIZAÇÕES E
FICCIONALIZAÇÕES DO MAL E DA GUERRA EM O
SENHOR DOS ANÉIS, DE J. R. R. TOLKIEN**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Teoria e História Literária na área de Teoria e Crítica Literária.

Orientadora: Profa. Dra. Suzi Frankl Sperber

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Gabriela Ferraz Granja e orientada pela Profa. Dra. Suzi Frankl Sperber.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

G766f Granja, Gabriela Ferraz, 1987-
Um fim à escuridão : formalizações e ficcionalizações do mal e da guerra em O Senhor dos Anéis, de J. R. R. Tolkien / Gabriela Ferraz Granja. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Suzi Frankl Sperber.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Tolkien, J. R. R. (John Ronald Reuel), 1892-1973. 2. Guerra e literatura. 3. Mal na literatura. I. Sperber, Suzi Frankl, 1939-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: An end to darkness: formalization and fictionalization of evil and war in J. R. R. Tolkien's The Lord of the Rings

Palavras-chave em inglês:

Tolkien, J. R. R. (John Ronald Reuel), 1892-1973

War and literature

Evil in literature

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária

Titulação: Mestra em Teoria e História Literária

Banca examinadora:

Suzi Frankl Sperber [Orientador]

Alcebíades Diniz Miguel

Mario Luiz Frungillo

Data de defesa: 01-07-2021

Programa de Pós-Graduação: Teoria e História Literária

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-5679-9112>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3636452059843716>



BANCA EXAMINADORA:

Suzi Frankl Sperber

Alcebiades Diniz Miguel

Mario Luiz Frungillo

**IEL/UNICAMP
2021**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Agradecimento

Antes de todos, agradeço à Suzi querida, essa mulher incrível, que nunca desistiu de mim, que sempre acreditou no meu potencial, que pegou minha mão e, pronunciando palavras mágicas, me fez me levantar e pisar resoluta para fora da sombra.

Agradeço à minha família: meus pais, minha irmã e meu irmão, por sempre estarem junto de mim, mesmo quando nem eu mesma estava.

Agradeço às minhas amigas tão amadas: Ana, Nayara e Pilar, que vibraram comigo a cada passo dado, a cada página escrita.

Por fim, agradeço à Vera, minha analista, que me ensinou a salvar a mim mesma quando eu corria perigo.

Nada disso, absolutamente nada, teria sido possível sem elas e sem eles.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Resumo

“*Um fim à escuridão*” é um trabalho que visa a analisar de que maneira o mal e a guerra se formalizaram e se ficcionalizaram na trilogia tolkeniana, *O Senhor dos Anéis*. Primeiramente, há um aprofundamento na questão da intensa e duradoura recepção da obra e, depois, das definições e noções de cultura – canônica, trivial... – que a perpassam. Pensa-se, a seguir, por que a guerra é cenário para Tolkien, a partir de reflexões sobre a pulsão de ficção e a teoria do trauma, bem como para sua narrativa – aqui se fazem três perguntas de pesquisa: i) Por que a guerra na Literatura? ii) Por que a guerra em Tolkien? iii) Porque a guerra em *O Senhor dos Anéis*?. Por fim, a questão do mal e do bem é analisada à luz de alguns personagens – Éowyn, Saruman, Frodo, Sméagol, Gollum, Galadriel, Boromir – e a partir dos aspectos malignos do Um Anel e de seu senhor, Sauron.

Palavras-chave: Tolkien; Guerra; Mal

Abstract

“An end to Darkness” is a dissertation that analyzes how evil and war were formalized and fictionalized in the Tolkenian trilogy, *The Lord of the Rings*. First, there is an amplification of the narrative’s intense and lasting reception, and the definitions and notions of culture – canonical, trivial... – that permeate it. Then, this work ponders why the war is a scenario for Tolkien, based on reflections on the instinct of fiction and the theory of trauma, as well as for his narrative – here, three research questions are asked: i) Why the subject of war in Literature? ii) Why the subject of war in Tolkien? iii) Why the subject of war in *The Lord of the Rings*? Finally, the subject of evil and good is analyzed in the light of some characters – Éowyn, Saruman, Frodo, Sméagol, Gollum, Galadriel, Boromir – and from the evil aspects of both the One Ring and its master Sauron.

Key words: Tolkien; War; Evil

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 – Tolkien, Cultura, Contracultura	16
1.1. Tolkien e a(s) Cultura(s)	16
1.2. Tolkien e a Contracultura	22
Capítulo 2 – Por que a guerra?	37
2.1. Por que a guerra na Literatura?	39
2.2. Por que a guerra em Tolkien?	55
2.3. Por que a guerra em <i>O Senhor dos Anéis</i> ?	62
Capítulo 3 – O mal e o bem	68
3.1. Éowyn, donzela guerreira... ..	74
3.2. A voz de Saruman e a banalidade do mal	86
3.3. Frodo, Sméagol e Gollum: o desejo triangular	97
3.4. A magia do Um Anel	111
Conclusão	121
Referências Bibliográficas	123
Anexo	129

Introdução

Esta dissertação é resultado de um processo no qual é impossível dissociar o acadêmico do pessoal. Herdeira de minha tese de conclusão de curso, carrega consigo expectativas imensas e grandes desafios para sua concretização, por ter se tornado parte significativa de uma dolorosa trajetória de ressignificação do eu e do mundo.

A intenção do projeto de pesquisa era analisar a ficcionalização e a formalização do mal e da guerra na trilogia *O Senhor dos Anéis*, de Tolkien. O tema surgiu de uma aresta da monografia *Anéis que se entrelaçam n'O Senhor dos Anéis*, que discorria sobre a relação entre Tolkien, a pulsão de ficção e o conto maravilhoso.

Houve, então, uma reviravolta no contexto pessoal em que se deu todo o preparo e o processo seletivo para a pesquisa de mestrado: ainda que leitora voraz de Tolkien desde a adolescência e deslumbrada com o início da vida acadêmica, quando finalmente seria possível estudar aquilo que me era caro há anos, deixei de ser quem eu era, e, então, nada mais que eu havia construído me fazia sentido.

No caso específico da relação com a narrativa de Tolkien, passei a não mais vê-la com adoração, mas com um olhar mais maduro, mais crítico. Não me inspiravam mais os episódios relacionáveis aos contos de fadas, a experiência do autor com a guerra, sua intenção de associar o mal a monstros e a cenários macabros, enquanto o bem e a virtude eram claramente atrelados à beleza e a seres de espíritos elevados. Assim como uma série de metáforas e simbolismos que eu levava comigo acerca da vida, a relevância da narrativa se esgotou diante de mim.

A questão passou a ser, então, o que fazer com aquilo que eu tinha em mãos. Para minha surpresa, um eixo maciço – em volta do qual todas as minhas convicções giravam

– estava fora do lugar que sempre ocupara. Inversamente proporcional à intensidade da epifania, aconteceu a reação: o medo, a desesperança, a letargia.

A partir de então, procurei ajuda e fui acolhida. Entre dias bons e ruins, tenho tentado repensar o projeto, a pesquisa, a escrita, a vida e suas nuances. O resultado – dolorido, fragmentado, arrastado por esta autora trans-ferida, em busca de curar suas marcas do passado – entra em foco agora.

Há, no caminho que os estudos sobre Tolkien me têm levado a trilhar, ecos que não se sabe de onde ou por que vêm, mas que estão diante de mim. Em busca disso, existe a pretensão de compreender de modo mais claro em que lugar – dentro da produção narrativa das últimas décadas – está Tolkien.

Convém, então, aprofundar a pesquisa no que se refere ao mal e ao bem, e a como se relacionam a algum nível de iniciação da vida adulta. Mais importante ainda, interessa entender, nomear, delimitar, explicar, em qual lugar a trilogia, constituída como foi – sob as referências da saga, da epopeia, do conto de fadas, da crítica social, da poesia – nos faz, leitores, permanecermos.

Desse questionamento acerca da narrativa, outros advêm: qual é a representação da luta entre o bem e o mal? Essa luta é interna? Externa? É um impulso para que compreendamos, lidemos com nossos conflitos? Ou nos faz divergir deles, delegá-los ao exterior de nós mesmos, lavarmos as mãos para as dificuldades da existência, na medida em que a narrativa resolve tudo? Seríamos, então, colocados no lugar inerte de testemunhas, espectadores, enquanto aquilo que as histórias antigas, a literatura em si, proporciona é o caminhar, a mobilidade, crítica, irrestrita, profunda?

Aqui faço referência à minha experiência própria, como leitora de Tolkien, como pessoa no mundo, nascida e criada dentro da cultura mercadológica e para quem essa cultura foi uma maneira de avançar para algum caminho, em alguma direção, à procura

de respostas. Peço licença para quem me lê e para mim mesma, que, por anos, me impedi de realizar muito do que alimentava minha alma. Portanto, elaboro a recuperação de uma trajetória e torno, a mim, objeto de minhas observações e estudos.

Venho de um mundo muitíssimo distinto daquele que Tolkien propunha que sua Terra-média fosse. Nele, a mídia e o consumo ditavam – e ainda ditam – uma série de comportamentos e pressões sociais. Venho de um círculo familiar pouco instruído, apesar das sabedorias ímpares e natas; de uma experiência escolar provinciana e, em termos, solitária; de um caminho de constantes dificuldades para compreender a mim mesma e àquilo que me cercava, porque simplesmente não havia tantos meios para isso.

Por mais óbvio que possa parecer, a leitura tornou-se, a partir de determinado momento e como foi possível, um despertar para a reflexão do eu e dos arredores, ainda que, naquele mundo e para aqueles que nele viviam, essa prática não fosse muito valiosa. Afinal, o que seria possível de se fazer, conquistar, executar, a partir do ato de ler? Como atingir status social, financeiro, por meio de livros? Do mundo do qual eu venho, isso era muito pouco, quase nada.

Ainda assim, obstinada, persisti, na busca incessante por um suposto nada: os livros passaram a ser o que eu tinha de mais precioso. O desejo de ter minha própria coleção se instaurou tão fortemente em mim que eu passei a acreditar que o Paraíso poderia – e deveria – ser uma espécie de enorme biblioteca. Foi aqui, então, que me deparei com a *Sociedade do Anel*, primeiro volume da trilogia, limpíssimo, cheirando a novo, em uma estante da biblioteca da escola.

Primeiríssimo contato, não foi necessário muito mais do que o texto impresso na contracapa da edição brasileira para potencializar meu interesse:

Numa cidadezinha indolente do Condado, um jovem hobbit é encarregado de uma imensa tarefa. Deve empreender uma perigosa viagem através da Terra-média até

as Fendas da Perdição, e lá destruir o Anel de Poder – a única coisa que impede o domínio maléfico do Senhor do Escuro. (...)

É impossível transmitir ao novo leitor todas as qualidades e o alcance do livro. Alternadamente cômica, singela, épica, monstruosa e diabólica, a narrativa desenvolve-se em meio a inúmeras mudanças de cenários e de personagens, num mundo imaginário absolutamente convincente em seus detalhes. (...) Tolkien criou em O Senhor dos Anéis uma nova mitologia, num mundo inventado que demonstrou possuir um poder de atração atemporal. (Editora Martins Fontes, 2002)

Era um livro longo, a linguagem demonstrou-se desafiadora para minha situação, mas a leitura foi contínua e, claro, prazerosa. Havia, diante de mim, um outro mundo que eu desejava imensamente que fosse o meu próprio. Era uma terra fantástica, belíssima, cujos habitantes eram também belos e bons e corajosos. Era uma terra em que também existia o mal e cuja existência era ameaçada por um ser maligno, derrotado, enfim, pela persistência, pela confiança no bem e nos bons, ainda que os obstáculos fossem inúmeros e imensos.

Como o próprio Tolkien afirma, a existência de tudo que *hobbits*, homens, elfos e anões conhecem está ameaçada por Sauron, que pretende tomar o poder por meio de seus exércitos de monstros *orcs* e do Anel de poder. Assim, Tolkien retira seus protagonistas de suas bolhas de suposta paz (por exemplo, os *hobbits* deixam para trás a vida simples e verdejante do Condado) e os insere no centro do conflito, inicialmente como um grupo cujo objetivo é destruir o Anel, a Sociedade do Anel. Porém, em um segundo momento, ele os separa em grupos menores e, além de lutar contra o avanço da escuridão de Sauron, cada um deles luta contra seus próprios desejos de possuir o Anel maligno para si, descortinando seus conflitos internos. (GRANJA, 2011, p. 58)

Deslocada, fora de um eixo de expectativas outras, mas ainda tentando orbitar em torno dele – afinal, era o que eu conhecia como realidade – passei a adorar a narrativa. Em parte, isso se deu porque, na época, a trilogia me parecia familiar, inconscientemente associada – elaboração realizada anos mais tarde – ao que eu conhecia e adorava dos contos de fadas, de algo da cultura cristã e das histórias lineares do veículo midiático reinante em todos os lares, a televisão.

Por outro lado, o que deslumbrou a jovem provinciana e lhe mostrou uma possibilidade de existência diferente daquela que havia sido possível até então foi aquilo que *O Senhor dos Anéis* trazia escrito: a evidência de que, por mais que eu me sentisse constantemente pequenina, oprimida e deslocada, existiam – em alguma dimensão – meios, instrumentos, seres e companheiros de coração nobre que poderiam me auxiliar na jornada solitária que eu empreendia.

Mais ainda, existia em mim uma noção – bastante ingênua, é verdade – de que a palavra escrita, aquilo que era colocado em papel e tinta, assumia a imensa qualidade de importância última, definitiva, e, então, olhar e entender era necessário. Também contribuiu para a valorização que foi dada por mim à trilogia o fato de que a história foi adaptada, de modo escandalosamente hollywoodiano, para os cinemas. Assistir à *Sociedade do Anel* em tela imensa, no escuro, rodeada de uma poderosa trilha sonora instrumental e vendo, diante de mim, aquilo que estava na palavra escrita – a esperança, amizade, a coragem – tocou fundo minha vontade de discutir, de ler, de escrever sobre a narrativa.

Os anos seguintes me trouxeram essa oportunidade, por meio do ingresso na universidade, na área de estudos da linguagem. Enfim, parecia possível formalmente estudar – e, talvez, compreender – aquilo que me deslumbrava, dentro de um âmbito que me parecia legitimador do valor da obra.

(...) a escolha de Tolkien para este trabalho se deu, em um primeiro momento, devido ao sucesso de sua obra desde sua publicação e também devido ao fascínio que exerceu sobre esta autora, em sua jornada iniciática pelo mundo. Mais do que a beleza da saga épica, dos cenários que Tolkien cria, mais do que a história de reis e heróis que poderiam muito bem ser nossos ascendentes – figuras de um passado muito remoto da nossa própria história – é possível enxergar que Tolkien espera que nós, os milhares de leitores que viajamos pela Terra-média com a Sociedade do Anel, que nos identificamos com cada um dos membros de seu “conto de fadas para adultos”, que nos vemos nos atos de coragem que resistem ao Mal inerente e presente em nós, sejamos *hobbits*. (GRANJA, 2011, p.54-55)

Essa visão ingênua me levou aos questionamentos próprios e alheios sobre o valor da trilogia. Para mim, de modo afetivo, esse valor era óbvio, mas me custava ancorar argumentos que eu desejava definitivos a ponto de convencerem a todos de maneira racional.

Anos depois, em uma situação bastante pessoal, me foi perguntado o que estudar *O Senhor dos Anéis* tinha a ver comigo. A busca pela resposta a essa pergunta durou anos, porque a minha própria existência, meus valores, minhas maneiras de ver o mundo, passaram por mudanças de tamanha profundidade que aquilo que decorreu desse processo foi uma destrutiva paralisia emocional e psíquica.

Ao longo do processo, me foi possível elaborar que a trilogia me encantava pela possibilidade de resolver as dificuldades de maneira quase mágica. De repente, ser uma pessoa no mundo, cuidar de mim mesma, mesmo sem saber como, me colocou diante da compreensão de que eu, pequenina e fraca, não tinha a capacidade de ultrapassar as dificuldades que se apresentaram, da mesma maneira que não me seriam ofertados instrumentos mágicos. Assim, a segurança e a esperança de que tudo fica bem ao final foram soterradas pelo fato de eu me perder em mim mesma. Se eu não sabia quem eu era,

o que eu era, qual era o meu lugar no mundo, eu não tinha importância. Atrelado a mim, menos ainda teria *O Senhor dos Anéis*.

Ainda que afetada por um mal letárgico, paralisante, segui. Consegui, mais ainda, elaborar que tudo isso significava crescer, sair da meninice e entrar no caminho da vida adulta. Então, a narrativa, assim como muito do que eu podia entender, ressignificou-se. As dúvidas ainda existem, por vezes, são sufocantes, mas tenho continuado com o trabalho, com a reflexão sobre Tolkien e sobre a trilogia. O caminho da Terra-média, pedregoso, doloroso, que me deixa feridas e cicatrizes, foi, no fim das contas, para dentro de um novo eu, de um novo mundo, de uma nova história, outra história, que passo a escrever, em que passo a me inscrever.

Capítulo 1 – Tolkien, Cultura, Contracultura

1.1. Tolkien e a(s) Cultura(s)

Na era da tecnologia, da grande indústria midiática, da poderosa cultura do consumo, há um nível significativo de atenção dado à trilogia de Tolkien, composta entre 1937 e 1949. Desde sua publicação, em 1955, na Inglaterra, o sucesso e o alcance de *O Senhor dos Anéis*¹ é curiosamente imenso: a narrativa foi traduzida para 40 línguas, vendeu 160 milhões de cópias e é considerada uma das de maior popularidade no século XX. Ainda hoje, décadas após a publicação, sua presença e sua influência sobre gerações de leitores e sobre a cultura ocidental é impressionante. Aquilo, portanto, que inspira minha inquietação e as tentativas de refletir sobre isso reside justamente no sucesso estrondoso de *O Senhor dos Anéis*, porque, além de haver algo de sedutor e de deslumbrante na narrativa de Tolkien – fenômeno que não deve ser desprezado – há ainda questões sobre a relevância maciça da obra para as hordas de leitores e de admiradores.

Tolkien viveu numa época rica em conflito social e demonstrações constantes das dinâmicas orgânicas do poder. Foi também uma época em que se ansiava pelo “empoderamento” das classes mais desfavorecidas e do indivíduo como herói de uma geração. O período entre as duas Grandes Guerras e a sua continuação, durante a 2ª Guerra Mundial, foi de grande influência na escrita de *Lord of the Rings*, obra que é um reflexo da sociedade conturbada que se vivia naqueles anos. (RAMOS, 2013, p. 147)

É fato, entretanto, que há exemplos vários na história cultural ocidental de obras e de autores que não foram apreciados tão imediatamente e tão intensamente quanto

¹ Importante ressaltar que esta pesquisa trabalha, intencionalmente, com a tradução brasileira da trilogia, concebida, em caráter original e também autoral, por Lenita Maria Rímoli Esteves.

aconteceu com o pacato professor universitário que escrevia, em suas próprias palavras, “histórias de fadas”. Aqui, foi necessário olhar para o contexto de crítica literária, de indústria editorial – e, principalmente, de cultura – o qual delimitou o caminho a que *O Senhor dos Anéis* foi levado, a partir de sua publicação, passando pelas muitas edições e pelas adaptações cinematográficas, até chegar a ser considerado fenômeno cultural, no passado e nos dias de hoje.

A publicação do primeiro volume, *A Sociedade do Anel*, teve tiragem inicial de 3.500 cópias e reedição subsequente, ainda que a crítica tenha se dividido ao avaliar esse primeiro título e os dois que se seguiram, *As Duas Torres* e *O Retorno do Rei*. Naquele momento, Peter Green (*Sunday Times*), J. W. Lambert (*Daily Telegraph*) e Edwin Muir (*Observer*) escamotearam duramente a narrativa, enquanto houve análises positivas e defensoras do valor de Tolkien, advindas de W. H. Auden (*New York Times*), de A. E. Cherryman (*Truth*) e de C. S. Lewis (*Time and Tide*), esta última transcrita a seguir:

This book is like lightning from a clear Sky [...] in the history of Romance itself – a history which stretches back to the Odyssey and beyond – it makes no return but an advance or revolution: the conquest of a new territory (CARPENTER, 2002)

Hugo Filipe Ramos, em *O Panóptico de Sauron: Poder e Vigilância no Senhor dos Anéis de J.R.R. Tolkien*, afirma que

Apesar de muitas críticas sobre a simplicidade, ou mesmo ingenuidade, na representação literária do Bem versus Mal, igual número de críticos encontrou, no Senhor dos Anéis, matéria para pensamento e reflexão crítica, merecedora de comparação com as ideias e teorias de Nietzsche, Heidegger, Levinas, Girard e Foucault (McIntosh, 2012 *apud* RAMOS, 2013, p. 135)

Essa cisão acerca do valor que a narrativa tinha ou não tinha – tem ou não tem – não é um fato realmente impressionante, dado que é da natureza da crítica literária – e da humanidade, me arrisco a afirmar – que haja frequente discordância.

Depois dos anos conturbados da 1ª Guerra Mundial, Tolkien inicia a sua carreira académica em Oxford, no Pembroke College e, mais tarde, no Merton College, onde escreve *The Hobbit* e os primeiros dois volumes do *Senhor dos Anéis*. Decorriam, então, os anos do período pré 2ª Guerra Mundial, uma época que as liberdades individuais não eram especialmente importantes ou tidas em conta e o indivíduo estava desprovido de poder contra um destino cada vez mais controlado pelas forças do Mal (Shippey, 2000, p.ix), fosse, mais tarde, em Auschwitz, Europa de leste, África do Sul (Chance, 2010, p.1), ou em qualquer outra parte do mundo. (RAMOS, 2013, p. 134)

A discussão passa a ser, sim, inquietante, quando o que está ao centro da mesa é a definição de cultura pela qual os críticos se digladiavam e pela qual ainda se digladiam. Acredito ser possível pensar duas arestas a respeito do conceito de cultura, ou melhor, dos conceitos de culturas: uma é o cânone, o *establishment*, a técnica, a perfeição e as regras que se deve procurar alcançar para, então, criar e construir o que se considera valioso, em geral, para um grupo dominante; outra quebra o engessamento da primeira, contesta, experimenta, reage aos padrões e os redefine. Ao pensarmos, por exemplo, na história literária brasileira, é possível observar que os ditos movimentos literários têm algo de reação entre eles: quando uma vanguarda afronta o que até então se considerava cânone, ela toma para si o palco, às vezes torna-se cânone e chega a seu momento de receber afrontas de novas maneiras de pensar e de ver o mundo, de modo que o fenômeno de ação e reação culturais – sociais, políticas, ideológicas, enfim, humanas – se mantenha até a atualidade.

Cultura como regra de um lado, como possibilidade de subversão de outro. Era este o verdadeiro sentido, mesmo que assustador, que lhe dava o dramaturgo nazista Hans Jhost, ao afirmar que quando ouvia a palavra cultura, logo carregava seu revólver, assim como foi este que o banqueiro norte-americano Nelson Rockefeller, parodiando o nazista após a II Guerra, quando afirmou que ao ouvir a palavra cultura logo pegava seu talão de cheques!... Embora profundamente diversos; o nazista e o capitalista, e seus peculiares e específicos modos ideológicos, haviam compreendido bem o significado da palavra cultura. O primeiro em sua truculência contrária à liberdade que a cultura representa; o segundo ao estabelecer com uma sutil graça que tudo passa a ser determinado pelas leis do mercado. (FEIJÓ, 2009, p. 3-4)

Apesar de existir, dentro do pensamento sociológico e filosófico, a noção básica de que cultura se refere àquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação (DOS SANTOS, 1987, p. 21), há esferas menos acadêmicas em que a definição reside no senso comum, quando se considera cultura apenas o que se sabe (não necessariamente percebe-se) que pertence ao cânone. Tomando a experiência de sala de aula como exemplo, isso fica bastante evidente quando, diante da obrigatoriedade de ler e de estudar obras literárias canônicas no Brasil, há grande resistência por parte dos alunos e alunas. Aqui, eles e elas têm a informação (fornecida, em primeira instância, por quem ministra a aula e pelo ambiente escolar como um todo) de que determinada obra é considerada importante, mas não passaram – e muitos nunca chegam a passar – pela experimentação, pela percepção, pela possibilidade de autonomicamente construir e tomar para si os sentidos, as sensações, as reflexões que a leitura pode trazer à tona. Assim, o que faz parte da cultura é ininteligível, passa a ser algo que os exclui, diminui, e que pode ser – e é – usado para oprimir.

A esse respeito, em seus estudos sobre o gênero trivial, Marta Morais da Costa (1997) destaca o pensamento do crítico estadunidense James Atlas, o qual afirma que o público da literatura trivial foi pressionado pela evolução gráfico-cultural-econômica do século XX, devido à expansão do jornalismo popular e à publicação dos ‘romances de armazém’. Entretanto, ela traz à tona uma análise no mínimo interessante e mais clara sobre esse novo processo de formação cultural:

(...) outras características da literatura do nosso século contribuíram para o afastamento do leitor: a descontinuidade e fragmentação, a literatura como meio de registrar estados da alma e a revolução na linguagem colocaram "a literatura [...] além do alcance do leitor comum – em outras palavras, [ela tornou-se] propriedade de uma elite." (DA COSTA, 1997, p. 42-3)

A definição de cultura que advém do senso comum, a qual Roberto da Matta (1986) aponta, é justamente aquela que se prolifera nos momentos históricos importantes para esta pesquisa: a partir dos anos 1950, no pós II Guerra Mundial, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, nascedouros do fenômeno que, em termos, glorificaria Tolkien e *O Senhor dos Anéis*.

(...) usa-se cultura como sinônimo de sofisticação, de sabedoria, de educação no sentido restrito do termo. Quer dizer, quando falamos que “Maria não tem cultura”, e que “João é culto”, estamos nos referindo a um certo estado educacional destas pessoas, querendo indicar com isto sua capacidade de compreender ou organizar certos dados e situações. Cultura aqui é equivalente a volume de leituras, a controle de informações, a títulos universitários e chega até mesmo a ser confundido com inteligência, como se a habilidade para realizar certas operações mentais e lógicas (que definem de fato a inteligência), fosse algo a ser medido ou arbitrado pelo número de livros que uma pessoa leu, as línguas

que pode falar, ou aos quadros e pintores que pode, de memória, enumerar. (...) Neste sentido, cultura é uma palavra usada para classificar as pessoas e, às vezes, grupos sociais, servindo como uma arma discriminatória contra algum sexo, idade (“as gerações mais novas são incultas”), etnia (“os pretos não têm cultura”) ou mesmo sociedades inteiras, quando se diz que “os franceses são cultos e civilizados” em oposição aos americanos que são “ignorantes e grosseiros”. Do mesmo modo é comum ouvirem-se referências à humanidade, cujos valores seguem tradições diferentes e desconhecidas, como a dos índios, como sendo sociedades que estão “na Idade da Pedra” e se encontram em “estágio cultural muito atrasado”. (DA MATTA, 1986)

A qualidade que se considera própria de Tolkien e de sua obra é tomada por diferentes vieses: aquele que a associa à mera cultura de massa, trivial, descartável e superficial; aquele em que a obra é inegavelmente rica em detalhes, conflitos e descrições, com o objetivo de trazer à tona questões humanas importantes; e aquele que fica no meio, no limbo, que exprime que o alcance da obra de Tolkien é assombroso e, portanto, digno de olhares idolatrados. À procura de respostas para essa pergunta acerca da qualidade de Tolkien, parto do último viés: é preciso estudar, cavar, vasculhar, procurar, enfim, buscar o que significa Tolkien para si mesmo, para os críticos, para seus leitores e, por fim, para mim.

1.2. Tolkien e a Contracultura

Em termos de contexto histórico-social, ainda na década de 1950, os EUA, recuperando-se da Crise de 1929, colocam em ação o Plano Marshall, com o objetivo – e a oportunidade – de reerguerem os destroços dos países Aliados, após a barbárie da Segunda Guerra Mundial. Começa, também, a disputa bélica contra a União Soviética e, portanto, a Guerra Fria. Juntamente a esse momento de crescimento, afirmação e reafirmação de uma identidade nacional, de otimismo, a mídia (em seus formatos escrito, auditivo e televisivo) é utilizada para propagantizar o modo de vida estadunidense: *o american way of life*.

Parte significativa da produção cultural e midiática dos Estados Unidos no Século XX ultrapassou suas fronteiras e alcançou o mundo. Televisão, cinema, rádio, revistas e jornais expuseram a imagem daquele país como sendo progressista, igualitário, democrático e forte. Tratar-se-ia de uma sociedade composta por cidadãos sadios, educados, limpos e éticos, que se organizava em núcleos familiares e sociais, e que serviria de modelo para seu próprio povo como para tantos outros que assistiam a filmes ou que acompanhavam a seriados na TV. Um modelo que se validava em importância pelos sinais exteriores de progresso, materializados em objetos de consumo e em atitudes constituídas pelo usufruto das promessas religiosas e democráticas que fundamentaram a nação norte-americana, desde a elaboração de sua Constituição no Século XVIII. (CUNHA, 2017)

A reação a essa nova configuração veio justamente como frutos dele, os filhos da classe média estadunidense, na década de 1960:

O crescimento econômico permitiu o surgimento de uma nova, e ampliada, classe média nas áreas metropolitanas, e não apenas nos países desenvolvidos. São os filhos dessa nova classe média, (...) que vão formar o “exército”, em que pese a ironia, dos batalhões do flower power. Formados pela televisão, tiveram acesso a uma informação mais variada e escolaridade ampliada, inclusive com o fim da separação entre sexos nas escolas tanto no ensino médio quanto no universitário. Com mais tempo, mais informação e mais dinheiro, passaram não só a consumir quanto a questionar a sociedade de consumo. (FEIJÓ, 2009, p. 4)

Eram jovens já nascidos e criados dentro daquela sociedade midiática, com acesso a informações, ao mundo universitário, aos bens de consumo. A geração *baby-boom*, como ficou conhecida, foram justamente aqueles que passaram a criticar o modelo de vida estadunidense, “(...) a geração dos que nasceram e se formaram no contexto da Guerra Fria, da aventura espacial, da revolução científica e tecnológica, da emergência do rock, da revolução sexual, da luta pelos direitos civis, e que puderam testemunhar, ou até participar ativamente, de transformações importantíssimas, que até hoje assustam conservadores de vários tons e ideologias.” (FEIJÓ, 2009, p. 1).

Os chamados “anos 1960” são em geral lembrados como um período de grandes mudanças culturais e de comportamento, e de manifestações estudantis e políticas nas quais os jovens ocuparam o papel de protagonistas em busca de liberdades nas mais variadas frentes: liberdade de expressão, igualdade de gênero e raça, pacifismo, liberação sexual, ecologia e antiautoritaríssimos diversos estavam na ordem do dia. De fato, a revolta estudantil dos anos 1967-68 se deu em vários países, de naturezas distintas: iniciando nos Estados Unidos, espalhou-se por países ocidentais, depois aos comunistas, como a Polônia, chegando ao Oriente Médio e à América Latina, para terminar no México, às vésperas das Olimpíadas. Nesse período, sem precedentes na história, os Estados enfrentaram a tiros os

filhos das classes dominantes e médias, reprimindo as futuras elites como o teriam feito em ocasiões outras a operários. (ILARI, 2017, p. 1)

Assim, diante da cultura instaurada, surgem os movimentos que reagem ao senso-comum, às regras sociais, às demandas dos papéis de gênero e de comportamento. Surge o que seria conhecido posteriormente como o fenômeno da Contracultura, “contra a cultura dominante, a favor de uma nova cultura, em todos os níveis, uma cultura alternativa.” (FEIJÓ, 2009, p. 4-5)

A contracultura é, neste sentido básico, uma criação norte-americana, considera-se parte de um sonho americano, e influenciou jovens no mundo todo, inclusive no mundo comunista, apesar das restrições de informações. Um ato de rebeldia contra as normas vigentes em todos os níveis: intelectuais, morais e estéticos. Uma revolução cultural mais do que política, apesar das grandes consequências políticas. (FEIJÓ, 2009, p. 4-5)

Aqui é preciso retomar a diferenciação que Martim Cezar Feijó (2009) faz a respeito dos conceitos de cultura: o primeiro seria a ideologia da classe média, das elites, de onde deriva uma série de opressões a respeito da vida; enquanto o segundo seria a ideologia da contracultura, em busca de um mundo diferente daquele que a geração de seus pais havia construído.

Além das (...) manifestações do período pela liberdade de expressão, pelos direitos das mulheres e negros, pela liberação sexual, pelo movimento pacifista e antiguerra, pela defesa da ecologia e o combate a autoritarismos de todos os tipos, a contracultura abarcava também (...) a formação de comunidades alternativas nas quais comunidades hippies passariam a se formar, longe dos grandes centros urbanos, em busca de uma vida livre e comunitária integrada à natureza,

independente e longe dos grilhões da civilização e do “sistema”. (ILARI, 2017, p. 1-2)

Inserido nesse modo de pensar e de ver o mundo, *O Senhor dos Anéis* foi tomado por esses jovens como uma espécie de manifesto contra tudo o que combatiam e a favor de tudo o que defendiam. Por que isso aconteceu? Observo que Tolkien lida, em sua narrativa de alta fantasia, com uma série de conceitos e motivos com os quais o jovem leitor facilmente se identifica, como referências ao conto maravilhoso, à epopeia clássica e à saga medieval, além de ressignificações bíblicas. Ademais, há, na trilogia, conceitos opostos, indissociáveis, extremamente arraigados e inesgotáveis na literatura e na cultura mundial: o bem e o mal, a paz e a guerra, a beleza e o horror.

O bem, a paz, beleza vêm ressignificados em uma série de personagens líricos, como os hobbits (em sua vida simples, bucólica e prazerosa, simbolizada pelo próprio lugar que habitam, o Condado); os elfos (seres belos e mágicos); os guerreiros renegados e a princesa guerreira (de longa linhagem nobre, dispostos a luta e a morrer por justiça e por liberdade); os magos (possuidores de magia, buscando sempre estabelecer o equilíbrio natural da existência); os ents (protetores das florestas, cujas formas físicas assemelham-se a árvores). Ao trazer para a narrativa todos esses tipos de personagens e de arquétipos simbolizados por eles, Tolkien traz, também, uma ideologia utópica: a de uma sociedade respeitosa, pacífica e livre do mal, mas que precisa ser conquistada por meio de uma guerra inevitável.

Tolkien respondeu dando voz aos despojados e isso traduziu-se numa calorosa adesão popular no final da década de 50 e década de 60, anos em que se vivia em plena Guerra Fria e um crescente receio, (...) existindo uma também crescente necessidade social de abstração das tensões políticas e militares. Uma clara alusão aos tempos vividos neste período e aos valores oferecidos pelo Senhor dos Anéis

pode ser apreciada numa das mais populares manifestações culturais da época: o graffiti. “God is dead” e “Frodo lives” eram graffiti muito vistos pelas ruas norte-americanas e também europeias. De facto, pelos finais da Guerra da Coreia e inícios da Guerra do Vietname, o governo norte-americano era simbolicamente visto como um “Dark Lord”, pretendendo completo domínio sobre países mais pequenos e de pouco interesse para os americanos e a submissão das crenças e dos direitos individuais dos seus próprios cidadãos, na procura de mais soldados para combater em outros países. (RAMOS, 2013, p. 134)

Essa vida – a qual a ideologia da contracultura buscava – era julgada, pela cultura instaurada, como um mundo cunhado na esfera da fantasia, da ilusão, pejorativamente, da utopia. De fato, os indivíduos constituintes dessa geração assumiam que suas ações e desejos eram utópicos, mas no sentido de “utopia aqui entendido em seu sentido original, de u-topos, de não-lugar, o lugar não existente, a ser construído pela vontade histórica.” (FEIJÓ, 2009, p. 2-3)

Tolkien idealizou no mundo secundário, não só uma visão da Inglaterra pastoral do início do século XX, como também uma “realidade utópica” onde os seus instintos de infância residiam e resistiam à realidade conturbada dos tempos em que vivia, realidade utópica essa à qual, independentemente da geração ou país, todos nós gostaríamos de pertencer. (RAMOS, 2013, p. 135)

Dessa forma, há descrições específicas da Terra-média de Tolkien (um mundo dúbio, que se configura entre o real e o irreal, absolutamente intrincado à existência de seus personagens, alguns representantes do bem, outros, do mal) que poderiam – e puderam – configurar-se como o não-lugar, com “a invenção e projeção utópica de uma outra sociedade possível, mais comunitária e libertária.” (ILARI, 2017, p. 1)

É o caso do Condado, vilarejo em que vivem os hobbits, nas palavras do próprio Tolkien e na análise de Ramos (2013):

(...) um povo discreto mas muito antigo, mais numeroso outrora do que é hoje em dia. Amam a paz e a tranquilidade e uma boa terra lavrada: uma região campestre bem-organizada e bem cultivada era seu refúgio favorito. Hoje, como no passado, não conseguem entender ou gostar de máquinas mais complicadas que um fole de forja, um moinho de água ou um tear manual, embora sejam habilidosos com ferramentas. Mesmo nos tempos antigos, eles geralmente se sentiam intimidados pelas ‘Pessoas Grandes’, que é como nos chamam, e atualmente nos evitam com pavor e estão se tornando difíceis de encontrar. (TOLKIEN, 2002a, p. 1)

(...) o utópico Shire [é] a zona pastoral, bucólica e calma, na qual a livre expressão e a livre vontade coexistem e onde todos gostaríamos de procurar refúgio. [Tolkien] Criou todo um continente onde a luta constante entre o Bem e o Mal se articula com as dinâmicas de poder e conceitos como corrupção, controle, confiança, subjugação, guerra, dominância, conhecimento e vigilância, reflexo do mundo primário em que vivia. (RAMOS, 2013, p. 135)

Além do Condado, encontramos na descrição de Valfenda, uma das cidades dos elfos, o lugar utópico de paz e bem.

Frodo estava a salvo, na Última Casa Amiga a Leste do Mar. Essa casa era, como Bilbo tinha dito muitas vezes, ‘uma casa perfeita, para quem gosta de comer ou dormir, de contar histórias ou de cantar, ou apenas de se sentar e pensar nas coisas, ou ainda para quem gosta de uma mistura agradável de tudo isso’. A simples estada ali representava uma cura para o cansaço, o medo ou a tristeza. (TOLKIEN, 2002a, p. 311)

Nas palavras do mago Gandalf:

- (...) Na verdade, existe um poder em Valfenda capaz de resistir à força de Mordor, por um tempo: e em outros lugares ainda moram outros poderes. Existe poder, também, de um outro tipo no Condado. Mas todos esses lugares logo vão se transformar em ilhas sob um cerco, se as coisas continuarem a se encaminhar desse modo. O Senhor do Escuro está lançando toda sua força. (TOLKIEN 2002a, p. 308)

Da mesma maneira, os jovens da Contracultura, partindo de uma explosão cultural que procura se insurgir contra “uma sociedade agora percebida como recalcada e opressiva” (ILARI, 2017, p. 1), deparam-se com uma narrativa que descreve um mundo bastante próximo ao que acreditam ser aquele construído por seus pais: o mundo da guerra, das injustiças, do medo, do mal. Seria o mundo que Sauron, o Grande, o Senhor do Escuro – aquele que é realmente o Senhor dos Anéis – deseja construir: a Terra de Mordor onde as Sombras se deitam.

Sauron é a representação simbólica do Mal. Todos os males do mundo primário, contemporâneos de Tolkien (...) são concentrados neste personagem. Sauron foge ao julgamento dos deuses, depois do seu comandante, e ele próprio, perderem a “Grande Batalha”. O poder foi-lhe atribuído por Morgoth quando o tornou seu servo e comandante, atribuindo-lhe poderes mágicos de feiticeiro do mal.

No entanto, Sauron, por volta do ano 500 da Segunda Era, começa a reavivar-se e, por volta do ano 1000 da mesma Era, escolhe Mordor para sua fortaleza, dando início à construção da Torre de Barad-dûr, onde viria a colocar o mais ilustrativo símbolo do panóptico de Bentham e Foucault (Foucault, 1979, pp.195-228 e Ramos, (in press)) e, para Tolkien, a peça central do poder na Terra Média: “the great Eye” ou o Olho de Sauron. (RAMOS, 2013, p. 135)

Assim, o fenômeno editorial e cultural que se tornou *O Senhor dos Anéis* estoura justamente quando é acolhido – escolhido – por jovens estadunidenses e, posteriormente,

européus, os quais se engajaram no movimento contracultural que se desenrolava na década de 1960.

Tal como Foucault, Tolkien questionou a racionalidade da sua época através das ciências humanas. Foucault incidiu sobre as matrizes da prisão, dos hospitais e dos asilos numa época em que a sociedade estava revoltada com as instituições e Tolkien “ficcionalizou” estas matrizes criando Sauron, os seus seguidores, a região negra de Mordor e as tecnologias de vigilância.

Também de uma forma comum, Tolkien e Foucault, cada um com as suas “armas”, mostraram a sua objecção à introdução de tecnologias de imposição de poder sobre a sociedade. (RAMOS, 2013, p. 148)

De maneira curiosa, as pistas para essa afirmação se encontram nas ações de uma nova sociedade – aquela que conhecemos como massificada, mercadológica – que vai se formar a partir desse movimento e desses valores outros. Esse é o momento em que há aumento significativo de vendas e de alcance da obra de Tolkien dentro das mais importantes universidades estadunidenses: Yale e Harvard, “sítios de onde saíam grande parte das manifestações contraculturais da década de 60”. (Carpenter, 2002)

Carpenter ainda aponta, em sua biografia tolkieniana, que “At the end of 1966 a newspaper reported: ‘At Yale the trilogy is selling faster than William Golding’s ‘Lord of the Flies’ at its crest. At Harvard it is outpacing J. D. Salinger’s ‘The Catcher in the Rye’”.

É na década de 60 que a figura de Tolkien volta a aparecer de forma notável. Se num primeiro momento sua obra permanecera como sucesso de vendas cuja recepção intelectual se restringia a críticos de periódicos – à exceção de Auden, um escritor reconhecido acadêmica e intelectualmente – na década seguinte ao

surgimento da trilogia Tolkien será consagrado como um fenômeno político na contracultura anglo-americana. (RACY, 2014, p. 83)

Também consequência do alcance que Tolkien passa a ter, neste momento, sobre as vidas e atitudes daqueles que reconhecem sua narrativa como valiosa, é a formação das Sociedades Tolkenianas, que agrupavam e agrupam admiradores das obras e da vida do autor. Formavam, portanto, toda uma multidão com grande organização e capacidade para divulgá-lo e para defendê-lo quando preciso.

A pressão feita por grupos como a Tolkien Society e os leitores americanos em geral era indício das proporções que a obra de Tolkien começava a adquirir na cultura popular da época. Com a publicidade e o envolvimento dos leitores (...), aliados à marca de um milhão de exemplares vendidos, certo culto começou a se criar sobre o autor (...) (RACY, 2014, p. 84)

Por exemplo, a página de apresentação da Tolkien Society inglesa afirma-se como

(...) an educational charity, literary society, and international fan club, devoted to promoting the life and works of J.R.R. Tolkien. Registering in England (charity no. 273809), the Society was founded in 1969 and received the blessing of Tolkien himself when he agreed to become the Society's president; he remains the Society's president to this day whilst his daughter, Priscilla, serves as our Vice-President. Although based in the U.K., the Society has hundreds of members in dozens of countries around the world who hold local events in their areas and who all receive the Society's journals *Amon Hen* and *Mallorn*. What binds all members together is a shared passion for the works of J.R.R. Tolkien.²

² Retirado de <https://www.tolkiensociety.org/society/>. Acesso: janeiro de 2019.

A obra de Tolkien passa, então, a exercer o papel de bem simbólico para a geração da Contracultura: apreciar uma narrativa que trazia motivos e referências com os quais era fácil e deleitoso familiarizar-se, mas, concomitantemente, que eram contrários ao que predominava, foi uma das várias maneiras que o movimento encontrou para provar seus pontos e para defender suas premissas contra o mundo com o qual não concordavam. Michael Hall (2005) “diz que Tolkien parecia prover aos jovens da década de 60 algo de novo que eles esperavam para sair da ‘[utter boredom and gray]’ da década de 50. (...) Tolkien parecia atraente por ser qualificado por muitos adultos como ‘porcaria’ (*rubbish*), oferecendo a partícula de rebeldia contra os pais que os jovens esperavam.” (RACY, 2014, p. 85)

A tendência que os críticos de Tolkien tiveram de tentar legitimar Tolkien a partir do que seus maus críticos o acusaram só legitimou a dominação e não legitimação da obra do autor dentro do campo literário. Por outro lado, a tentativa de se apropriar daquilo em que ela parece “vulgar” – ou seja, a literatura de fantasia de Tolkien frente à literatura séria do *establishment* de sua época – a partir das críticas de Auden, principalmente, e Lewis, fez com que a obra de Tolkien não afirmasse seu status “popular” e “vulgar”, mas, ao contrário, elevasse sua posição mostrando como a obra é repleta de elementos exigidos para a legitimação. (RACY, 2014, p. 93)

Passadas algumas décadas, os ideais da Contracultura tenderam a um fim semelhante a tudo o que traz para si holofotes muito brilhantes: a monetarização. A música, o cinema, o teatro, o estilo de vida, a moda, os discursos – contra o machismo, contra o racismo, contra a homofobia – da juventude que fervilhou mudanças e pressionou o mundo contra a guerra, o horror, o ódio; enfim, todos esses bens simbólicos de uma geração passaram a ser produtos de consumo.

Criou-se, a partir de então, um mercado altamente lucrativo, que produz, sempre em ritmo acelerado, bens materiais e abstratos que, por meio de estratégias sutis e ardilosas de convencimento, incentivavam e ainda incentivam o encantamento das gerações mais jovens pela contracultura e por aquilo que decorreu e decorre dela.

A ficção de Tolkien tornou-se assim num fenómeno cultural, cativando gerações de leitores em todo o mundo, sendo alvo de adaptações cinematográficas e inspirando gerações de adeptos de jogos de aventura para computador, que se identificam no papel do aventureiro, tal como no mundo secundário criado por Tolkien. (RAMOS, 2013, p. 132)

Antes bem simbólico, a obra de Tolkien também foi sugada pelo vórtice da cultura de mercado. É quase absurdo o número de produtos de consumo que derivam da narrativa, principalmente após o início dos anos 2000, quando a trilogia foi adaptada para o cinema em três longas-metragens, de orçamentos e bilheterias – ou seja, de índices lucrativos – que também beiraram o absurdo. Portanto, passou a ser impossível, a quem vê um pouco mais de longe, dissociar *O Senhor dos Anéis*, e o próprio Tolkien, da literatura trivial e, assim, é automático encaixá-lo de maneira automática na cultura que transmuta a contracultura.

Da Costa (1997) discute a existência e a produção do gênero trivial, associando-o, sempre, à cultura e à sociedade de consumo:

Considerando (...) a pressão exercida pela comunidade e pelos meios de comunicação no que respeita à reprodução e divulgação de textos para a massa, podemos entender como o leitor se torna uma presa fácil das armadilhas do consumo, pois, como afirma Muniz Sodré: "A literatura de massa não tem nenhum suporte escolar ou acadêmico: seus estímulos de produção e consumo

partem do jogo econômico da oferta e procura, isto é, do próprio mercado." (DA COSTA, 1997, p. 41)

Há, em suas reflexões, foco específico nas escolhas literárias de caráter didático, dentro das escolas. Assim, ela aborda a trivialização tanto como uma “exploração cultural [a qual] consistirá na reedição de velhas fórmulas de sucesso: o fantástico, o folclore, a novela de aventuras, as histórias policiais e de ficção científica (...)” (DA COSTA, 1997) quanto dentro da esfera do psicológico, como preenchimento das lacunas e vazios, algo que a sociedade – de massa, de mercado, de consumo, de aparências, de superficialidades e de linearidades – cava nas existências humanas.

Como afirma Alfredo Bosi a respeito dos componentes da chamada indústria cultural: “Os processos psicológicos envolvidos nesses programas são, em geral, os de apelo imediato: sentimentalismo, agressividade, erotismo, medo, fetichismo, curiosidade. [...] Há uma dosagem de realismo e conservadorismo que, ao mesmo tempo, excita o desejo de ver, mexe com as emoções primárias e as aplaca no *happy end*”. (DA COSTA, 1997, p. 44)

Em *Ficção e Razão – Uma retomada das formas simples*, Suzi Sperber tece também a discussão sobre a trivialidade, neste caso, associada aos contos de fadas originais e aos politicamente corretos – transmutados, (ab)usados pela cultura mercadológica:

Há quem ache que o conto de fadas se confunde com a literatura trivial. Um provém da oralidade. O outro é fenômeno da escrita na era da reprodutibilidade, dinamizada por máquinas velozes e por uma indústria editorial que visa, na comercialização, não mais fenômenos de memorização em seu leitor, não mais iniciações e transformações, mas antes uma identificação superficial que funciona como passatempo – cuja função é suspender a elaboração de conflitos internos.

Um é produtivo e dinâmico. O outro é conservador e imobilista. O maniqueísmo do *Kitsch* (literatura trivial) implica dividir o mundo entre bons e maus. Bem e Mal são, na literatura trivial, traços externos, apêndices das personagens e correspondem a características institucionalmente aceitas como boas e más. Bem e Mal, nesse sentido, estão a serviço de um contexto político-social determinado e nada têm a ver com tensões, amor, ódio, ciúme, características psicológicas tematizadas nos contos de fadas. (SPERBER, 2009, p. 236)

Complemento a discussão ao trazer à tona minha própria pesquisa monográfica – *Anéis que se entrelaçam n' O Senhor dos Anéis, de J.R.R. Tolkien: a biografia do autor, as Guerras Mundiais, a Figura do Narrador, Influências e Motivos da Ficção Maravilhosa* – na qual observei a proximidade entre Tolkien e o conto de fadas, descrito e analisado por Valdimir Propp (2002) em *As raízes históricas do conto maravilhoso*.

Nesse trabalho, minha intenção era associar personagens e episódios a simbologias que encontramos nas análises dos contos de fadas originais: Frodo como o herói portador do objeto maligno, quem deve destruí-lo; Gandalf, o mago, xamã; Galadriel, rainha dos elfos, que ocupa o limiar entre dois mundos e que se configura como possível ressignificação da Baba-Yagá, impositora da tarefa e doadora de recursos auxiliares; Éowyn, a princesa guerreira; os episódios A Sociedade do Anel, quando a figura do herói é dividida em vários personagens; O Espelho de Galadriel, em que se observa a tentação que o objeto maligno oferece; A Ponte de Khazad-dûm, a travessia da ponte entre dois mundos, guardada pelo dragão; A Princesa Guerreira e o Espectro do Anel, em que somos apresentados à *bogatir* que vai à guerra. (GRANJA, 2013, p. 25-26)

À época, havia a intenção de provar que o valor de Tolkien residia nas antigas histórias, porque “his themes — power, choice, nature, technology, loyalty, loss, and redemption — are not the concerns of one time and place. They resonate in all times and all places” (DROUT, 2007, p.15 *apud* RAMOS, 2013, p. 134).

Da Costa (1997) observa isso ao abordar que o posicionamento radical acerca da literatura trivial “desconsidera, contudo, a necessidade de conviverem o dionisíaco e o apolíneo, o inconsciente coletivo e o individual. Não exerceria a trivialização uma importante função catártica, em qualquer fase da vida? Há momentos em que o leitor deseja simplesmente o aconchego da redundância, o ócio do já-conhecido, o mergulho nas águas da mesmice. Minutos de alienação completam as horas da "conscientização e da superação". Como para um atleta, o relaxamento faz parte indissociável de qualquer treinamento. Como também é verdade que nenhum atleta se sai bem se continuar relaxando infundavelmente.” (DA COSTA, 1997, p. 42-3)

Misturando uma acolhida calorosa por parte do gosto popular a uma crítica ambígua, dividida entre o acolhimento e a repulsa, a defesa sentimental e o ataque racional, a obra de Tolkien adquiriu um valor único, cortado pela tentativa de outorgar ao autor valor canônico ou de mantê-lo como fenômeno massivo, algo que se fortaleceu ao longo dos anos, com a criação dos clubes de fãs. (RACY, 2014, p. 90)

Hoje, sob um olhar mais maduro para a vida e para a própria narrativa, compreendendo realmente que o existir humano não se configura exatamente dentro de antíteses, mas, sim, de paradoxos; compreendendo que há espaços de mescla, de nebulosidade, que nem tudo se aplica ao “sim” ou ao “não”, que vida é muito mais “e” do que “ou”, me é possível responder melhor à pergunta de pesquisa e às hipóteses em torno das quais orbito já há uma década: afinal, qual é o lugar a que Tolkien pertence? É, de um extremo, a literatura canônica? É, de outro, a literatura trivial?

Consigo, hoje, pensar que não são essas as únicas respostas possíveis: Tolkien se encontra no meio, numa zona indistinta, apesar de muito claramente reconhecível. Meu posicionamento é de que há a intenção de produzir “literatura de qualidade”, baseada nos

gêneros e nos motivos ancestrais e nobres. Ademais, existe, também, uma execução que termina por fomentar reflexões fervilhadas por esses gêneros e motivos, reflexões estas que nos colocam em um estado contemplativo, pensativo, a respeito do que a narrativa em si quer dizer. A movimentação que Tolkien cria em seus leitores é aquela que foi fomentada em mim, quando das minhas primeiras leituras do autor: ficou para mim não o mero gosto da aventura, mas a reflexão sobre o que a obra queria dizer por meio dos temas que levanta: amizade e companheirismo, dificuldades e desafios, magia e realidade, perigos e salvaçãoes, alegrias e melancolias.

O caminho que trilho pela Terra-média me parece ter chegado aos seus meados, a um lugar que me parece, até agora, desafiadoramente difícil de transpor, e, talvez, justamente por isso, lhe pertence uma horda de admiradores e, também, a minha própria admiração.

(...) os contos de fadas afirmam a vida, encaminhando o ouvinte ou leitor para a superação de suas dificuldades e ampliação de horizontes. O conto de fadas matiza os temores, apresentando-os como meras dificuldades (portanto sem a conotação negativa do medo imobilizador). E as dificuldades correspondem a aspectos internos e não externos. O conto de fadas tem função libertadora. Enquanto representante de Eros, da pulsão de vida, repõe sempre a esperança. Eros e a aprendizagem da palavra de potência constituem, juntos, os objetos mágicos que salvaguardam a vida. (SPERBER, 2009, p. 245)

Capítulo 2 – Por que a guerra?

Os tempos mais nefastos na vida de uma pessoa, ou de uma nação, costumam deixar marcas mais profundas e duradouras do que as fases de bonança. Essas marcas não devem ser vistas apenas como cicatrizes, como vestígios do que preferiríamos esquecer: podem servir para buscar e encontrar respostas às perguntas mais cruciantes que possamos formular, soluções para os problemas que esses mesmos momentos nefastos vieram a criar. (Suzi Frankl Sperber)

“Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”, pergunta Einstein a Freud, em 1932, em carta de Potsdam a Viena, enquanto a Europa ainda sofria as consequências da Primeira Guerra Mundial e se encontrava às vésperas da Segunda. No interessantíssimo *Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra?*, temos a oportunidade de ler cartas trocadas entre esses homens da ciência, cujo tema social é dado pelo primeiro deles e acompanha a pergunta do título do livro: Por que a guerra?

Aqui, eu me intrometo no diálogo e faço minhas próprias perguntas:

1. Por que a guerra na Literatura?
2. Por que a guerra em Tolkien?
3. Por que a guerra em *O Senhor dos Anéis*?

Einstein escreve sua carta apontando que

(...) o objetivo habitual de meu pensamento não permite uma compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. (FREUD, 1974, p. 22)

E, portanto, espera que Freud

(...) proporcione a elucidação do problema mediante o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem. (FREUD, 1974, p. 22)

O físico, ainda, procura conjecturar uma maneira de resolver a questão da ameaça da guerra sobre a humanidade, pois acredita na

instituição de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações (FREUD, 1974, p. 22).

Ainda Para ele, a

(...) busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, à sua liberdade de ação, ou seja, à sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança. (FREUD, 1974, p. 23)

Disso, surge para Einstein uma nova questão: de que maneira os mecanismos de guerra despertam tamanho fascínio nos homens? Haveria, então, uma resposta única: o fato de que encerramos, dentro de nós, o desejo de ódio e de destruição, desejo este que vem à tona apenas em situações de anormalidade, mas cuja latência pode desencadear uma neurose coletiva. (FREUD, 1974, p. 23-24)

Com isso, chegamos à nossa última questão. É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade? (FREUD, 1974, p. 25)

Eu me atrevo a conjecturar sobre o assunto: seria essa latência aquilo que Freud chama de pulsão de morte? E, se a pulsão de morte vem sempre atrelada à pulsão de vida, seriam o bem e o mal inerentes à humanidade e, portanto, um existiria apenas com a existência do outro?

Este capítulo ocupa-se de tecer tentativas de responder às minhas perguntas:

2.1. Por que a guerra na Literatura?

O olhar pacifista diante da guerra espelha o horror. Como o conflito bélico – especialmente da maneira que o conhecemos hoje – carrega consigo um imenso potencial de morte, congrega com mais vigor toda uma série de sentimentos, emoções e conflitos que nenhuma outra situação gera com a mesma grandiosidade e violência: a guerra conturba os espíritos e revela sentimentos que em outras circunstâncias não seriam revelados.

Particularmente, falo da guerra mundial do século XX, evento até então inédito na história, na medida em que se configurou como guerra total e generalizada, envolvendo todas as grandes potências do mundo, envolvendo uma quantidade imensa de pessoas do mundo, se arrastando por 31 anos. Não mais estávamos diante de conflitos que tinham hora e lugar para começar, que se delimitavam a campos de batalha, que poupavam os civis, como acontecia antes de 1914. Aliás, Hobsbaum (1995), que caracteriza esse período como a “era do massacre” e o estende até 1945, afirma que “‘Paz’ significava ‘antes de 1914’: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome.”

Essa era a “Frente Ocidental”, que se tornou uma máquina de massacre provavelmente sem precedentes na história da guerra. Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como – e com – ratos e piolhos. [...] Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia [...] “amaciavam” o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levadas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado, para a “terra de ninguém”, um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre

as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria.
(HOBSBAWM, 1995, p. 33)

Houve, ainda, outros conflitos violentos e dignos de menção após a guerra mundial. É o caso da Guerra do Vietnã, da Guerra Civil iugoslava, do massacre entre hutus e tutsis em Ruanda, todos exemplos e herdeiros do que se configurou como a guerra total.

Afirmam Elcio Cornelsen e Tom Burns, na apresentação da coletânea *Literatura e guerra*, que aquilo que relaciona literatura e guerra é tão antigo quanto a própria humanidade (2010, p. 10). Essa afirmação é verdadeira quando pensamos os grandes poemas épicos da antiguidade grega, *Ilíada* e *Odisseia*, ambos historicamente considerados as primeiras obras da literatura ocidental e que abordam a Guerra de Troia. São textos que trazem uma narração no início oral, mas artística, não sabemos como gerada, mas sabemos ser obra tão cuidadosa e tão especial que não foi esquecida: *vazou* por escrito e chegou a nós.

Em *A guerra – mais que um tema para a literatura*, Regina Zilberman (2015) traz a fala de Fredric Jameson (2009), o qual “observa que a guerra, quando encarada na qualidade de realidade coletiva, excede a representação: “War is one among such collective realities, which exceed representation” (JAMESON, 2009, p. 4 *apud* ZILBERMAN, 2015). No entanto, poucos temas aparecem tão frequentemente ao menos na literatura ocidental (...)”. Trazemos como exemplo os parágrafos finais de *A montanha mágica*, de Thomas Mann (1952):

Onde estamos? Que é isso? Aonde nos levou o sonho? Crepúsculo, chuva e barro, rubros clarões de fogo no céu turvo que sem cessar estruge atroadoramente; os úmidos ares invadidos e dilacerados por silvos agudos, por uivos raivosos que avançam como o cão dos infernos e terminam a sua órbita, entre estilhaços, jatos

de terra, detonações e labaredas, por gemidos e por gritos, por clarinadas estridentes e pelo rufar de tambores, clamando depressa, cada vez mais depressa... Ali há um bosque do qual brotam enxames incolores, correndo, caindo, pulando. Acolá se estende uma cadeia de colinas diante do longínquo incêndio, cujas brasas às vezes se condensam em chamas flutuantes. Ao nosso redor espriam-se campos aráveis, ondulados, encharcados, revolvidos. Uma estrada rústica, barrenta, coberta de ramos quebrados alonga-se paralela ao bosque. Um atalho, sulcado e alagadiço, desvia-se dela e conduz em vasta curva rumo às colinas. Troncos de árvores erguem-se, nus e desganhados, na chuva fria... Aí se vê um poste indicador. Não vale a pena consultá-lo. A penumbra velaria as inscrições, mesmo que da tabuleta não houvessem sido arrancadas lascas por um impacto direto. Leste ou oeste? É a planície, é a guerra. E nós somos tímidas sombras à beira do caminho, envergonhando-nos da segurança de sombras que gozamos, e não temos a menor intenção de nos entregar a bravatas e fanfarrices. Quem nos guiou até aqui foi o espírito da nossa história, para que possamos ver mais uma vez, antes de perdê-lo de vista, o rosto singelo de um dentre os camaradas cinzentos que ali correm e caem, impelidos pelos tambores, um rosto conhecido, o rosto do pecador ingênuo que acompanhamos pelo seu caminho durante tantos anos, e cuja voz tantas vezes ouvimos. (MANN, 1952, p. 865)

Os relatos ficcionalizados da guerra – aqueles que me interessam agora – falam sobre experiência. Afinal, a guerra proporciona *n* experiências, contadas parcialmente como testemunho do que ocorreu, parcialmente como desafio, porque uma série de ações ainda não foram compreendidas. Há, portanto, a necessidade de encontrar sentido naquilo que foi violento e brutal.

Dessa forma, é preciso pensar a questão conceitual do trauma e como tal definição associa-se aos contextos abordados por Tolkien; é impreterível, então, tomar a psicanálise e os escritos de Freud. Em *Além do Princípio do Prazer* (2013), há a conceitualização

inicial do que seria o trauma, termo grego utilizado nas ciências médicas, definido originalmente como um choque físico aplicado ao corpo, como, por exemplo, uma ferida. Freud cunha, desse sentido original, aquilo que ele aplicará, primeiro, “ao estado que sobrevém após sérias comoções mecânicas, desastres ferroviários e outros acidentes com risco de vida”, (Freud, 2013, p. 168) ao qual ele deu o nome de neurose traumática.

Posteriormente, a noção de trauma se estenderá e se aplicará não somente às consequências de uma lesão do sistema nervoso, ocasionada por força mecânica, mas também à experiência dos soldados sobreviventes à guerra, os quais apresentavam transtornos psíquicos decorrentes das situações extremas a que haviam sobrevivido. Teórica da área, Caruth também se debruça sobre Freud e afirma:

Perplexed by the terrifyingly literal nightmares of battlefield survivors and the repetitive reenactments of people who have experienced painful events, Freud wonders at the peculiar and sometimes uncanny way in which catastrophic events seem to repeat themselves for those who have passed through them. (CARUTH, 1996, p. 1).

A repetição que Caruth aborda se manifesta, no caso dos soldados, por meio dos sonhos. A ferida, originalmente física, agora se configura como a ferida da alma, que não se cura em determinado tempo, por meio de determinada medicação ou procedimentos; é uma cisão na existência, a perda de si mesmo. O dilaceramento da alma diante do evento traumático revisita e assombra o indivíduo que (sobre)vive, “trauma is always the story of a wound that cries out, that addresses us in the attempt to tell us of a reality or truth that is not otherwise available” (CARUTH, 1996, p. 4).

Assim, o revisitar, a repetição, viria do fato de que a experiência traumática – devido à sua natureza terrível – não é completamente assimilada no momento em que

ocorre. Retomando o exemplo freudiano inicial de trauma, a situação de um acidente ferroviário, Caruth, aponta que

The accident, that is, as it emerges in Freud and is passed on through other trauma narratives, does not simply represent the violence of a collision but also conveys the impact of its very incomprehensibility. What returns to haunt the victim, these stories tell us, is not only the reality of the violent event but also the reality of the way that its violence has not yet been fully known. (CARUTH, 1996, p. 6)

Ainda, ao trazer à tona a questão da repetição, Caruth faz referência ao que Freud denomina “incubation period”, ou melhor, um período de latência.

The experience of trauma, the fact of latency, would thus seem to consist, not in the forgetting of a reality that can hence never be fully known, but in an inherent latency within the experience itself. (CARUTH, 1996, p. 17)

Portanto, a repetição do trauma, e os efeitos desastrosos que causa no aspecto psíquico do traumatizado, advêm do fato de que o evento vivido é interpretado tardiamente, como se o indivíduo, diante do horror pelo qual passa, não conseguisse ter plena noção imediata acerca daquilo, como se não tivesse a noção de referência acerca do ocorrido, o que Caruth define como “belated experience”.

Agora, o que traz um aspecto importante para essa esfera do trauma e do psíquico é aquilo que Caruth se pergunta – e nos pergunta: “Is the trauma the encounter with death, or the ongoing experience of having survived it?” (CARUTH, 1996, p. 7). Para ela, a resposta se encontra na inextricável relação entre essas duas arestas da experiência traumática: a crise da vida e a crise da morte, ambas constituintes do indivíduo traumatizado como testemunha.

Da questão do testemunho, vem a necessidade de observar, também, quais são as especificidades do momento de enunciar o horror vivido. Aqui, fala-se em crise do

testemunho, já que o traumatizado se encontra novamente, nessa situação específica, com todas as sensações terríveis decorrentes do trauma, de modo que isso escapa da esfera da linguagem e torna-se o “indizível”. Não obstante, o testemunho do traumatizado acontece, seja por sua própria enunciação, seja pela narrativa de outrem.

É neste ponto que o outro lado da moeda aparece: o outro – que tomarei, neste primeiro momento, como aquele que ouve-vê-lê o testemunhar – ouve e passa a estar, também, exposto ao trauma. Sobre isso, Caruth aponta que o testemunho é

the story of the way in which one’s own trauma is tied up with the trauma of another, the way in which trauma may lead, therefore, to the encounter with another, through the very possibility and surprise of listening to another’s wound. (CARUTH, 1996, p. 8)

Kaplan (2005) também aborda os aspectos que delineiam o testemunho traumático no capítulo *Why Trauma Now?*, de seu livro *Trauma Culture*, e traz à tona o conceito de vicarious trauma:

(...) the reader or viewer of stories or films about traumatic situations may be constituted through vicarious or secondary trauma. Indeed, most of us most of the time experience trauma in the “secondary” rather than direct position, for good or ill. (KAPLAN, 2005, p. 39)

Nesse sentido, aquele que recebe a mensagem do traumatizado estaria, também, exposto a vivenciar aquilo que o enunciador re-vivencia no momento do relato. Percebe-se, então, a complexidade em que a questão do testemunho se encontra: de um lado, há a quase impossibilidade de enunciar o trauma – já que o lembrar, o narrar, o formular a respeito do ocorrido faz com que o traumatizado sinta novamente todas as tenebrosas memórias e sensações decorrentes do trauma. Por outro lado, temos o interlocutor, aquele que, secundariamente, será englobado por essas sensações, devido às ações de ouvir e de

colocar-se no lugar do outro, advindas da essência humana. É um caminho em duas direções, porque, enquanto o traumatizado vai – com extrema dificuldade – em direção ao trauma, também vem à situação traumática aquele que, até então, estava isento dela.

A questão da crise do testemunho será também abordada por Leys, em *Trauma* (2000), quando faz uma citação de Caruth:

How does one listen to what is impossible? Certainly one challenge of this listening is that it may no longer be simply a choice: to be able to listen to the impossible, that is, is also to have been *chosen* by it, *before* the possibility of mastering it with knowledge. This is its danger – the danger, as some has put it, of the trauma’s “contagion,” of the traumatization of the ones who listen (...). To listen to the crisis of a trauma, that is, is not only to listen for the event, but to hear in the testimony the survivor’s departure from it; the challenge of the therapeutic listener, in other words, is *how to listen to departure*. (CARUTH, 1988, *apud* LEYS, 2000, p. 268)

O testemunho sobre o trauma, portanto – ainda que seja uma ação extremamente exaustiva para o indivíduo – é aquilo que de alguma forma volta a ligar os traumatizados entre si e, também, à sociedade. A partir do testemunho, da complicadíssima experiência de verbalizar, de simbolizar, de representar o horror ocorrido, o traumatizado se volta, novamente, ao outro, trazendo, à noção de trauma, a essência da alteridade e da coletividade: de perceber o outro e de, enfim, perceber-se parte do outro.

Neste momento, é importante pensar sobre o que Felman (2014) – estudiosa de Freud, de Benjamin e de Arendt, e responsável, juntamente com Caruth, pelos estudos do trauma atrelados às catástrofes humanas que devastaram o século XX – expõe.

Desde que Freud publicou, no limiar da Primeira Guerra Mundial, os seus *Pensamentos para os tempos de guerra e morte* (1915); desde que a guerra e a

morte destrutivamente e catastróficamente retornaram e repetiram sua devastação traumática no holocausto de duas guerras mundiais; desde as traumáticas e prolongadas repercussões da Guerra do Vietnã; desde as revoluções totalitárias da primeira metade do século XX e suas novas formas de organização da escravidão, massacre, engodo das massas, brutalidade e horror em larga escala; desde que as feministas perceberam no final do milênio que as renovadas manifestações de violência doméstica e as dissimuladas brutalidades íntimas e o horror privado são de fato traumas coletivos; desde o aparecimento de novas formas de opressão política, racial e sexual, e sua tradução histórica em demandas jurídicas, o trauma quase invisivelmente invade o direito em todas as suas formas. (FELMAN, 2014, p. 22)

Em *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*, ela foca a relação entre trauma e direito, analisando dois julgamentos específicos: o que ocorreu em 1995, do esportista O. J. Simpson – acusado de violentar e de matar sua ex-esposa – e o do integrante do partido nazista alemão Adolf Eichmann – responsável por organizar a logística de deslocamento das massas judias para os campos de concentração, em 1961 – sob a luz dos conceitos de trauma público e de trauma privado. Tais conceitos são explicitados no momento em que ela discorre sobre o primeiro julgamento:

(...) na medida em que julgamento se prolongou e que as versões contrárias da acusação (em relação ao trauma de uma esposa violentada e assassinada) e da defesa (em relação ao trauma de um homem inocente, acusado e linchado apenas em decorrência de sua raça³) são desveladas e confrontadas uma com a outra, a ofensa privada (os danos causados pelo marido ou pela esposa) deram origem a um imenso eco coletivo e provocaram uma imensa identificação coletiva, tanto que os traumas privados disputados no tribunal receberam da paixão da audiência

³ Rodney King.

– como de um coro – e sua própria generalização conceitual e dramática, de forma tão intensa que o julgamento de um trauma privado de violência doméstica e de um assassinato privado da esposa pelo seu ex-marido, gradualmente e retrospectivamente, tornou-se um modelo, um drama jurídico arquetípico dos traumas históricos (coletivos) das perseguições, dos abusos, das discriminações, dos assassinatos, dos homicídios praticados pelo Estado e dos assassinatos legalizados sofridos pelos afro-americanos, ao lado e em contraposição aos traumas históricos (coletivos) dos abusos, das humilhações, dos assassinatos sofridos pelas mulheres (e pelas esposas violentadas) (FELMAN, 2014, p. 26)

Assim, o trauma privado (no caso, frisado pela acusação como o trauma da ex-esposa de Simpson, violentada e morta a facadas) toma proporções coletivas, já que vem à tona a questão do trauma coletivo de gênero. Da mesma forma, a defesa de Simpson procura alegar que indiciá-lo pelo crime seria repetir erros referentes ao trauma coletivo dos afrodescendentes, humilhados e injustiçados ao longo dos tempos, fazendo referência ao caso de Rodney King, taxista afro-americano brutalmente espancado pela polícia de Los Angeles, que o havia detido sob a acusação de dirigir em alta velocidade.

É um fato, então, para Felman, que a dissociação do trauma coletivo e do trauma privado é impossível, já que ambos são parte da questão traumática e também despertados por meio do testemunho.

(...) O julgamento de Simpson começa com um caso de crime na esfera privada, mas move-se do trauma privado para o trauma coletivo. O julgamento de Eichmann inicia-se com um crime coletivo, mas direciona-se do trauma coletivo para uma espécie de liberação dos traumas privados, por meio dos quais restaura a consciência, a dignidade e o discurso. (FELMAN, 2014, p. 27)

Mas, como a questão do testemunho traumático se associa a uma narrativa de alta fantasia? É neste momento que a pulsão de ficção se mostra mais importante, já que é quando as indagações sobre as relações entre a Guerra do Anel e a Guerra Mundial do século XX surgem. O próprio Tolkien aborda esse assunto diversas vezes ao longo das cartas de sua coletânea, mas com algum cuidado: “(...) A escuridão dos dias atuais teve algum efeito sobre ela [a história], embora não seja uma ‘alegoria’.” [Para S. Unwin, 1938] (TOLKIEN & CARPENTER, 2006, p. 45 *apud* GRANJA, 2011, p. 14).

De lá para cá, o fascínio pela guerra (seja ele em termos de admiração ou de repúdio) gerou inúmeros frutos literários, que permeiam a cultura ocidental até os dias atuais.

(...) em diversos gêneros, seja na épica, no drama, na lírica, nos relatos de testemunho e nos romances históricos, a guerra, sem dúvida permanece um tema muito presente na literatura. Os modos como ela é literalmente expressa vão do clamor pela batalha à dor pelos mortos, do enaltecimento da guerra à sua total rejeição, do discurso belicista que fala do “inimigo” ao discurso antibelicista que expressa o luto pelos mortos e o desejo de paz associado à incondicional aversão ao ato de matar. (CORNELSEN E BURNS, 2010, p. 14)

Tenho para mim que a realidade nunca deixa de influenciar a ficção e, assim, o conflito, o embate, a guerra, o mal, enfim, são todas experiências traumáticas que podem pôr a pena na mão do (sobre)vivente daquilo. Aliás, a quantidade imensa de livros e de filmes que abordam o tema – e seu conseqüente sucesso mercadológico – fazem com que o fascínio atinja mesmo quem nunca teve contato imediato com tal contexto, se levarmos em consideração as teorias de Freud e de Sperber, de que temos em nós pulsão de vida, pulsão de morte e, enfim, pulsão de ficção.

Na medida em que a efabulação corresponde a um movimento interno, imperioso, atribuidor de sentido à vida – ao evento intenso vivido – independentemente de ser o indivíduo criança, ou adulto, letrado ou não, de a efabulação se dar sob forma narrativa, poética ou dramática, coesa ou não, por meio de palavras ou de outros recursos de expressão, merece o nome de pulsão de ficção. (SPERBER 2009, p. 106)

Einstein ainda pergunta a Freud se é possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade (FREUD, 1974, p. 25), ao que o psicanalista responde que, de acordo com suas hipóteses, os instintos humanos são de dois tipos: aqueles que tendem a preservar e a unir; e aqueles que tendem a destruir e matar (FREUD, 1974, p. 38).

Como o senhor vê, isto não é senão uma formulação teórica da universalmente conhecida oposição entre amor e ódio, que talvez possa ter alguma relação básica com a polaridade entre atração e repulsão, que desempenha um papel na sua área de conhecimentos. Entretanto, não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. (FREUD, 1974, p. 38-39)

Serei, talvez, demasiado apressada ao fazer justamente os juízos éticos de que Freud fala. Possuímos em nós o bem e o mal, em proporções diversas, mas não o bem e o mal mágicos – acredito, refletidos pela experiência pessoal –, e sim aqueles sociais, aqueles que delineiam nossa índole e nosso comportamento, os males e bens que marcam nossas vidas. A necessidade, não de falar – visto que o trauma é tal que emudece toda uma geração, a experiência é de uma radicalidade e de uma violência tais que cala o indivíduo, assim como cala Frodo após a Guerra do Anel – mas de ouvir, escrever sobre a guerra – *evento transbordante*, como diz Benjamin em *O narrador* (1936) – poderia vir,

portanto, da fascinação acerca do oscilar constante entre essas duas potências, o bem e o mal.

Tentando perceber a questão da guerra a partir de um viés ainda benjaminiano, encontramos sua análise acerca da indústria bélica, presente em *Teorias do Fascismo Alemão. Sobre a coletânea Guerras e Guerreiros, editada por Ernst Jünger*⁴ (1930). O mote da resenha de Benjamin é a afirmação do escritor Léon Daudet, de que “l’automobile c’est la guerre”, ou seja, a técnica de guerra se entranhou de tal maneira no cotidiano da população – teria se tornado tão banal, trivial e familiar – que daria à questão uma roupagem nova: desejável, heroica, indispensável, celebrável como o automóvel.

É fato que Benjamin execra o livro editado por Jünger. Para ele, a guerra de materiais teria como princípio fundamental que a organiza não sua verdade mais radical – a produção técnica de uma morte universal –, mas sim a redução da vida a uma substância *matável*, dando lugar à exaltação heroica da experiência de guerra como destino trágico que cinde a ação e o saber (ARAÚJO, 2016).

Com lança-chamas e trincheiras, a técnica tentou realçar os traços heroicos no rosto do idealismo alemão. Foi um equívoco. Porque os traços que ela julgava serem heroicos eram na verdade traços hipocráticos, os traços da morte. Por isso, profundamente impregnada por sua própria perversidade, a técnica modelou o rosto apocalíptico da natureza e reduziu-a ao silêncio, embora pudesse ter sido a força capaz de lhe dar uma voz. A guerra, como abstração metafísica, professada pelo novo nacionalismo, é unicamente a tentativa de dissolver na técnica, de modo místico e imediato, o segredo de uma natureza concebida em termos idealistas, em vez de utilizar e explicar esse segredo, por um desvio, através da construção de coisas humanas. Na cabeça desses homens, o "destino" e o

⁴ Coletânea de textos de autores ligados ao Movimento Nacional-Revolucionário, todos ex-combatentes, entre eles seu irmão Friedrich Georg Jünger, Wilhelm Ritter von Schramm, Anton Günter e Ernst von Salomon.

"heroísmo" se relacionam como Gog e Magog, e suas vítimas não são apenas os filhos dos homens, mas os filhos das ideias. Tudo o que foi pensado de puro, de sóbrio e de ingênuo sobre o melhoramento da convivência humana entra nas goelas desses ídolos canibais, que reagem a esse festim com os arrotos dos seus morteiros de 42 cm. Algumas vezes os autores encontram uma certa dificuldade em conciliar o heroísmo com a guerra de material. Mas nem todos sentem essa dificuldade, e nada é mais comprometedor que as digressões lamuriantes com que exprimem sua decepção sobre a "forma da guerra", a "guerra de material, cegamente mecânica", da qual os espíritos mais nobres estavam "visivelmente cansados". (BENJAMIN, 1930)

Voltamos à *Literatura e guerra*, em que outro livro associado a Jünger (desta vez, escrito por ele) é analisado: o artigo que abordo trata de *Tempestades de Aço* (1920), comparando-o a *Nada de novo no front ocidental* (1929), de Erich Maria Remarque.

(...) Jünger e Remarque assumem posições diametralmente opostas no tratamento literário da guerra: Jünger torna a guerra objeto de culto e de enaltecimento enquanto *modus vivendi*; já Remarque alerta para a insensatez da guerra e para uma jovem geração perdida que, após o clima eufórico de sua deflagração, conheceu os horrores da guerra de material e, dentre aqueles que sobreviveram, não se reencontraram na nova ordem política e social após 1918. Nesse sentido, podemos categorizar as obras de maneira diferenciada: *In Stahlgewittern* seria um exemplo típico de “literatura de guerra” ou “literatura pró-guerra”, enquanto *In Westen nichts Neues* representaria a “literatura pacifista” ou “literatura antiguerra”. (CORNELSEN, 2010, p. 30-31)

O culto à guerra – *la guerre pour la guerre*⁵ – de que fala Jünger em seu livro é o que Benjamin entendeu como uma espécie de efeito rebote em relação à perda que a Alemanha sofre na Primeira Guerra Mundial. Enquanto Machado de Assis diria que ao vencido são dedicados ódio ou compaixão, nada mais; e ao vencedor são dadas as batatas, percebemos que a lógica da guerra é subvertida por meio de um discurso que procura, no lugar de colocar o vencido no papel de submisso e subalterno, glorificar a performance dos alemães na guerra, espírito este que teria sido sinistro alimento para “a coisa imunda” – expressão do epílogo da peça de Brecht, *A resistível ascensão de Arturo Ui*⁶ – que veríamos crescer na Alemanha da Segunda Guerra Mundial.⁷

O narrador (...) não se apresenta como alguém que sente medo ou temor diante do perigo iminente da morte durante a batalha. Pelo contrário, ele afirma não sentir “nenhum temor, mas sim uma agilidade elevada e quase demoníaca” (*IS*, p. 100), e revela ser dominado “também por ataques surpreendentes de uma risada que não se podia dominar” (*IS*, p. 100). A imagem do horror também se faz presente no relato quando da destruição de uma aldeia idílica e pacífica através do fogo de artilharia: a cena descrita é definida como “uma imagem do horror” (*IS*, p. 101) na qual nem a população civil é poupada: “Diante da soleira da porta jazia uma menina pequena, estirada numa poça vermelha” (*IS*, p. 101). (CORNELSEN, 2010, p. 39)

⁵ “Sintoma de um entusiasmo pubertário que desemboca num culto e numa apoteose da guerra, cujos profetas são aqui von Schramm e Günther. Essa nova teoria da guerra, que traz escrita na testa sua origem na mais furiosa decadência, não é outra coisa que uma desinibida extrapolação para temas militares da teoria do ‘L’art pour l’art’.” (BENJAMIN, 1930, p. 2)

⁶ “Vocês, melhor aprenderem a ver, em vez de apenas / Arregalar os olhos, e a agir, em vez de somente falar. / Uma coisa dessas quase chegou a governar o mundo! / Os povos conseguiram dominá-la, mas ainda / É muito cedo para sair cantando vitória: / O ventre que gerou a coisa imunda continua fértil!” (BRECHT, 1941)

⁷ “Certa vez, Anatol Rosenfeld destacou o processo literário de metaforização na obra de Ernst Jünger como parte integrante do culto à guerra, que pode ser plenamente aplicado à análise de *In Stahlgewittern*. (CORNELSEN, 2010, p. 40)

Nadando contra essa corrente, avistamos Erich Maria Remarque, que nos narra as vivências de seu protagonista, Paul Bäumer, quando este mata um soldado francês em combate:

Mesmo após o falecimento do soldado (...), Paul Bäumer continua remoendo o sentimento de ter matado com as próprias mãos não um “inimigo”, mas um ser humano (...), alguém que tem uma história de vida e um papel social: ‘Sua mulher, com certeza, está pensando nele agora [...] Meu estado piora cada vez mais, eu não posso mais aguentar meus pensamentos. Como será que a mulher aparenta? [...] Se minha mãe me visse assim.’ (*IWNN*, p. 157). (CORNELSEN, 2010, p. 48)

Por fim, Cornelsen afirma que, ainda que ambos tenham vivenciado os campos de batalha, “o legado que trazem para casa não é o mesmo” (CORNELSEN, 2010, p. 51).

Enquanto Jünger alimentou o discurso da direita política com suas imagens de enaltecimento da guerra e, por assim dizer, preparou o terreno espiritual para o nazismo – mesmo que a contragosto, como sempre afirmou –, Remarque transformou sua vivência traumática em grito de alerta contra a romantização da guerra. Por assim dizer, ele funda uma nova tradição, a tradição do pacifismo, que procurava – em vão! – impedir que o discurso militarista triunfasse na Alemanha e conduzisse o país a um novo ímpeto destruidor que, anos mais tarde, culminaria com a ascensão do nazismo, com a Segunda Guerra Mundial e a *Shoah*. (CORNELSEN, 2010, p. 53)

Em *A Primeira Guerra Mundial na Lírica Expressionista*, Cornelsen (2016) traz para a análise poemas expressionistas de autores alemães que também estiveram na guerra: Wilhelm Klemm, Hans Leybhold e Alfred Lichtenstein.

[...]

Uma grande cidade afundou em amarela fumaça,

Lançou-se no ventre do abismo, silenciosa.
 Mas gigantesco sobre as ruínas incandescentes está
 Aquele que no céu revoltado gira por três vezes sua tocha.

Sobre o reflexo de nuvens de tempestade destroçadas,
 Em frias devastações do escuro morto,
 Ele ressecou longamente a noite com o incêndio,
 Lá embaixo sobre Gomorra gotejam enxofre e fogo. (HEYM, 1959, p. 79-80)⁸

Ainda, Cornelsen afirma que

imagens apocalípticas são recorrentes em poemas dessa natureza. A euforia que predominava também entre os expressionistas com a eclosão da “Grande Guerra” e com a possibilidade de uma transformação social logo se dissipou, à medida que a chamada “guerra de material” revelou-se em toda a sua virulência e horror. Guerra, ódio, miséria, caos, destruição, loucura, violência e morte puderam ser representadas de modo pungente pela estética do Expressionismo. Nestes casos, a lírica assume uma função política, mesmo que, de antemão, tais poemas não possam ser tomados como “poemas políticos” *stricto sensu*. Podemos constatar neles uma crítica contundente à guerra, de modo que, posteriormente, eles contribuíram também para a difusão de uma postura antibélica entre os literatos, sobretudo entre escritores orientados por uma política de esquerda. (CORNELSEN, 2016, p. 45)

⁸ 2 Todas as traduções, salvo outra indicação, são de autoria de Cornelsen. No original, temos:

[...]

Eine große Stadt versank in gelbem Rauch
 Warf sich lautlos in des Abgrunds Bauch.
 Aber riesig über glühnden Trümmern steht,
 Der in wilde Himmel dreimal seine Fackel dreht
 Über sturmzerfetzter Wolken Widerschein,
 Ist des toten Dunkels kalten Wüstenein,
 Daß er mit dem Brande weit die Nacht verdorr,
 Pech und Feuer träufet unten auf Gomorrh.

É o caso de ver se dentro da obra de Tolkien existe isso também, tanto o enaltecimento quanto a insensatez da guerra. Afinal, existe uma espécie de debate na obra, sobre o sentido do conflito armado e generalizado. É o que discuti em minha monografia: a posição de Tolkien frente à guerra sempre foi de oposição, não de apoio. Isso fica claro em carta que ele envia ao filho, quando da Segunda Guerra Mundial:

Mas todas as Grandes Coisas planejadas de uma grande maneira dão essa sensação para o sapo embaixo do chapéu-de-sapo, embora de um ângulo geral elas de fato funcionem e cumpram seu serviço. Um serviço fundamentalmente maligno. Pois estamos tentando conquistar Sauron com o Anel. E seremos bem sucedidos (ao que parece). Contudo, a punição, como você sabe, é criar novos Saurons e lentamente transformar Homens e Elfos em Orcs. Não que na vida real as coisas sejam tão claras como em uma história, e começamos com muitos Orcs do nosso lado. ... Bem, aí está você: um hobbit entre os Urukhai. Mantenha sua hobbitéz no coração e pense que todas as histórias assim se parecem quando você está nelas. Você está dentro de uma história muito grande! [Para C. Tolkien, 1944] (TOLKIEN & CARPENTER, 2006, p. 80 *apud* GRANJA, 2011, p. 15).

2.2. Por que a guerra em Tolkien?

A questão do contexto e das condições de produção do romance não passa ao largo desta pesquisa, motivo pelo qual é necessário lançar o olhar à história pessoal de Tolkien, a fim de trazer à tona acontecimentos que possivelmente influenciaram sua obra, bem como a relação desses fatos biográficos com o conceito de pulsão de ficção. Para tanto, tomo nas mãos os volumes *Tolkien – Uma Biografia*, de Humphrey Carpenter (2018), e *As cartas de J. R. R. Tolkien* (2006), organizadas pelo mesmo autor, com a assistência do filho mais jovem de Tolkien.

John Ronald Reuel Tolkien nasceu na África do Sul e, ainda menino, foi para a Inglaterra com a mãe e o irmão mais novo, em decorrência da morte precoce do pai. A mãe, Mabel, morre também alguns anos depois, deixando os filhos adolescentes aos cuidados do padre Francis Morgan. Os rapazes frequentam a escola, são bem-sucedidos nesse âmbito, e Ronald – como era chamado pela família – vai estudar em Oxford. Em seguida vem a declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, e Ronald se vê assumindo o posto de segundo-tenente no Corpo de Fuzileiros de Lancashire, quando assiste a palestras militares e aprende a treinar um pelotão. (CARPENTER, 2018, p. 111)

Na época em que Tolkien escreveu “A Viagem de Earendel”, no fim do verão de 1914, a Inglaterra declarou guerra à Alemanha. Os jovens já se alistavam aos milhares, respondendo ao apelo de Kitchener por soldados. Os sentimentos de Tolkien, porém, eram bem diferentes: queria ficar em Oxford até se formar e tinha esperanças de se classificar na Primeira Classe. Assim, embora seus tios e tias esperassem que ele se alistasse (seu irmão Hilary já o havia feito – era agora corneteiro), Tolkien voltou à universidade. (...) Contudo, ficou mais animado quando soube de um programa que lhe permitiria treinar para o exército enquanto estivesse na universidade, mas retardar a convocação até o final do curso. Tolkien inscreveu-se no programa. (CARPENTER, 2018, p. 103)

Da mesma maneira, Frodo se vê diante de uma tarefa que ele preferia não ter sido designada a ele: ser o portador do Anel e carregar o fardo de, sob sua sedutora ameaça, levá-lo para a Montanha da Perdição.

– Mas isso é terrível – gritou Frodo. – Muito pior do que o pior que eu havia imaginado a partir de suas insinuações e advertências. Ó Gandalf, meu melhor amigo, que devo fazer? Pois agora estou realmente com medo. Que devo fazer? (TOLKIEN, 2002a, p. 81)

Alguns anos antes de ser convocado, Tolkien conhecera Edith Bratt, que se tornaria sua esposa após a guerra. É para ela que ele escreve boa parte das cartas da coletânea, sempre deixando-a a par dos passos que ele dá em seus trabalhos literários – escritos estes que se tornariam, posteriormente, a mitologia de *O Senhor dos Anéis*.

Ele passava boa parte do tempo lendo textos islandeses – estava determinado a manter o ritmo do trabalho acadêmico durante a guerra –, mas o tempo custava a passar. “Estes dias cinzentos”, escreveu, “desperdiçados repassando sem parar os tópicos monótonos, as minúcias enfadonhas da arte de matar, não são nada agradáveis.” (CARPENTER, 2018, p. 111)

Aos poucos, a atmosfera acadêmica vai dando lugar ao terror, a uma presença visível: telhados quebrados, construções arruinadas e, não muito longe, os sons do zumbido e do estrondo das bombas aliadas sobre as linhas alemãs. (CARPENTER, 2018, p. 117). Tolkien, como Jünger e Remarque, viveria uma traumática experiência na vida de todo ser humano: encontrar-se em meio ao horror de uma guerra.

(...) O pior de tudo eram os mortos. Havia cadáveres por todos os lados, horripilantemente dilacerados pelos projéteis. Os que ainda tinham rostos fitavam o nada com olhos medonhos. Além da trincheira, a terra de ninguém estava semeada de corpos inchados e em decomposição. Tudo era desolação. O capim e o trigo haviam desaparecido em um mar de lama. As árvores, despojadas de folhas e ramos, eram meros troncos mutilados e enegrecidos. Tolkien nunca esqueceria o que chamou “horror animal” da guerra de trincheiras. (CARPENTER, 2018, p. 120)

Nota-se, portanto, como a guerra vai sendo internalizada por Tolkien, quando ele considera com no mínimo desgosto o aprendizado da “arte de matar” e aborda o “horror animal” da guerra de trincheiras. Ainda, é curiosa essa passagem da biografia que cita os

elementos da natureza – assunto que Tolkien sempre teve em alta conta, pois crescera em meio a árvores, adorara-as durante sua infância, bem como na vida adulta e na vida literária⁹ –, também dilacerados pela guerra. Impressiona-me como, à maneira de um jogo de quebra-cabeça, os fatos da vida de Tolkien juntam-se para criar o que seria, posteriormente, sua obra prima.

A mãe lhe ensinou um bocado de botânica, ele foi receptivo e logo ficou bastante versado no assunto. Mas, também nesse caso, ele estava mais interessado na forma e na textura das plantas que em seus detalhes botânicos, especialmente no que dizia respeito a árvores. E, apesar de gostar de desenhar árvores, gostava mais ainda de estar *com* árvores. Subia nelas, encostava-se nelas e até falava com elas. (CARPENTER, 2018, p.35)

Walter Benjamin, em *Experiência e pobreza*, fala de uma geração – justamente a geração de Tolkien – que, entre 1914 e 1918, viveu uma das mais terríveis experiências da história.

Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras (...) Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num

⁹ Fangorn (ou Barbárvore) é uma personagem curiosa, que tem sua primeira aparição no segundo livro da trilogia. Após o ataque dos orcs e a morte de Boromir, Pippin e Merry – os outros dois hobbits que faziam parte da Sociedade (ambos também com suas centelhas de herói) – são capturados pelos monstros e carregados até a floresta mais próxima. Quando os orcs ameaçam matá-los, Fangorn os salva. Assim, Merry e Pippin se veem diante de um ser com a forma física de uma gigantesca árvore, mas antropomorfizado; estão diante de um *ent*. (GRANJA, 2011, p. 39)

campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1985, p. 114)

Elcio Cornelsen, em *Cenas literárias da Primeira Guerra Mundial: Ernst Jünger e Erich Maria Remarque*, coloca lado a lado os dois ex-combatentes, que se propõem a tomar a vivência da guerra como foco de interesse. Afirma, ainda, que a experiência da Primeira Guerra Mundial, com sua guerra de material, é para Benjamin a mais monstruosa da história universal, pois tornou obsoletos todos os modelos referenciais até então vigentes. (CORNELSEN E BURNS, 2010)

Portanto, são poucas as dúvidas de que a vida de Tolkien foi marcada pela guerra da qual ele participa. Diante disso, partimos para um próximo passo deste trabalho: a pulsão de ficção.

Presente na vida de todos nós e elemento primordial nas relações sociais, tanto quanto a pulsão de vida e a pulsão de morte – a pulsão de ficção refere-se à nossa tendência de efabular diante de eventos intensos e marcantes, empregando fortemente o imaginário, que configura a expressão do narrado, aproveitando tanto o impulso inicial, da realidade vivida, como o conjunto de símbolos – arquetípico – assim como as formas simples, criando uma trama que tece as diferentes funções de cada uma destas formas. Conforme o ser humano vive e se desenvolve, ele é permeado e transformado por praticamente tudo o que o atingiu intensamente durante a vida: questões da infância, traumas, valores morais, relações familiares, questões religiosas, afetações diversas que incluem a história que o cerca, a imediata e próxima e aquela outra, local, regional, nacional e universal que repercute no próprio, de maneiras diferentes para cada ser humano. (GRANJA, 2011, p. 11)

De acordo com Sperber,

As formas ficcionais dão conta do discurso do desejo, de expressão fundamental, já que a fantasia ocorre sem ser perguntada ou chamada. E também recuperam a experiência pessoal. Soma-se a elas o discurso de algum modo instituído, de valores grupais, que incluem os familiares, os sociais, os de classe (SPERBER, 2009, p. 124).

Dessa forma, se levarmos em consideração que a efabulação diante de momentos críticos é intrínseca a toda a humanidade, chegamos a uma conclusão provável de que ela também tenha crédito na produção de Tolkien.

Discuti essa questão em minha monografia, observando que

Em *O Condado, a Terra-média e o Mar – A nostalgia de Tolkien*, Klautau (...) dá especial enfoque à questão do maquinário bélico, afirmando que o autor enxergava o maquinário como um prolongamento da Queda humana. Além de não satisfazer aos anseios pelos quais foram criados, o maquinário apenas produzia mais uma tentação ao mal, como a opressão e a exploração da natureza e dos homens. (KLAUTAU, 2008, p. 10 *apud* GRANJA, 2011, p. 17)

Diante das colocações de Klautau, é possível inferir que Tolkien, apesar de escrever sobre uma guerra, era um pacifista. Por meio de sua narrativa, ele desnuda os horrores do conflito armado e as tenebrosas consequências dele.

Acerca desta questão, em carta a um dos filhos, Tolkien afirma que

é o avião de guerra o verdadeiro vilão. E nada pode realmente reparar meu pesar por você, meu mais amado, ter qualquer ligação com ele. Meus sentimentos são mais ou menos aqueles que Frodo teria tido se descobrisse alguns Hobbits aprendendo a montar aves Nazgûl ‘para a libertação do Condado’. Embora neste caso, como nada conheço do imperialismo britânico ou americano no Extremo Oriente que não me encha de arrependimento e náusea, receio que eu não seja

sequer apoiado por um vislumbre de patriotismo no que resta desta guerra. Eu não daria um penny a ela, que dirá um filho, fosse eu um homem livre. Ela só pode beneficiar os Estados Unidos ou a Rússia: prov. a última. Mas, pelo menos, a Guerra Russa-Americana ainda não eclodirá por um ano. [Para C. Tolkien, 1945] (TOLKIEN & CARPENTER, 2006, p. 115 *apud* GRANJA, 2011, p. 17).

2.3. Por que a guerra em *O Senhor dos Anéis*?

Evidentemente consegui tornar o horror realmente horrível, e isso é um grande consolo; pois cada romance que leva as coisas a sério deve possuir uma base de medo e horror, por mais remota ou representativamente que ele seja proposto a assemelhar-se com a realidade e não ser o mais simples dos escapismos. [Para Stanley Unwin, 1947] (TOLKIEN & CARPENTER, 2006, p. 119).

Na contramão da literatura pró-guerra, vem caminhando Tolkien. *O Senhor dos Anéis* trata, antes de mais nada, da antítese atemporal acerca do bem e do mal, configurada em uma guerra total. Seu cenário é a Terra-média e seu protagonista, Frodo Bolseiro, não é caracterizado como um grande herói, um guerreiro destemido ou um super-herói; ele nada mais é do que um hobbit pequenino, temeroso de abandonar sua toca no chão e seu vilarejo quando se demanda que ele, aparentemente tão frágil, assuma o fardo de salvar o destino de todos os povos livres da Terra-média.

No nível mais simples e direto, os contos de fadas onde o herói é o mais jovem e inapto oferecem à criança o consolo e a esperança para o futuro, de que ela mais necessita. (BETTELHEIM, 2002, p. 114)

Quando tratamos do tema central da narrativa, a guerra entre o bem e o mal, entra em cena a questão do Um Anel, assim que o momento de estabilidade da história passa por um ponto de cisão: o Gandalf chega ao Condado e busca saber sobre um anel pertencente a Bilbo Bolseiro. Isto confirma a suspeita de que este anel, apesar de sua aparência trivial, seja um objeto altamente perigoso, forjado pelo Senhor do Escuro, Sauron, na Montanha da Perdição, com o objetivo de potencializar seus poderes malignos e de converter tudo – e todos – conforme os seus desígnios. Afinal, como diz sua própria

inscrição: “Um Anel para a todos governar, Um Anel para encontrá-los/ Um Anel para a todos trazer e na escuridão aprisioná-los”.

Assim, Frodo, ao herdar o Anel de Bilbo e justamente devido a sua condição de pequenino¹⁰, passa a ser o único que pode carregar esse objeto maligno e, portanto, destruí-lo.

The Ring was made by and belongs to Sauron, the Dark Lord, who is attempting to conquer all of Middle-earth. It was lost many years ago, but now it is trying to get back to its master, who is seeking it. With the Ring, the Dark Lord is effectively invincible. If the Ring were to be destroyed, the Dark Lord would fall. Furthermore (and this is the key gimmick) the Ring cannot be used for good: it is somewhat sentient, and it can turn anyone who uses it for domination into a slave of the Dark Lord. The only way to destroy it is to take it to Mount Doom in the heart of the land of Mordor and throw it into the lava. The Ring is safe with Frodo because he does not desire dominion over others, but Frodo himself is not safe, as he is being sought by the servants of the enemy. And over time, the desire that the Ring creates takes a terrible psychological toll on the bearer. (DROUT, 2006)

Gandalf o leva (acompanhado de Sam, Merry e Pippin), então, à terra dos elfos, Valfenda, onde representantes e líderes dos povos da Terra-média se reúnem para o Conselho de Elrond. Ali se decide pela criação da Sociedade do Anel – constituída pelos quatro hobbits, Gandalf, Legolas, Boromir, Gimli e Aragorn – a qual escoltaria Frodo até a Montanha da Perdição, no domínio obscuro de Sauron, Mordor.

A Montanha da Perdição é o lugar onde haveria o retorno do Sauron – enfraquecido após a grande guerra da Segunda Era –, aquele que levaria à escravidão

¹⁰ Gandalf nos explica, durante essa conversa com Frodo, que o Anel se aproveita do poder que seu portador detém, portanto, quanto menor for o poder mágico de que o ele dispõe, menor seria também o perigo de o Anel retornar ao Senhor do Escuro.

todos os povos livres. Frodo precisa ser levado para lá, visto que este é o único local onde o Anel poderia ser destruído.

Pouco antes da destruição de Númenor, Elendil e seus filhos Isildur e Anárion, líderes dos Fiéis à antiga amizade com os elfos e à obediência aos Valar, ainda conseguiram fugir e se estabelecer na Terra-média. Também Sauron escapou ao cataclismo e foi ter à região de Mordor. Ainda durante a Segunda Era, os elfos habitavam muitos lugares da Terra-média. Celebrimbor, o mais habilidoso na confecção de joias, fez muitos anéis de poder. Sauron, porém, fez o Um Anel para dominá-los a todos. (...) Sauron deu sete aos anões, e nove aos homens, mais fáceis de perverter e subjugar. Por fim, foi formada a Última Aliança, comandada pelo rei élfico Gil-galad, cujo arauto era Elrond, e pelo rei Elendil, ladeado por Isildur e Anárion. À custa da vida de ambos os reis, a Aliança obteve vitória sobre Sauron na própria terra de Mordor. O Anel foi cortado do dedo de Sauron, que perdeu com ele sua forma física. Porém Isildur, que não quis destruí-lo e sim mantê-lo para si, foi emboscado e o Um Anel, perdendo-se no fundo do rio Anduin, desapareceu do conhecimento de todos. Assim terminou a Segunda Era, que durou 3.441 anos. (KYRMSE, 2003, p. 34-35)

Portanto, e de acordo com a narrativa, é a escuridão – metafórica e literal – que avança. Entretanto, não apenas do ponto de vista de dominação de um povo sobre outro, mas também é o avanço do mal – representado pelo Um Anel – sobre os personagens classificados como bons desde o início da narrativa, configurando-se como uma tentação a não fazer o que é certo, no caso, lutar pela destruição do Anel e do poder maligno que o objeto oferece a cada um deles. Mais ainda, a expectativa de que o bem vença cresce e pulsa no leitor diante da tensão entre essas duas esferas, tensão esta que nos permeia desde os nossos primórdios.

No caso de Tolkien, seu posicionamento absolutamente contrário à guerra e o modo como isso, por meio da pulsão de ficção, foi ficcionalizado, pode, inclusive, ser interpretado a partir das noções de utopia e de distopia que, conforme Berriel (2005):

Em suma, é próprio da dimensão histórica a determinação da diferença entre a utopia e a distopia: o lugar feliz imaginado é realmente um não-lugar, no sentido em que não se coloca espacialmente na história mesma de quem escreve; porque aquilo que deseja o utopista é «mostrar» aos homens a imagem de um mundo feliz e racional, e através desta demonstração admoestá-los para que se sintam compungidos a imprimir energicamente à História um sentido diverso daquele até então predominante.

Dessa maneira, é possível refletir que, ao criar um mundo imaginário, Tolkien teria uma motivação utópica – mostrar uma sociedade constituída de povos livres, em que houvesse harmonia e espírito coletivo –, mas também distópica, ao trazer à tona uma guerra que (assim como aquela experienciada por ele) é a metáfora da queda humana e que ameaça a destruição desse mundo utópico.

Nesse sentido, quando surgem as questões sobre o mal nessas narrativas, é possível, sim, pensar na configuração dele como o que é advindo da escuridão, da feiura, das profundezas, do medo, já que a cultura humana tem esses elementos como reconhecedores do mal desde nossas origens ancestrais. A queda da humanidade é representada em Tolkien por um anel maligno e pelo Senhor do Escuro, representações ficcionais com as quais nós mesmos – homens, leitores – lidamos, e cujo avanço, o avanço da escuridão, e a necessidade de enfrentá-lo são uma constante em nossa constituição como seres humanos.

A sucessão dos perigos que a jornada em direção à Montanha da Perdição oferece leva o grupo a se separar, de modo que Frodo e Sam seguem sozinhos para Mordor – sem

contar a criatura Gollum, que persegue o Anel. Já os demais membros da Sociedade convergem para a proteção dos habitantes da Terra-média, ameaçados pelos exércitos de Sauron, constituídos por criaturas monstruosas e malignas, os orcs. Dessa maneira, a narrativa se subdivide em dois focos narrativos: a Guerra do Anel e a trajetória de Frodo.

O encaminhamento para o desfecho se dá justamente no entrelaçamento desses dois focos. Resistindo às ofensivas do exército monstruoso, os chamados povos livres da Terra-média vencem a guerra ao mesmo tempo em que Frodo – nesse ponto, também seduzido pelo poder maligno do Anel – é obrigado, por fim, a destruí-lo.

Em determinado momento, quando a batalha parece perdida – devido ao número exorbitante de seguidores de Sauron contra poucos homens e elfos – a questão da morte temporária se faz presente no destino de Aragorn: ele sabe que o único modo de vencer Sauron e evitar a destruição da cidade de Minas Tirith – e a morte de todos que lá se encontram – é cobrar o favor que espíritos devem à sua família, para que eles lutem a seu lado em troca do descanso eterno. Temos aqui uma relação estreita com o motivo do morto agradecido de que Propp fala: “Uma vez enterrado, o morto agradecido torna-se um doador, que dá de presente uma espada, um cavalo, frutos mágicos, etc., ou um conselho que mostra o caminho, ou ainda um auxiliar do herói” (PROPP, 2002, p. 177 *apud* GRANJA, 2011, p. 42).

Tal desfecho, entretanto, traz um novo momento de estabilidade que não é necessariamente um final feliz, devido ao fato de os personagens seguirem em frente com profundas mudanças em suas caracterizações, decorrentes da intensa experiência com o mal, ainda que o bem tenha prevalecido. Ainda, diante do conflito que envolve, em sua totalidade, o mundo imaginário e, também, do conflito interno de Frodo, configura-se o momento em que o leitor pulsa junto à narrativa, na esperança e no desejo de que o mal,

por meio do bem e da astúcia do pequeno hobbit e por meio da coragem dos grandes guerreiros, chegue a seu fim.

Capítulo 3 – O mal e o bem

Em termos de temática, é preciso observar que Tolkien trabalha sua narrativa de alta fantasia por meio de uma série de conceitos e motivos com os quais o leitor se identifica de imediato.

Somente após um olhar mais atento, os elementos religiosos podem ser reconhecidos: Galadriel como a imagem da Virgem Maria, imaculada e piedosa; Tom Bombadil em seu voto de pobreza pacifista; Frodo – assim com Aragorn, Gandalf e muitos outros personagens – em situações de sacrifício e de provação. (GRANJA, 2013, p.19)

Há, em *O Senhor dos Anéis*, a construção de uma dualidade, a lapidação de duas arestas de um mesmo mineral, que consiste em conceitos opostos, indissociáveis, extremamente arraigados e inesgotáveis na literatura e na cultura mundial: o bem e o mal, elevados a suas máximas potências: “(...) o mal se opõe ao bem, que pode ser entendido como a integridade do ser, e, por isso, o mal deve ser combatido.” (JEHA, 2007, p. 13).

(...) é importante a experiência de Tolkien frente às duas Guerras Mundiais do século XX, já que ele teve participação em combate na primeira e vivenciou de perto a segunda, acontecimentos possivelmente propulsores da criação da guerra que move *O Senhor dos Anéis*. Por, historicamente, ter vivido – assim como nós vivemos – num mundo conturbado, cindido, fragmentado, com subjetividades questionadas e corrompidas, Tolkien constrói um relato utópico que consegue, em meio à ameaça, aos temores, às perdas existentes na narrativa – e que de certa forma repercutem questões reais – fazer prevalecer, paulatinamente, a união da sociedade, a força da solidariedade. (GRANJA, 2011, p. 54)

O horrível – jamais próximo das ideias de justiça, liberdade, beleza e equilíbrio – configura-se em elementos claramente horrendos, oriundos da escuridão, do medo e da violência, quando a deformidade física é sinônimo de deformidade moral, quando o feio é a manifestação de uma perversidade natural e a aparência conforma-se à essência (NAZÁRIO, 1998). Está aí dada a questão do monstro:

Monstros corporificam tudo que é perigoso e horrível na experiência humana. Eles nos ajudam a entender e organizar o caos da natureza e o nosso próprio. Nas mais antigas e diversas mitologias, o monstro aparece como símbolo da relação de estranheza entre nós e o mundo que nos cerca. Obras clássicas, dos irmãos Grimm até estudos psicológicos recentes, mostram a variedade e o poder da criatura má imaginária como um metáfora cultural e um artifício literário. (JEHA, 2007, p. 7)

Como exemplo da metáfora de que fala Julio Jeha, em *Monstros e Monstruosidades na Literatura*, temos o orc que, nas palavras de Ramos (2013),

(...) é um indivíduo da raça mitológica de criaturas humanóides, geralmente descritas como brutas, agressivas e repulsivas. As feições tendem a ser grotescas (geralmente parecidas com o que seria uma mistura entre macaco e porco) e a cor da sua pele varia entre o preto, o cinzento e o verde. As origens dos orcs são atribuídas aos escritos de Tolkien, onde a sua existência é, simbolicamente, oposta à dos Elfos (o Mal em oposição ao Bem), representando os inimigos da luz e tudo o que é sagrado, puro e verdadeiro. (RAMOS, 2013, p. 145)

Nazário, em *Da Natureza dos Monstros*, faz uma diferenciação entre monstros antropomorfos e zoomorfos, mas a associação dos dois nos interessa, porque parece ser deles que parte a existência dos orcs, seres que ficam justamente entre o “antropo” e o “zoo”: o primeiro aborda o homem moral e fisicamente alterado, mutilado ou deformado

por natureza, doença, acidente, experiência; enquanto o segundo se refere a uma espécie animal revoltada, também alterada por experiência.

A representação imaginária da monstruosidade concentra-se (...) no complexo olhos-boca-mãos, numa máscara que revela a intencionalidade maligna inscrita no corpo corrompido. Nem todas as partes desse corpo denotam intenção. Se o nariz se descarna numa máscara cadavérica, horroriza pelo que é: um signo da morte presente numa criatura que ainda respira. Se ele se ossifica em gomos pontiagudos, imita o estereótipo das bruxas: uma fealdade assimilada ao Mal. Se, finalmente, ele se retorce e incha, como nos acidentados ou leprosos, apenas torna grotesca a personagem que o sustenta. (...) A monstruosidade começa verdadeiramente a impor-se a partir dos olhos, da boca e das mãos. São essas as partes do corpo que mais exteriorizam o desejo e, quando pervertidas, na máscara monstruosa, externam o desejo perverso, desencadeado fisiologicamente e sem controle, separado de qualquer sentimento amoroso e inseparável do instinto de posse e destruição. (NAZÁRIO, 1998, p. 13)

São os orcs seres monstruosos, absolutamente brutais, desprovidos de quaisquer sentimentos bondosos, que se afastam da luz do sol – e do que ele simboliza no sublime – criados para compor os exércitos imensos de Sauron, o Senhor do Escuro. No caso dos uruk hai, vemos Saruman criar um novo tipo de orc: são mais violentos, mais brutais e conseguem viajar longas distâncias mesmo durante o dia.

De um modo ou de outro, os monstros dão um rosto (ou não) ao nosso medo do desconhecido, que tendemos associar ao mal a ser praticado contra nós. (JEHA, 2007, p. 8)

Sendo, por definição, um ser que não ama, ou que ama mas não sabe amar, incapaz de relacionar-se, trocar afetos, construir a mediação entre os desejos e sua realização na sociedade, o monstro só entende a relação selvagem, sem reciprocidade, o ataque puro e simples (...). (NAZÁRIO, 1998, p. 13)

Também se destacam como elementos aterrorizadores os nâzgul – montarias monstruosas de antigos reis humanos, corrompidos e transformados por sua ganância e, agora, escravos de Sauron; Gollum, criatura semelhante a um hobbit, também corrompida pelo Um Anel, raquítica e transfigurada; Saruman, o mago que se corrompe e passa a destruir bosques, campos e florestas, intencionando construir maquinário bélico suficiente para fazer oposição aos propósitos do Senhor do Escuro e, assim, tomar para si o poder sobre os povos livres da Terra-média.

O homem teme “o poder do desconhecido, que vive em outros territórios, em outras dimensões, além de suas fronteiras, ou que vem de fora, do espaço não explorado, da natureza não trabalhada, de tempos imemoriais, de vales distante, de regiões secretas ou de planetas esquecidos. Pois o monstro surge sempre do Além: de uma cidadezinha isolada, da selva, primitiva, de uma ilha solitária, das profundezas do mar, do sono eterno, de um mundo desconhecido, do abismo sem fim, de uma civilização extinta, do passado remoto, de lagoas estagnadas, do futuro imprevisível, de um pântano ermo, de poços abandonados, do reino das trevas, de laboratórios secretos – numa palavra: do Inconsciente.” (NAZÁRIO, 1998, p. 22)

Os monstros, símbolos do grotesco, do horror e do mal, são também elemento que merece destaque. A figura monstruosa advém da tentativa de significar o mal por meio da personificação.

Desde tempos imemoriais, a dominação deformou a imaginação humana, que não cessa de investir e de projetar, sobre o outro, a imagem do monstro, para que possa matá-lo. Deslocando-se do interior para as cidades, do laboratório para os parques de diversão, dos desertos para os grandes centros urbanos, do local isolado para os complexos de entretenimento de massa, de Marte para a Terra, o monstro é o outro, o estranho, o estrangeiro, o “inimigo natural” pronto a encarnar o Mal e contaminar, com sua simples presença, a humanidade identificada com a ideia que os perseguidores fazem de si. (NAZÁRIO, 1998, p. 285)

A entrada “belo”, de Carlos Ceia (2009), presente no E-Dicionário de Termos Literários, faz uma recuperação interessante das múltiplas tentativas de definição da palavra. De acordo com ele, no diálogo *Fredo* (250d), Sócrates questiona Agatão: “Não achas que o belo é simultaneamente bom?”. Diante de suas características narrativas, a história de Tolkien responderia afirmativamente a essa pergunta.

“Belo” – junto com “gracioso”, “bonito” ou “sublime”, “maravilhoso”, “soberbo” e expressões similares – é um adjetivo que usamos frequentemente para indicar algo que nos agrada. Parece que, nesse sentido, aquilo que é belo é igual àquilo que é bom e, de fato, em diversas épocas históricas criou-se um laço estreito entre o Belo e o Bom. (ECO, 2017, p. 8)

Veremos que é possível afirmar que, na trilogia, há uma relação entre beleza e bondade, o que fica bastante claro quando olhamos para a construção de alguns personagens que parecem simbolizá-la, como os hobbits, os elfos, os guerreiros e a princesa guerreira, os magos, os entes.

Várias teorias estéticas, da Antiguidade à Idade Média, veem o Feio como uma antítese do Belo, uma desarmonia que viola as regras daquela proporção sobre a

qual se fundamenta a Beleza, tanto física quanto moral ou uma falta que retira de um ser aquilo que, por natureza, deveria ter. (ECO, 2017, p. 133)

Portanto, ao trazer para a narrativa todos esses personagens e essas ideias simbolizadas por eles, Tolkien traz, também, uma ideologia utópica: a de uma sociedade boa, indômita, disposta a combater os monstros, ou seja, o mal.

Referindo apenas algumas, os Elfos detêm o poder da vida eterna e da beleza, como influência sobre os seus sujeitos. Frodo, em representação da classe dos Hobbits, detém o poder de Mestre soberano no microcosmos que engloba Sam e Gollum durante a viagem. Por fim, os Maiar, classe à qual pertencem Gandalf e Saruman, detêm o poder do conhecimento e da feitiçaria. (RAMOS, 2013, p. 143)

Entretanto, são seres fantasiosos que nunca existiram, o que leva a uma única hipótese possível: se a concepção daquilo que é o mal é algo completamente humano, criado por nós, descrito por nós, combatido por nós, não é difícil entender uma espécie de fixação, de sedução, que o tema do mal tem sobre nós.

Tolkien (2010a, p.66) ao analisar a importância dos contos fantásticos na modernidade, conclui que tais narrativas proporcionam certa capacidade de reflexão crítica, pois causam no leitor certa “estranheza de coisas que se tornaram banais, quando elas são vistas repentinamente de um novo ângulo.” Isto porque tais narrativas distanciam-se da rigidez técnico-científica proporcionando uma maior liberdade, não apenas de interpretação como de reflexão propriamente dita, já que, segundo Olivo (2011, p. 19) “o próprio discurso literário (é) uma tentativa de interpretar a realidade.”. (OLIVEIRA, 2015)

3.1. Éowyn, donzela guerreira...

“Quero cavalgar a tempestade, domar as ondas, matar os tubarões e expulsar o inimigo para salvar meu povo”.¹¹ (Trieu Thi Trinh, 248 d.C)

No capítulo *O Rei do Palácio Dourado*, do livro III, vislumbramos Éowyn pela primeira vez. É uma mulher vestida de branco, posicionada atrás do trono de seu tio, Théoden, o rei de Rohan – o qual se encontra sob a influência traiçoeira de Língua de Cobra (lacaio do mago Saruman). Após um pedido de Gandalf para que os deixe a sós, a jovem mulher se retira do salão. Temos, então, um momento em que Aragorn a contempla:

A mulher se voltou e foi lentamente para dentro da casa. Ao passar pelas portas, virou-se e olhou para trás. Seu olhar era grave e pensativo, quando se dirigiu ao rei com uma piedade calma. *Muito belo era seu rosto, e seus longos cabelos eram como um rio de ouro*¹². *Era alta e esbelta em seu traje branco cingido por um cinto de prata; mas parecia forte e rígida como o aço, uma filha de reis.* Assim Aragorn, pela primeira vez em plena luz do dia, contemplou Éowyn, Senhora de Rohan, e a achou bela, bela e fria, como uma manhã pálida de primavera que ainda não atingiu a plenitude de mulher. (...) Por um momento, permaneceu imóvel como uma pedra; depois virando-se rapidamente, ela se foi. (TOLKIEN, 2002b, p. 152) [Grifos meus]

¹¹ “(...) outras mulheres chefiaram levantes, como Trieu Thi Trinh, no ano 248 d.C., que legou à posteridade essas palavras” (GALVÃO, 1998, p. 83).

¹² “Seja nos autos de chegada nordestinos, onde a donzela-guerreira é a “filha do capitão”, seja em outros folhetos populares em que ela é Joana D’Arc ou Maria Quitéria, o cabelo sobressai como um atributo privilegiado.” (GALVÃO, 1998, p. 172)

As características físicas de Éowyn prenunciam que ela faz parte do núcleo dos bons: é considerada bela, encaixando-se em um padrão de beleza claramente eurocêntrico; está associada às cores dourada e prata, além do branco de suas vestes e de sua palidez; sinestesticamente, é descrita como fria e rígida.

O cabelo, situando-se na cabeça e crescendo naturalmente, é um traço biológico marcante e a sua importância no contexto social e cultural lhe advém também do fato de oferecer condições, devido à sua plasticidade, de receber uma forma através de um tratamento cultural tornando-se assim um distintivo social. (GALVÃO, 1998, p. 204)

Tais elementos nos preparam – a nós, leitores – para o fato inédito que é Éowyn. Diante das outras personagens femininas de *O Senhor dos Anéis*, ela é a que parece mais real, que aparece mais vezes e tem mais falas, e talvez por isso mesmo a que desperta maior admiração e curiosidade por parte dos leitores.

Sendo o desempenho guerreiro um papel masculino em toda parte, e talvez o caso mais extremo de comportamento vedado ao sexo feminino, não seria de estranhar que sejam tão numerosas as fantasias femininas de apropriação correlatas. (GALVÃO, 1998, p. 115)

Em *Éowyn, a Senhora de Rohan*, de Renata Kabke-Pinheiro, deparamo-nos com uma interessante análise linguístico-discursiva acerca da personagem e, diante da fala da autora de que *O Senhor dos Anéis* “possibilita a propagação e a perpetuação de importantes posições ideológicas, entre elas as relativas às questões de gênero e à posição da mulher na sociedade (PINHEIRO, 2007, p. 1), vamos perscrutar as personagens femininas da narrativa.

As mulheres não estão completamente ausentes em *O Senhor dos Anéis*. Elas aparecem como rainhas poderosas, princesas corajosas e bem-amadas devotadas, mas apenas de forma secundária e todas fora da esfera da ação em si – destinada exclusivamente aos homens –, com apenas uma exceção. (PINHEIRO, 2007, p. 1)

É fato que o lugar dado às mulheres em *O Senhor dos Anéis* é o da notoriedade, ainda que sejam poucas personagens. Na narrativa em si, há três, e duas delas são as elfas Arwen e Galadriel. Elas são a bem-amada devotada e a rainha poderosa que Pinheiro aborda.

Por meio da narrativa, sabemos muito pouco sobre Arwen. Ela é filha do meio-elfo Elrond e a amada da Aragorn, mas tem um papel bastante passivo, de espera do bem-amado, enquanto mais detalhes de sua história se encontram fora da narrativa, no apêndice A do volume *O Retorno do Rei*.

À segunda, é dado um papel de poder, de detentora de conexões especiais, observadas no capítulo *O Espelho de Galadriel*, do livro II, quando ela, por meio de sua magia, analisa com seu olhar cada um dos membros da Sociedade do Anel, bem como os pensamentos deles. Mais tarde, ela leva Frodo e Sam até seu espelho d'água, que lhes mostra passado, presente e futuro. A rainha élfica faz, ainda, mais uma demonstração de seu grande poder, oferecendo presentes mágicos aos integrantes da Sociedade quando eles estão prestes a partir dos domínios dela. O papel de rainha poderosa, portanto, é dado à mulher, assim como nos contos de fadas – quando ela é fada ou bruxa – ainda que sua esfera de ação se direcione aos homens fortes e valorosos que têm a grandiosa incumbência de impedir o que seria o fim da Terra-média como se conhece.

A exceção dentre as personagens femininas que executam ações em favor dos personagens masculinos seria Éowyn, com quem sempre me encanto: ela é, ao menos à

primeira vista, a princesa guerreira, um elemento forte das forças do bem, que, à revelia das ordens dadas pelos homens (seu tio e rei, seu irmão e Aragorn) cavalga para a batalha e acaba por ter um papel importante no desfecho da luta contra os maus.

A donzela-guerreira frequente, na figura convencional da *lady knight*, a epopeia de cavalaria de fins do medievo e início do Renascimento, bem como os livros de aventuras da fase de popularização do romance pré-romântico. Marfisa, Bradamante, Britomart, Clorinda, Ambrosina em *Saint Clais das Ilhas* (...) são seus nomes. Os traços delas variam, indo desde o fugaz disfarce de Ambrosina até o desempenho pleno de Clorinda, em *La Gerusalemme liberata*, de Torquato Tasso, a qual, escondidos os longos cabelos debaixo do elmo, é o melhor guerreiro sarraceno, dando combate singular ao campeão cristão Tancredo, só derrotada e morta após vários assaltos. (GALVÃO, 1998, p. 172-173)

Aos poucos passamos a saber sobre sua constituição psicológica. Quando Rohan se prepara para lutar contra Sauron, a ela é designada a tarefa de ficar e de encaminhar as mulheres, crianças e velhos para um local seguro, ao que Éowyn não se opõe, pelo contrário, parece aceitar com gratidão, visto que tem algum papel ativo, simbolizado pela espada que o tio lhe dá.

– Não me referi a Éomer – respondeu Háma. – E ele não é o último. Há sua irmã Éowyn, filha de Éomund. Ela é corajosa e tem um coração nobre. Todos a amam. Deixe que ela faça o papel de senhor dos Eorlingas, enquanto estivermos fora.

– Assim será – disse Théoden. – Que os arautos anunciem ao povo que a Senhora Éowyn os conduzirá! Então o rei se sentou numa cadeira diante de suas portas, e Éowyn se ajoelhou à sua frente, *recebendo dele uma espada e um belo corselete.*

– Até logo, filha de minha irmã! – disse ele. – Escura é esta hora, mas talvez retornemos ao Palácio Dourado. (TOLKIEN, 2002b, p. 163-4) [Grifos meus]

Não obstante, mais de uma vez, é descrito que ela fica sozinha no palácio dourado, observando enquanto os homens cavalgam para a batalha. Daí, suas ambições parecem mudar: ela deixa de lado a pretensão de cuidadora e passa a almejar a de guerreira.

O diálogo a seguir é o mais icônico desta personagem. Em um momento de preparação para a batalha, ela confronta Aragorn quanto a seu papel de ser deixada para trás, de ser a cuidadora, quando sua ambição é conquistar grandes feitos em batalha.

(...) – Senhor – disse ela –, se precisa ir, então permita que eu o siga. Pois estou cansada de me esconder covardemente nas colinas, e desejo enfrentar o perigo e a batalha.

– Seu dever está com seu povo, respondeu ele.

– Já ouvi demais sobre deveres – exclamou ela. – Mas por acaso não sou da Casa de Eorl, uma escudeira e não uma ama-seca? Já servi a pés vacilantes por muito tempo. Uma vez que eles já não vacilam, ao que parece, não posso eu passar minha vida como desejar?

– Poucos podem fazer isso com honra – respondeu ele. – Mas quanto a você, senhora: não aceitou o encargo de governar seu povo até que o senhor retorne?

(...)

– Serei sempre eu a escolhida? – disse ela num tom amargo. – Serei sempre deixada para trás quando os Cavaleiros partem, para cuidar da casa enquanto eles ganham fama, e para preparar-lhes cama e comida, esperando seu regresso?

– Logo pode chegar um tempo – disse ele – em que ninguém retornará. Então haverá necessidade de valor sem fama, pois ninguém se recordará dos feitos realizados na derradeira defesa de suas casas. Apesar disso, os feitos não serão menos corajosos por não serem celebrados.

E ela respondeu: – Todas as suas palavras querem dizer apenas isto: você é uma mulher, e seu papel é na casa. Mas, quando os homens estiverem mortos na batalha e com honra, você tem a permissão para ser queimada na casa, pois os

homens não mais precisarão dela. Mas eu sou da Casa de Eorl, e não uma serviçal. Posso cavalgar e brandir uma espada, e não temo o sofrimento ou a morte.

– O que teme, senhora? – perguntou ele.

– Uma gaiola – disse ela. – Ficar atrás de grades, até que o hábito e a velhice as aceitem e todas as oportunidades de realizar grandes feitos estejam além de qualquer lembrança ou desejo. (TOLKIEN, 2002b, p. 58-9)

Éowyn demonstra extrema força de vontade e livre-arbítrio quando passa por cima de todas as regras impostas a ela e se disfarça de soldado, levando consigo o hobbit Merry – também deixado para trás durante os preparativos para a batalha. Transvestida de Dernhelm¹³, é colocada, na narrativa, próxima de seu tio e está no lugar certo para protegê-lo quando uma terrível criatura desce sobre ele e ameaça devorar seu corpo inerte.

A grande sombra desceu como uma nuvem. E, para a surpresa de todos, era uma criatura alada: se era um pássaro, então era maior que todos os outros pássaros, e era nu, sem penas ou plumas, e suas enormes asas eram como membranas de couro entre dedos de garras; e seu corpo fedia. Talvez fosse uma criatura de um mundo mais antigo, cuja espécie, sobrevivendo em montanhas esquecidas e frias sob a lua, perdurara além de seus dias, e em ninhos hediondos criara esta última criatura extemporânea, voltada para o mal. E o Senhor do Escuro a acolhera, alimentando-a com carnes nojentas, até que crescesse além da medida de todos os seres voadores; depois deu-a de presente a seu servidor, para que fosse sua montaria. A criatura veio descendo, descendo, e então, fechando as membranas que lhe cobriam os dedos, soltou um grito crocitante, e pousou sobre o corpo de Snawmana [cavalo do rei Théoden], enterrando nele as garras e abaixando o pescoço longo e nu.

¹³ De acordo com o Collins Dictionary, “dern” significa secreto, portanto, Dernhelm seria quem esconde um segredo.

Na criatura estava montado um vulto, coberto com um manto negro, enorme e ameaçador. Usava uma coroa de aço, mas entre coroa e capa não havia nada para se ver, exceto apenas o brilho de um olhar mortal: o Senhor dos Nazgul. (TOLKIEN, 2002c, p. 142)

Éowyn enfrenta a criatura e seu senhor maléfico, enquanto outros cavaleiros fogem para longe. É ela quem – diante de uma luta que parece estar perdida, em vista do fato de que a força física lhe é vista como impossível – tem a sabedoria, a argueza, a precisão e o conhecimento, enfim, características excepcionais, para executar o feito extraordinário: eliminar um dos inimigos mais poderosos da narrativa.

Então, na escuridão de sua mente, [Merry] teve a impressão de ouvir Dernhelm falando: mas agora sua voz parecia estranha, fazendo-o lembrar de alguma outra voz que já ouvira antes.

– Vá embora, criatura asquerosa, senhor das aves carniceiras! Deixe os mortos em paz!

Uma voz fria respondeu: – Não te intrometas entre o nazgûl e sua presa! Ou ele te matará na tua hora. Vai levar-te embora para as casas de lamentação, além de toda a escuridão, onde tua carne será devorada, e tua mente murcha será desnudada diante do Olho Sem Pálpebra.

Uma espada tiniu ao ser sacada. – Faça o que quiser; vou impedi-lo, se conseguir.

– Impedir-me? Tu és tolo. Nenhum homem mortal pode me impedir!

Então Merry ouviu o mais estranho de todos os sons daquela hora. Parecia que Dernhelm estava rindo, e sua voz cristalina era como aço. — *Mas não sou um homem mortal! Você está olhando para uma mulher. Sou Éowyn, filha de Éomund. Você está se interpondo entre mim e meu senhor, que também é meu parente. Suma daqui, se não for imortal! Pois seja vivo ou morto-vivo obscuro, vou golpeá-lo se tocar nele. (...) Um pouco à esquerda estava aquela que ele*

chamara de Dernhelm. Mas o elmo de seu segredo lhe caíra da cabeça, e os cabelos claros, libertos de seus laços, reluziam num ouro pálido sobre os ombros. Os olhos cinzentos como o mar eram duros e cruéis, e apesar disso havia lágrimas em suas faces. Segurava uma espada na mão, e erguia o escudo contra o horror dos olhos do inimigo. *Era Éowyn, e também Dernhelm.* (TOLKIEN, 2002c, p. 144) [Grifos meus]

Walnice Nogueira Galvão (1998), em *A donzela-guerreira – Um estudo de gênero*, faz uma coletânea de textos, traçando o perfil desse tipo de personagem que transpõe as barreiras impostas a ela e deseja “o furta-se ao destino padronizado de seu sexo, o de esposa e mãe.” (GALVÃO, 1998, p. 31)

Essa personagem frequenta a literatura, as civilizações, as culturas, a história, a mitologia. Filha de pai sem concurso de mãe, seu destino é assexuado, não pode ter amante nem filho. Interrompe a cadeia das gerações, como se fosse um desvio do tronco central e a natureza a abandonasse por inviabilidade. Sua potência vital é voltada para trás, para o pai; enquanto ela for só do pai, não tomará outro homem. Mulher maior, de um lado, acima da determinação anatômica; menor, de outro, suspensa do acesso à maturidade, presa ao laço paterno, mutilada nos múltiplos papéis que natureza e sociedade lhe oferecem.

Os traços básicos da personagem mantêm sempre uma mesma configuração, privilegiadora de algumas áreas da personalidade. Sua posição é numinosa na série filial, como primogênita ou unigênita, às vezes a caçula; o pai não tem filhos homens adultos ou, o que é quase regra, não os tem de todo. Ela corta os cabelos, enverga trajes masculinos, abdica das fraquezas femininas – faceirice, esquivança, sustos –, cinge os seios e as ancas, trata seus ferimentos em segredo, assim como se banha escondido. Costuma ser descoberta quando, ferida, o corpo é desvendado; e guerreia; e morre. (GALVÃO, 1998, p. 11-12)

Éowyn seria, então, nossa donzela-guerreira, ou princesa guerreira, ou a bogatir que vai para a guerra¹⁴: irmã do cavaleiro Éomer, ela dedica-se calorosamente, em um primeiro momento, aos cuidados com o tio quando ele se encontra sob um feitiço de Saruman; Théoden, cujo filho único está morto, assume, então, o papel de pai da órfã. Ela não corta seus cabelos, mas os esconde sob o elmo e oculta seu corpo sob a armadura de rohirrim¹⁵. Sua personalidade é forte e determinada; Tolkien nos faz saber que ela é rígida como aço, corajosa, habilidosa e de coração nobre, uma filha de reis, bela mas terrível¹⁶.

De repente o grande animal bateu suas asas hediondas, e o vento produzido por elas era nojento. Mais uma vez subiu aos ares, e depois se arremessou rápido contra Éowyn, guinchando, atacando com bico e garras. *Mesmo assim ela não recuou: donzela dos rohirrim, filha de reis, esbelta e ao mesmo tempo como uma lâmina de aço, bela mas terrível.* Desferiu um golpe rápido, habilidoso e fatal. Cortou fora o pescoço esticado, e a cabeça decepada caiu como uma pedra. Pulou para trás no momento em que a enorme figura caiu destruída, as vastas asas abertas, inerte no chão; e com sua queda a sombra desapareceu. Uma luminosidade caiu ao redor de Éowyn, e seus cabelos reluziram aos raios do sol que nascia. Da ruína ergueu-se o Cavaleiro Negro, alto e ameaçador, assomando sobre ela. Com um grito de ódio que feria os ouvidos como veneno, desferiu um golpe com sua maça. Partiu-se em pedaços o escudo de Éowyn, e seu braço ficou quebrado; ela cambaleou e caiu de joelhos. (...) Então cambaleando, esforçando-

¹⁴ “Às vezes a princesa é descrita como uma bogatir, uma guerreira hábil no tiro com arco, na corrida, monta a cavalo” (PROPP, 2002, p. 365).

¹⁵ “Da literatura de cordel consta um folheto em que o pai adentra pessoalmente a filha (adotiva, mas de estirpe pirata) nas artes de espadachim; ela frequenta a escola com a espada dela à cinta; e, num só lance, vinga o pai verdadeiro morto e o pai adotivo vivo abatendo a espada o mesmo vilão. Doravante, é a conclusão, viverão felizes para sempre, apesar de um príncipe cair do céu como noivo no último minuto, após o desenlace da ação, certamente vindo de uma história alheia. Em outro folheto, a filha, treinada nas vaquejadas e nas armas do pai, em vez de substituí-lo, luta ombro a ombro com ele contra o mesmo adversário.” (GALVÃO, 1998, p. 142-143)

¹⁶ “Todas mostram o desejo bastante compreensível de invadir uma área vedada à experiência feminina, área que, em momentos de grandes causas públicas como é a convocação para a guerra, está sendo excepcionalmente valorizada.” (GALVÃO, 1998, p. 83)

se para se levantar, com suas últimas forças, ela enfiou a espada entre coroa e manto, quando os grandes ombros se curvaram diante dela. A espada se estilhaçou faiscando em mil fragmentos. A coroa rolou para o chão estrepitosamente. Éowyn caiu para a frente, sobre o corpo de seu inimigo. Mas eis que o manto e a couraça estavam vazios. Jaziam agora disformes no chão, rasgados e amontoados; e um grito subiu estremecendo o ar, e foi sumindo num gemido chiado, passando com o vento, feito voz fraca e sem corpo, que morreu e foi engolida, e nunca mais foi ouvida naquela era deste mundo. (TOLKIEN, 2002c, p. 145-6) [Grifos meus]

(...) a imolação da personagem está associada à sua atuação na vida pública. Destina-se à morte, real ou simbólica; mas, ao irromper da esfera privada de atuação, ganha outras dimensões, crescendo cada vez mais até atingir a grandeza e provocar um terremoto em nossa estreita conformidade. (GALVÃO, 1998, p. 12)

A partir desse momento, entretanto, a trajetória de Éowyn pouco se assemelha à da donzela-guerreira, no que se refere à representação e representatividade feminina: ela recupera-se e casa-se com Faramir, um noivo que parece “cair de paraquedas” na narrativa. Importante ressaltar que, então, *O Senhor dos Anéis* não passa em dois conhecidos testes indicativos de preconceito de gênero: o teste de Bechdel/Wallace e o teste Mako Mori.

O primeiro deles nasceu de uma publicação de 1985, na HQ *Dykes To Watch Out For*, da cartunista estadunidense Alison Bechdel, a qual atribuiu a ideia a sua amiga Liz Wallace. O teste pergunta/questiona se uma obra de ficção possui i) ao menos duas mulheres ii) que conversam entre si e iii) sobre algo que não seja um homem.

O segundo baseia-se no filme de Guillermo del Toro, *Pacific Rim*, o qual não passa no teste de Bechdel, por apresentar um única personagem feminina, Mako Mori. Porém, Mako desenvolve uma trajetória interessantíssima no sentido de representação da mulher: seu maior desejo é tornar-se uma *jager*, isto é, lutar contra monstros gigantescos (à la Godzilla) que mataram sua família quando ela ainda era pequena. Daí surge um novo teste, que perscruta se a narrativa possui i) ao menos uma personagem feminina ii) com seu próprio arco narrativo iii) arco este que não exista para dar suporte a uma história masculina.

Então, levando os testes em consideração, percebemos que *O Senhor dos Anéis* é uma narrativa essencialmente masculina, cujas três personagens femininas não trocam uma palavra entre si e não têm seus destinos desconectados dos homens. Configura-se, assim, um paradoxo, com a presença marcante e ativa de Éowyn em meio a um quase desinteresse pela figura feminina (PINHEIRO, 2007, p. 1).

Não podemos esquecer que as leitoras têm de ser levadas em consideração e, se pensarmos que muitas vezes quem lê encontra no texto e em uma personagem uma identificação com seu mundo e consigo mesmo(a), torna-se importante observar de que forma uma heroína é apresentada na história, já que seu discurso e o discurso relativo a ela acabarão, sem dúvida, funcionando como veículos de um (ou vários) posicionamento(s) ideológico(s) junto ao público feminino. (...) os discursos que ali circulam nem por isso deixarão de lhe falar e as representações que estão ali caracterizadas não serão menos sexistas ou preconceituosas. Os mitos relacionados aos papéis destinados às mulheres podem ser e muitas vezes são mantidos, cristalizados, perpetuados através de personagens nas quais milhares – ou, no caso de *O Senhor dos Anéis*, milhões – de leitoras se espelham. (PINHEIRO, 2007, p. 2)

Pensando em termos histórico-sociais, de contexto da elaboração da narrativa, a possibilidade de a mulher ter um papel na sociedade ainda era precária, porque se mostram os limites da ação da mulher em sociedade, limites que são punidos com a morte.

Assim, a ação da mulher é aceita na família, no lar, mas não fora dessas esferas. Apesar disso, Éowyn apresenta-se como a única que tem a coragem para enfrentar o ser extraordinário. Ela, portanto, quase se configura como a donzela-guerreira que luta contra inimigos reais; assim mesmo, ela, que é a única que luta, acaba tendo o destino da donzela guerreira – a morte temporária no caso – e é preciso uma espécie de magia para trazê-la de volta – nesse caso, Aragorn a traz de volta à vida por meio de seus conhecimentos de cura).

A narrativa pretende colocar os finais felizes que se espera e que se pressupunha no cinema hollywoodiano, nos livros infantis. Éowyn morre e acorda e, portanto, pode ter o fim e o destino de uma mulher em sociedade, que é se casar, porque não está previsto que a mulher não case simplesmente.

Nos livros existe todo um conjunto de dificuldades, que constroem o suspense e uma moralidade. Num livro em que a figura masculina é fundamental, que congrega o bem e o mal, ela encaminha e favorece um lado e outro; a coragem e a energia estão configuradas no homem.

Apesar de Éowyn ter atitudes transgressoras, acontece algo como um *deus ex machina* que suspende a sina da donzela-guerreira e lhe permite a reintrodução da mulher na família, restringindo sua ação; é preciso, portanto, um acontecimento mágico para recuperar a vida e Éowyn precisa ser reintroduzida no patamar do lar e dentro do código familiar, porque ela não tem espaço fora desses lugares.

3.2. A voz de Saruman e a banalidade do mal

É imprescindível, neste momento, abordar a filósofa Hannah Arendt. Em sua teoria, ela parte da ideia de mal radical, de Kant – conceito que se liga a uma transformação do comportamento humano em algo supérfluo e descartável, sem nenhum motivo que o justifique – para conceituar a banalização do mal. Portanto, as ações inerentes ao mal radical seriam consideradas triviais, momento em que surge a incapacidade de parar para pensar o mal, que se banaliza. Para ilustrar ambos os conceitos, a autora usa a imagem de um fungo que se alastra por uma superfície sem grande profundidade – sem parar para pensar.

Nesse sentido, *Eichmann em Jerusalém – Um estudo da Banalidade do Mal* é a fonte que melhor demonstra a ação do fungo a que Arendt se refere. É o relato do julgamento de Adolf Eichmann, oficial responsável pela extradição e encaminhamento dos judeus aos campos de concentração durante o regime nazista na Alemanha. Ao longo de todo o texto, Arendt tece as premissas e provas que levam a nós, estudiosos, a chegarmos juntamente com ela à conclusão sobre o que seria o mal banal. Primeiramente, ela desconstrói a imagem do nazista sádico, sedento por sangue e por sofrimento de seus supostos inimigos judeus.

A acusação deixava implícito que ele não só agira conscientemente, coisa que ele não negava, como também agira por motivos baixos e plenamente consciente da natureza criminosa de seus feitos. Quanto aos motivos baixos, ele tinha certeza absoluta de que, no fundo de seu coração, não era aquilo que chamava de *innerer Schweinehund*, um bastardo imundo; e quanto a sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a

morte, com grande aplicação e o mais meticoloso cuidado. Isso era mesmo difícil de engolir. Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado a sua “normalidade” (...) e, por último, o sacerdote que o visitou regularmente na prisão depois que a Suprema Corte terminou de ouvir seu apelo tranquilizou a todos declarando que Eichmann era “um homem de ideias muito positivas”. Por trás da comédia dos peritos da alma estava o duro fato de que não se tratava, evidentemente, de um caso de sanidade moral e muito menos de sanidade legal. (...) Pior ainda, seu caso evidentemente não era de um ódio insano aos judeus, de um fanático anti-semitismo ou de doutrinação de um ou de outro tipo. (ARENDR, 1999, p. 36 – 37)

Depois, Arendt aponta que Eichmann, ainda que soubesse o que sua posição e atividade significavam, preferiu – ou nem mesmo chegou a isto – não pensar sobre isso. Portanto, preferiu focar-se em sua carreira – que teria êxito apenas caso enviasse, com eficiência, os judeus para os campos de concentração e, depois, para o extermínio – a posicionar-se contra o horror que causava, contra o mal que, por meio dele, era concretizado.

E assim como a lei de países civilizados pressupõe que a voz da consciência de todo mundo dita “Não matarás”, mesmo que o desejo e os pendores do homem natural sejam às vezes assassinos, assim a lei da terra de Hitler ditava à consciência de todos: “Matarás”, embora os organizadores dos massacres soubessem muito bem que o assassinato era contra os desejos e os pendores normais da maioria das pessoas. No Terceiro Reich, o Mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o reconhecem – a qualidade da tentação. Muitos alemães e muitos nazistas, provavelmente a esmagadora maioria deles, deve ter sido tão tentada a *não* matar, a *não* roubar, a *não* deixar seus vizinhos partirem para a destruição (pois eles sabiam que os judeus estavam sendo

transportados para a destruição, é claro, embora muitos possam não ter sabido dos detalhes terríveis), e a *não* se tornarem cúmplices de todos esses crimes tirando proveito deles. Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação. (ARENDR, 1999, p. 167)

Por meio das reflexões de Arendt, é possível pensar que a banalidade do mal, aquela que engolfa os atuantes em um conflito violento, foi também refletida, retratada e ficcionalizada na narrativa de Tolkien, a qual traz personagens que encaram o mal (com a escolha de exercê-lo ou não) e que são, de uma forma ou de outra, marcados por essa experiência.

- (...) Saruman era considerado importante entre os seus, eu acho. Ele desistiu de vagar por aí e de se preocupar com os problemas dos homens e dos elfos, há algum tempo — vocês chamariam isso de muito, muito tempo, — e se acomodou em Angrenost, ou Isengard, como os homens de Rohan chamam o lugar. No início ficou muito quieto, mas sua fama começou a crescer. Foi escolhido como o presidente do Conselho Branco, pelo que dizem; mas isso não deu muito certo. Fico imaginando agora se mesmo naquela época Saruman já não estava se voltando para o mal. (TOLKIEN, 2002b, p. 92)

Aqui, a partir das palavras de Barbárvore, nos deparamos com Saruman, o Branco, detentor de grande conhecimento. Gandalf relata, no Conselho de Elrond, seu último encontro com o antigo mentor, quando buscava aconselhamento quanto à descoberta do paradeiro do Um Anel:

- Pôs-se de pé e então começou a declamar, como se estivesse fazendo um discurso longamente ensaiado. “Os Dias Antigos se foram. Os Dias Médios estão passando. Os Dias Mais Jovens estão começando. A época dos elfos se acabou, mas nosso tempo está chegando: o mundo dos homens, que devemos governar.

Mas precisamos de poder, *poder para ordenar todas as coisas como queremos, para o bem que apenas os Sábios podem enxergar.*” [Grifos meus] (TOLKIEN, 2002a, p. 359)

Saruman não se torna mau porque estudava há muito tempo as artes do Inimigo (TOLKIEN, 2002a, p. 356), mas sim a partir de seu livre-arbítrio. Seu discurso longamente ensaiado é, primeiro, contextualizado: os elfos, seres poderosos, mas decadentes, estão se retirando da Terra-média, ao passo que se mantêm os povos dos homens, considerados por ele fracos e manipuláveis. Nesse contexto, o caminho para dominar a tudo e a todos estaria livre.

O poder de que Saruman fala é justamente encontrar o Um Anel – informação que Gandalf detém secretamente –, o qual não obedece plenamente, trazendo a escuridão, o medo, a escravidão, a amo algum além de Sauron. Assim, ele toma para si a postura de gravemente preocupado com o destino da Terra-média, quando na verdade seu discurso é de dominação.

- “E ouça bem, Gandalf, meu velho amigo e ajudante!”, disse ele, vindo em minha direção e falando agora com uma voz mais suave. “Eu disse *nós*, pois poderá ser *nós*, se quiser se unir a mim. Um novo Poder se levanta. Contra ele, as velhas alianças e políticas não nos ajudarão em nada. Não há mais esperança nos elfos ou na agonizante Númenor. Esta então é uma escolha diante de você, diante de nós. Podemos nos unir a esse Poder. Seria uma sábia decisão, Gandalf. Existe esperança por esse caminho. A vitória dele se aproxima, e *haverá grandes recompensas para aqueles que o ajudarem.* (TOLKIEN, 2002a, p. 359)

Dirigir-se a Gandalf suavemente é a estratégia retórica de que Saruman se aproveita. Ele procura convencer o mago – inferior a ele, o que é frisado em “meu ajudante” – de que revelar ao Senhor do Escuro o paradeiro do Um Anel lhes traria

prestígio e, portanto, poder, não o poder total, mas algum poder frente aos povos. Em suma, Saruman propõe aquilo que de mais odioso poderia ser feito em relação à situação de guerra e de ameaça de dominação: juntar-se a Sauron, colocando-se à disposição dele para, então, ser beneficiado com cargos de poder na nova configuração maligna de poder que existiria.

Enquanto o Poder crescer, os que se mostrarem seus amigos também crescerão; e os Sábios, como você e eu, poderão, com paciência, vir finalmente a governar seus rumos, e a controlá-lo. Podemos esperar nossa hora, *podemos guardar o que pensamos em nossos corações*, talvez deplorando as maldades feitas incidentalmente, mas aprovando o propósito final e mais alto: Conhecimento, Liderança, Ordem; todas as coisas que até agora lutamos em vão para conseguir, mais atrapalhados que ajudados por nossos amigos fracos e inúteis. Não precisaria haver, e não haveria, qualquer mudança em nossos propósitos, só em nossos meios.” (TOLKIEN, 2002a, p. 359) [Grifos meus]

Saruman destila um discurso cujas intenções seriam advindas da tentativa de fazer o bem, mas claramente o mago escolhe corromper-se pelo mal, visando a fins que não justificam os meios, transformando-se e procurando, então, ter para si algum poder sobre os povos livres da Terra-média. Assim, ele daria apoio ao Senhor do Escuro e faria oposição aos exércitos de homens e elfos que procuram vencê-los e estabelecer novamente a paz.

Saruman utiliza-se de um discurso de manutenção da paz e da ordem para dar vida a criaturas monstruosas e maléficas como os Uruk-hai¹⁷, criar exércitos que procuram

¹⁷ “- (...) Nós somos Uruk-hai guerreiros! Matamos o grande guerreiro [Boromir]. Trouxemos os prisioneiros. Somos servidores de Saruman, o Sábio, a Mão Branca: a Mão que nos dá carne humana para comer. Viemos de Isengard, e os trouxemos aqui, e vamos levá-los de volta pelo caminho que escolhermos. Sou Uglúk. Eu falei.” (TOLKIEN, 2002b, p. 54)

pelo Um Anel, consumir indiscriminadamente recursos naturais e corromper os homens.

Sobre isso, fala Barbárvore:

- Acho que agora entendo o que ele pretende. Está tramando para se transformar num Poder. Tem um cérebro de metal e rodas, e não se preocupa com os seres que crescem, a não ser enquanto o servem. E agora fica claro que ele é um traidor negro. Aliou-se a seres maus, aos orcs. Brm, hum! Pior que isso: vem fazendo alguma coisa a eles; alguma coisa perigosa. Porque esses isengardenses são mais semelhantes a homens maus. Os seres malignos que vieram na Grande Escuridão têm como marca a característica de não suportarem o sol; mas os orcs de Saruman suportam, mesmo que o odeiem. Fico imaginando o que ele terá feito. Seriam eles homens que ele arruinou, ou teria ele misturado as raças dos orcs e dos homens? Isso seria uma maldade negra!

Barbárvore roncou por uns momentos, como se estivesse pronunciando alguma maldição entesca profunda, subterrânea. — Há algum tempo comecei a me perguntar como os orcs ousavam passar pela minha floresta tão livremente — continuou ele. — Só há pouco tempo é que descobri que a culpa era de Saruman, e que há muito tempo ele estivera espiando todos os caminhos, e descobrindo meus segredos. Ele e seu povo sujo estão devastando tudo agora. Lá embaixo, nas fronteiras, estão derrubando árvores – árvores boas. Algumas eles apenas cortam e deixam apodrecer — isso é serviço dos orcs; mas a maioria delas são derrubadas e levadas para alimentar as fogueiras de Orthanc. Vejo sempre uma fogueira subindo de Isengard nos últimos tempos.

- Maldito seja, raiz e ramo! Muitas daquelas árvores eram minhas amigas, criaturas que eu conhecia desde sementes; várias tinham vozes próprias que agora estão perdidas para sempre. E há restos de tocos e sarças onde já existiram bosques cantantes. Fiquei sem fazer nada. Deixei que as coisas acontecessem. Isso deve parar! (TOLKIEN, 2002b, p. 93)

Saruman se torna, então, um traidor sob o ponto de vista dos povos livres, que procuram se organizar, ainda que desajeitadamente. Quando seus Uruk-hai são finalmente derrotados pelos exércitos de Rohan, ele se recolhe sozinho à sua torre, negando-se a se render. O discurso que veicula é tão singular que recebe um capítulo próprio no livro III: *A Voz de Saruman*.

— Vamos lá, agora — disse a voz suave. — Pelo menos dois de vocês eu conheço de nome. A Gandalf conheço bem demais para ter muitas esperanças de que ele procure auxílio ou conselhos aqui. Mas você, Théoden, Senhor da Terra dos Cavaleiros de Rohan, declara-se através de seu nobre brasão, e ainda mais pelo belo semblante da Casa de Eorl. Ó, valoroso filho de Thengel, o Triplamente Renomado! Por que não veio antes, e como amigo? Desejava muito vê-lo, poderosíssimo rei das terras do oeste, especialmente nestes últimos dias, para salvá-lo dos conselhos ignorantes e maldosos que o cercam. Já será tarde demais? Apesar dos danos que me foram causados, nos quais os homens de Rohan, infelizmente, têm uma parcela de culpa, eu ainda o salvaria, e o livraria da ruína que se aproxima inevitavelmente, se você prosseguir por esta estrada que ora tomou. Na verdade, só eu posso ajudá-lo agora. (TOLKIEN, 2002b, p. 243)

Saruman utiliza-se, novamente, de um discurso aparentemente amigável para destilar mentiras, nesse momento, entre os homens de Rohan. Primeiro, ele desqualifica Gandalf e hiper qualifica a si mesmo, para em seguida louvar os feitos do rei Théoden e, dessa forma, conquistar sua simpatia.

Théoden abriu a boca, como se fosse falar, mas não disse nada. Ergueu os olhos até o rosto de Saruman, que tinha seu olhar escuro e solene inclinado sobre ele, e depois para Gandalf ao seu lado; parecia hesitar; Gandalf não fez sinal algum, mas ficou quieto como uma pedra, como alguém que espera pacientemente algum chamado que ainda não chegou. Os Cavaleiros se agitaram a princípio,

murmurando exclamações de aprovação às palavras de Saruman; depois eles também ficaram em silêncio, *como se estivessem sob o domínio de um encantamento*. Tinham a impressão de que Gandalf nunca tinha dito palavras tão belas e adequadas ao seu senhor. Todas as suas conversas com Théoden pareciam agora rudes e arrogantes. Sobre seus corações pairava uma sombra, o medo de um grande perigo: o fim da Terra dos Cavaleiros numa escuridão para a qual Gandalf os estivera conduzindo, enquanto Saruman estava ao lado de uma porta de saída, segurando-a semiaberta de modo que um raio de luz entrava. (TOLKIEN, 2002b, p. 243) [Grifos meus]

Eis o poder que Saruman exerce sobre os homens – e o grande perigo que ele oferece: Gandalf avisa a todos, antes do episódio referido acima, que tomem cuidado com sua voz, o que lhe confere aparentemente um poder mágico. Porém, apesar de detentor de grande magia e conhecimento, é por meio da retórica, da linguagem, do discurso cuidadosa e minuciosamente pensado, que ele seduz aqueles que de alguma forma o favorecerão. Tal personagem nos permite refletir e analisar de que forma a retórica, por vezes, é utilizada para legitimar injustiças ao pretexto da paz social. (OLIVEIRA, 2015)

Leitores desavisados poderiam imaginar que o mago possuía habilidades fantásticas como feitiços orais, mas não é este o caso. Ocorre que Saruman é um exímio orador, sendo hábil em utilizar a linguagem a seu favor, tecendo argumentações aparentemente não falhas, e capaz de exercer um grande poder de convencimento sobre todos aqueles que o ouvem. (OLIVEIRA, 2015)

Podemos pensar em Saruman como uma personagem não apenas que comete o mal, mas que coloca em prática o mal banal: tudo o que ele pretende fazer teria uma desculpa, uma maneira de tirar-lhe a responsabilidade, pensando em um suposto bem maior, distorcido, transmutado, claramente utilizando-se do poder do Anel e da tecnologia

bélica para alcançar estados sociais que beiram o totalitarismo: com iniciais maiúsculas, como detentoras de um grande poder autoritário, aparecem no seu discurso a Liderança e a Ordem, as quais subentendem uma divisão entre conquistadores e conquistados.

Para Saruman, os povos da Terra-média são inferiores a ele, que se tornou um grande mago, que tem grande conhecimento, mas que, digo eu, é incapaz de humildade e de empatia. Quando derrotado pelos Cavaleiros de Rohan e pelos ents, ele consegue fugir de Isengard e desaparece por alguns capítulos.

Vamos encontrá-lo novamente em *O Expurgo do Condado*, do livro VI, quando os quatro hobbits retornam para casa, depois que o Anel é destruído e a guerra, terminada. Ali, ele construía – ou destruíra para isso – uma pequena Mordor, intitulado-se o Chefe entre os hobbits do Condado.

Foi uma das horas mais tristes da vida deles. A grande chaminé se erguia à frente, e, quando se aproximavam da antiga aldeia do outro lado do Água, através de fileiras de novas casas miseráveis ao longo dos dois lados da estrada, viram o novo moinho em toda a sua feiura carrancuda e suja: um grande prédio de tijolos montado sobre o rio, que era emporcalhado por uma descarga fétida e fumegante. Ao longo da Estrada de Beirágua todas as árvores tinham sido derrubadas. (...) Todas as castanheiras tinham-se ido. Os barrancos e cercas-vivas estavam destruídos. Grandes carroças estavam paradas em desalinho num campo batido e sem grama. A rua do Bolsinho se transformara num enorme buraco cheio de cascalho e areia. Lá em cima não se via Bolsão, devido a um amontoado de barracões enormes.

— Eles cortaram! — gritou Sam. — Cortaram a Árvore da Festa! — disse ele apontando para o local onde estivera a árvore sob a qual Bilbo fizera o Discurso de Despedida. Estava morta, caída no campo com os galhos cortados. Como se isso fosse a gota d'água, Sam rompeu em pranto. (TOLKIEN, 2002c, p. 393-4)

A devastação do Condado – o lugar idílico para seus habitantes – deixa em choque não apenas os personagens, mas também leitores e o próprio Tolkien, na medida em que ele traz para a narrativa aquilo que o choca: a destruição da natureza – das árvores – em razão de um pretenso progresso e de uma factual exploração máxima dos recursos naturais.

— Isto é pior que Mordor! — disse Sam. — De certa maneira muito pior. A gente sente na própria pele, como se diz; porque aqui é nossa casa, e ficamos lembrando de como era antes de ser toda destruída.

— Sim, isto aqui é Mordor — disse Frodo. — Apenas um de seus trabalhos. Saruman esteve fazendo o trabalho de Mordor todo o tempo, mesmo quando julgava estar trabalhando para si mesmo. (TOLKIEN, 2002c, p. 395)

A narrativa chega a seu fim quando os hobbits conseguem juntar forças, se organizar e sublevar o Condado para expulsar Saruman e seus seguidores. Frodo se compadece do velho e o deixar ir, mas ele acaba sendo assassinado por seu laçao Língua de Cobra.

— Não! — disse Merry. — Não adianta "nos protegermos". É só isso que as pessoas têm feito, e exatamente o que os rufiões querem. Vão simplesmente nos atacar em grupo, nos encurralar, e então nos expulsar, ou nos queimar lá dentro. Não, precisamos fazer alguma coisa imediatamente.

— Fazer o quê? — disse Pippin.

— Sublevar o Condado! — disse Merry. — Agora! Acordar nosso povo! Eles odeiam tudo isso, você pode ver: todos eles, com a exceção de um ou dois velhacos, e alguns tolos que querem ser importantes, mas que de modo algum entendem o que realmente está acontecendo. Mas o povo do Condado tem estado tão acomodado há tanto tempo que não sabe o que fazer. Entretanto só precisam de uma fagulha para se incendiarem. Os Homens do Chefe devem saber disso.

Vão tentar nos pisotear e nos apagar rápido. Temos muito pouco tempo.
(TOLKIEN, 2002c, p. 379)

Com a metáfora da fagulha, Tolkien nos mostra a verdadeira face dos hobbits: são seres de imensa coragem interior, de paixão pelo que lhes pertence – a terra em que nasceram, a vida que viveram – de sensibilidade quanto à sua arte e à sua história. No fim, tenho para mim que os hobbits são aquilo que Tolkien desejava que os homens do mundo real fossem: corajosos, mesmo nas horas de exaustão e de medo; unidos, mesmo quando separados por quilômetros; empáticos, mesmo quando a ganância e o desejo de poder clamam alto em seus corações.

3.3. Frodo, Sméagol e Gollum: o desejo triangular

Há um personagem que merece maior destaque, em decorrência de sua relação estreita com o Um Anel e com a narrativa em si: Frodo Bolseiro. A ele é designada a tarefa de levar o Anel até o único lugar em que pode ser destruído, a Montanha da Perdição, em Mordor.

Inicialmente, Frodo tem a proteção de uma comitiva, formada por representantes dos povos da Terra-média (alguns deles, elementos líricos já mencionados, como os elfos), mas isso muda e cada qual deve seguir uma trajetória diferente, de modo que o pequeno hobbit dirige-se a seu terrível destino acompanhado apenas do fiel e inicialmente inerte amigo Samwise Gamgi. Existe, em Frodo, uma fragilidade explícita: ele é apenas um pequenino, um jovem hobbit, não descende de grandes reis, não possui grandes habilidades de luta e sobrevivência, não é corajoso e destemido; é, portanto, um herói aparentemente incapaz de cumprir seu destino ou que o cumpre de maneira muito desajeitada.

The hobbits are intermediaries, and they are also the protagonists and the heroes. But they are unlikely heroes: they are small, weak, and soft (until the need is on them), fundamentally decent, but worlds apart from the typical hero. (DROUT, 2006)

Afinal, as inseguranças pelas quais o pobre hobbit passa também são comuns àqueles que vivem fora da Terra-média. Executar grandes feitos, que exigem de nós clareza e coragem, é algo que se demanda de nós, pessoas comuns, assim como acontece com Frodo, situação em que os temores e as inseguranças transbordam e tornam-se algo terrível com o que, no fim, assim como Frodo, precisamos lidar.

O triunfo do pequenino fica por um fio quando, depois de carregar o Um Anel em uma corrente junto ao peito por muito tempo, Frodo também sente-se tentado a ceder ao poder maligno do objeto, mas é atacado por Gollum, que lhe arranca o dedo em que estava o Um Anel e que cai nas lavas da Montanha da Perdição, destruindo a possibilidade de Sauron retornar e escravizar a Terra-média.

A provação de Frodo perdura por toda a narrativa. Como portador do Um Anel, é ele quem sofre a maior parte da influência maligna que o artefato possui, tanto física quanto psicologicamente, já que este é “expressão do poder e do mal”, de acordo com Klautau (2006). Influência essa que se torna forte a ponto de guiar os passos do hobbit para a loucura – também elemento da morte temporária, de acordo com Propp. (GRANJA, 2011, p. 29)

Ainda que o ato final de destruir o Um Anel não tenha acontecido da parte de Frodo, é importante ver o intenso e perturbador conflito interno pelo qual o pequenino passa, assim como acontece com tantos de nós, leitores que se espelham no hobbit. Frodo funcionaria, no sentido da recepção da narrativa, como espelho das inseguranças humanas, mas não é apenas ele que reflete algo sobre nós.

O poder existe no que poderia ser definido como uma “dinâmica circular” de uma rede orgânica em que o poder passa de posição em posição, não pertencendo apenas a alguém por direito adquirido ou a uma única localização. Na Terra Média podemos observar esta dinâmica na posição do personagem central. Frodo adquire a posição de poderoso, quando se torna portador d’O Anel e volta à sua posição de “normalidade” depois da destruição do mesmo. (RAMOS, 2013, p. 143)

Consequência do “empoderamento” de Frodo é também a corrupção da sua alma de Hobbit (a mudança da personalidade bondosa que sempre teve para uma

atitude austera e fria) no relacionamento com Sam, quando os dois viajam, sozinhos e perdidos, pelas montanhas. (...) Sempre que Frodo coloca O Anel, oferece a sua localização a Sauron, tornando-se sujeito da vigilância e, ao mesmo tempo, agente de Sauron sobre si mesmo, assumindo uma nova identidade. (RAMOS, 2013, p. 140)

O primeiro enunciado elaborado por Tolkien – e que estreia todo o mundo de *O Senhor dos Anéis* – encontra-se n’*O Hobbit* (TOLKIEN, 2013): “Numa toca no chão vivia um hobbit.”, ele escreve com naturalidade, como se todos soubéssemos o que são esses serzinhos, que, por décadas, fascinaram seus leitores, como acredito que também o fascinaram desde a primeira vez em que rabiscou, em seus papéis, aquela frase.

Com a leitura, passamos a saber e a reconhecer com facilidade o que é um hobbit, mas é preciso enxergar além do pequeno povo gorducho, de pés peludos, com grande apreço pela comida, pela bebida e pela vida bucólica. Tolkien nos dá uma primeira pista disso ao elaborar uma introdução de Gollum, no Prólogo de *O Senhor dos Anéis*:

No chão do túnel ficava um lago frio, longe da luz, e numa ilha de pedra sobre a água vivia Gollum. Era uma criatura repugnante: remava um pequeno barco com seus grandes pés chatos, e escrutando com olhos pálidos e luminosos e pegando peixes cegos com longos dedos e comendo-os crus. Comia qualquer coisa viva, até mesmo orcs, se pudesse capturá-los e estrangulá-los sem esforço. (TOLKIEN, 2002a, p. 15) [Grifos meus]

Ambas as introduções são bastante parecidas, o que coloca personagens tão diferentes e antagônicos em posições similares. Afinal, Gandalf conta para Frodo – e nos conta – que Gollum já fora diferente da criatura repugnante que nos é apresentada num primeiro momento; ele já fora algo parecido com um hobbit e amava aquilo que os hobbits amam. Inclusive, ele tinha outro nome, Sméagol.

Há, portanto, um estreitamento entre as naturezas de Frodo e de Gollum, mas, enquanto o hobbit é caracterizado com humor e lirismo (pelo menos no início da narrativa), a criatura tem suas características físicas destacadas de tal modo que é possível enxergá-lo como uma caricatura cadavérica, exagerada em seus aspectos mais marcantes: os grandes pés chatos e os longos dedos, além dos olhos pálidos e luminosos.

- Muito depois, mas ainda há muito tempo, vivia nas margens do Grande Rio, na borda das Terras Ermas, um pequeno povo de mãos ágeis e pés silenciosos. Acho que eram semelhantes aos hobbits; parentes dos pais dos pais dos Grados, pois amavam o Rio e sempre nadavam nele, ou faziam pequenos barcos de junco. Havia entre eles uma família muito considerada, pois era maior e mais rica que a maioria, que era governada pela avó, senhora austera e conhecedora da história antiga de seu povo. O elemento mais curioso e mais ávido de conhecimento dessa família se chamava Sméagol. Ele se interessava por raízes e origens; mergulhava em lagos fundos, fazia escavações embaixo de árvores e plantas novas, abria túneis em colinas verdes; com o tempo, deixou de olhar os topos das colinas, as folhas nas árvores, e as flores se abrindo no ar: sua cabeça e olhos só se dirigiam para baixo. (TOLKIEN, 2002a, p. 72)

Eis que a teoria mimética de René Girard (2009), importante figura contemporânea, se faz presente: Girard trabalha, em *Mentira Romântica, Verdade Romanesca* e em *Evolução e Conversão* com o conceito de desejo triangular. Para ele, há situações em que os homens – e os personagens – desejam um objeto, desejam um algo ou um alguém, a partir do momento em que sabem ser esse objeto alvo do desejo de um outro. Este é, portanto, chamado desejo mimético, de mimesis, de espelhamento.

Na maioria das obras de ficção as personagens desejam mais simplesmente que Dom Quixote. Não há mediador, há apenas o sujeito e o objeto. Quando a

“natureza” do objeto apaixonante não é suficiente para justificar o desejo, a atenção se volta para o sujeito apaixonado. Constrói-se sua “psicologia” ou invoca-se sua “liberdade”. Mas o desejo é sempre espontâneo. Sempre se pode representá-lo por uma simples linha reta ligando o sujeito e o objeto.

A linha reta está presente no desejo de Dom Quixote, porém ela não é o essencial. Acima desta linha, há o mediador que se irradia ao mesmo tempo em direção ao sujeito e em direção ao objeto. A metáfora espacial que expressa essa tripla relação é obviamente o triângulo. O objeto muda a cada aventura, mas o triângulo permanece. (GIRARD, 2009, p. 27)

O desejo triangular pode existir sob dois tipos de mediações: a externa e a interna. Na primeira, temos o mediador externo, que se encontra distante do sujeito desejante; a relação entre eles será marcada pela admiração, veneração, adoração e o mediador em si pertence a um outro mundo, não ao próprio, portanto, é um ser que se presta a estar em outro patamar. Na segunda, temos o mediador interno, muito mais próximo do sujeito que deseja; nessa situação, o conflito se torna sério e perigoso, por um lado porque nunca se resolve, não existe a possibilidade de amor pelo outro, porque o outro que seria amado passa a ser o inimigo, a referência diante da qual o *eu* quer se enaltecer.

Gandalf nos conta a história de Gollum. Seu nome de origem era Sméagol e, há muito tempo, no dia de seu aniversário, ele e seu primo Déagol pescavam alegremente no rio Brandevin, quando o segundo foi puxado, pelo peixe em sua linha, para dentro da água. No leito do rio, entre a lama e a vegetação, Déagol encontra um anel, sem saber que aquele é o Um Anel, e consegue pegá-lo. Fora da água, Smeágol vê o objeto pela primeira vez, sem ter a mínima ideia de seu poder e de sua história, e passa a desejar ser seu dono, ou seja, passa a invejar Déagol.

Podemos aqui pensar sobre o desejo mimético: a gana de ter e de ser aquilo que Déagol tem e passa a ser – dono do anel – é tamanha que os dois entram em um conflito

corporal, do qual Déagol sai assassinado. Sméagol, então, torna-se portador do anel, o Um Anel de Sauron, que ficara perdido desde a Primeira Guerra do Anel, muitíssimo antes.

- (...) Sméagol voltou sozinho, e descobriu que ninguém de sua família podia vê-lo quando estava usando o anel. Ficou muito satisfeito com essa descoberta e a ocultou. *Usava-a para descobrir segredos, e se aproveitava de seus conhecimentos em feitos desonestos e maliciosos. Ficou com olhos perspicazes e ouvidos aguçados para tudo que fosse pernicioso.* O anel tinha lhe dado poderes de acordo com sua estatura. Não é de admirar que tenha se tornado muito impopular e que fosse evitado (quando visível) por todos os seus parentes. Estes o chutavam, e ele mordida seus pés. Começou a roubar e a andar por aí resmungando para si mesmo, gorgolejando. Por isso chamavam-no de Gollum e o amaldiçoavam, e lhe diziam para ir embora; sua avó, querendo paz, expulsou-o da família e o pôs para fora de sua toca. (TOLKIEN, 2002a, p. 73) [Grifos meus]

A partir do crime, Sméagol se transforma – julgo eu, lenta e dolorosamente – em Gollum, na criatura perturbada, animalesca, zoomorfizada e maliciosa que abandona a luz quente do sol e se entranha em rios e buracos na terra:

- Então viajou de noite pelas montanhas, e encontrou uma pequena caverna, da qual corria o riacho escuro; e fez o caminho rastejando, como uma larva entrando no coração das montanhas; e sumiu de todo o conhecimento. O Anel entrou nas sombras com ele, e nem mesmo quem o fez, quando seu poder começou a crescer novamente, pôde saber qualquer coisa sobre o assunto. (TOLKIEN, 2002a, p. 74)

Aqui paro um instante para pensar sobre as condições físicas de Gollum, o que me leva a determinado caminho: a questão do Grotesco. Wolfgang Kayser, em *O Grotesco* –

Configuração na pintura e na literatura, faz um percurso pela origem da palavra para designá-la desde a Antiguidade até o século XX. Segundo ele, na pintura, o que se chamou grotesco

(...) não reside no fato de que – em contraposição à ornamentica abstrata – se tenham pintado elementos do mundo (...), mas no fato de estarem anuladas neste mundo as ordens da natureza. (KAYSER, 2013, p. 18)

Ainda para Kayser (2013),

na palavra *grottesco* como designação de uma determinada arte ornamental, estimulada pela Antiguidade, havia para a Renascença não apenas algo lúdico e alegre, mas, concomitantemente, algo angustiante e sinistro em face de um mundo em que as ordenações de nossa realidade estavam suspensas, ou seja: a clara separação entre domínios dos utensílios, das plantas, dos animais e dos homens, bem como da estática, da simetria, da ordem natural das grandezas. (p. 20)

Ora, o Anel maligno nada mais é do que a suspensão da ordem natural das grandezas. Por meio dele, o equilíbrio entre bem e mal na narrativa fica pendente, pesando mais para a escuridão maciça a qual o objeto ameaça lançar sobre todos. É o Anel quem transforma Sméagol em Gollum, que cria essa criatura disforme, repugnante, maliciosa, criminosa e desonesta, mas a qual tem um papel especial na narrativa de Tolkien.

- A Floresta estava cheia de rumores sobre ele, contos terríveis mesmo para animais e pássaros. Os homens da Floresta disseram que havia algo diferente e terrível, um fantasma que bebia sangue. Subia nas árvores para procurar ninhos; se arrastava dentro de tocas para encontrar filhotes; escorregava através das janelas para procurar berços. (TOLKIEN, 2002a, p. 75)

Descendo a face de um precipício, íngreme e quase lisa ao que parecia no luar pálido, uma pequena figura negra vinha com suas finas pernas abertas. Talvez suas mãos e pés moles e pegajosos estivessem encontrando fendas e apoios que um hobbit jamais poderia ter visto ou usado, mas parecia que ele estava simplesmente descendo com patas viscosas, como algum bicho grande à espreita, semelhante a um inseto. E estava descendo de cabeça para baixo, como se farejasse o caminho. De vez em quando erguia a cabeça devagar, jogando-a para trás sobre seu pescoço longo e fino, e os hobbits viram de relance duas pequenas luzes brilhantes, os olhos dele, que piscavam à luz da lua por um instante, e em seguida eram rapidamente cobertos pelas pálpebras outra vez. (TOLKIEN, 2002b, p. 293)

Temos aqui a configuração de um pequeno monstro, que se define como oposto à humanidade; Gollum tem pouco dela em seu pequeno corpo, desfigurado pelos longos anos de isolamento, e em sua alma, desprovida, na maior parte do tempo, de emoções e ações boas.

De acordo com Nazário (1998), o monstro

é o inimigo mortal, aquele contra o qual [a humanidade] só pode reagir pelo extermínio. No imaginário popular, o Mal é enorme, maciço, assumindo frequentemente a forma excessiva de um animal antediluviano. (...) A maior parte dos atributos da monstruosidade está em clara oposição aos atributos que definem a condição humana. (NAZÁRIO, 1998, p.11)

Ainda para Nazário (1998), mais do que reconhecer o mal, há, ainda, no homem, a necessidade de projetar, na besta, no monstro e no horror, o mal que não é reconhecido em si mesmo, já que (...)

o monstro é o outro, o estranho, o estrangeiro, o ‘inimigo natural’ pronto a encarnar o mal e a contaminar, com sua simples presença a humanidade identificada com a ideia que os perseguidores fazem de si. Cada perseguidor vê no ‘outro’ o ‘avesso de si mesmo’, o Mal que expelle de si para poder destruir e, nesse momento, afirmar sua humanidade. (p. 285)

Ainda no livro I, quando Gandalf conversa com Frodo sobre o Anel, surge na fala do hobbit o desejo de que Gollum tivesse sido aniquilado por Bilbo quando este teve a oportunidade, n’*O Hobbit*. Mas Gandalf tem esperança de que essa lógica de assassinato de que fala Frodo – e de que fala Nazário – se reverta. Ele acredita no poder de mudança dos seres, na possibilidade de que o bem que existe em todos direcionem alguma luz, entre uma fenda na escuridão, para o caminho do bom:

– É uma pena que Bilbo não tenha apunhalado aquela criatura vil, quando teve a chance!

– Pena? Foi justamente pena que ele teve. Pena e Misericórdia: não atacar sem necessidade. E foi bem recompensado, Frodo. Tenha certeza de que ele foi tão pouco molestado pelo mal, e no final escapou, porque começou a possuir o Anel desse modo. Com pena.

– Sinto muito – disse Frodo. – Mas estou com medo; e não sinto nenhuma pena de Gollum.

– Você não o viu – Gandalf interrompeu.

– Não vi e não quero ver – disse Frodo. Não consigo entender você. Quer dizer que você e os elfos deixaram-no viver depois de todas as coisas horríveis que fez? Agora, de qualquer modo, ele é tão mau quanto um orc, e um inimigo. Merece a morte.

– Merece! Ouso dizer que sim. Muitos que vivem merecem a morte. E alguns que morrem merecem viver. Você pode dar-lhes vida? Então não seja tão ávido para

julgar e condenar alguém à morte. Pois mesmo os muito sábios não conseguem ver os dois lados. Não tenho muita esperança de que Gollum possa se curar antes de morrer, mas existe uma chance. E ele está ligado ao destino do Anel. Meu coração me diz que ele tem ainda algum tipo de função a desempenhar, para o bem ou para o mal, antes do fim; e quando a hora chegar, a pena de Bilbo pode governar o destino de muitos – e o seu também. (TOLKIEN, 2002a, p. 81)

Como uma profecia, aquilo que Gandalf pensa e acha sobre Gollum realmente acontece: a partir do capítulo *Sméagol Domado*, no livro IV – quando a criatura é feita prisioneira por Frodo e Sam, porque os seguia, em busca do Um – vemos lapsos de Sméagol em Gollum. Frodo se lembra das palavras de Gandalf, da referência à pena, e passa a ser compassivo com Gollum, tomando-o como guia para Mordor, já que se encontravam perdidos pelo caminho.

– Isso machuca nós, isso machuca nós – chiou Gollum. – Congela, morde! Os elfos trançaram a corda, malditos! Hobbits maldosos e cruéis! É por isso que nós está tentando escapar, é claro que é por isso, precioso. Já desconfiava que eles eram hobbits cruéis. Eles visita os elfos, elfos ferozes com olhos brilhantes. Tire essa corda de nós, ela machuca nós.

– Não, não vou tirá-la de você – disse Frodo –, a não ser – parou por um momento, pensando –, a não ser que haja uma promessa que você possa fazer e na qual eu possa confiar.

– Sim, ssim¹⁸ – disse Gollum, ainda se contorcendo e agarrando o tornozelo. – Isso nos machuca. Nós juramos fazer o que ele deseja.

– Jura? – disse Frodo.

¹⁸ Aqui vale pararmos um pouco e olhar para a linguagem sibilada da criatura – e propositalmente reproduzida assim no original: ‘We will swear to do what he wants, yes, yess,’ said Gollum, still twisting and grabbling at his ankle. ‘It hurts us.’

– *Sméagol* – disse *Gollum* de repente e numa voz clara, abrindo completamente os olhos e lançando a *Frodo* um olhar estranho. – *Sméagol* vai jurar sobre o *Precioso*. (...)

– E o que você juraria? – perguntou *Frodo*.

– Ser muito, muito bom – disse *Gollum*. Depois, arrastando-se até os pés de *Frodo*, ajoelhou-se diante dele, sussurrando numa voz rouca: um tremor tomou conta de seu corpo, como se as palavras lhe abalassem os próprios ossos de medo.

– *Sméagol* jura que nunca, nunca permitirá que Ele o tenha. Nunca. *Sméagol* vai salvá-lo. (TOLKIEN, 2002b, p. 300-301) [Grifos meus]

Uma leitura mais atenta percebe que o momento reproduzido acima – e grifado por mim – é a primeira vez em que *Gollum* chama a si mesmo de *Sméagol*, o nome que tinha quando ainda era um bom hobbit, muitas décadas antes. A partir desse momento, passamos a ver cada vez mais de *Sméagol* e menos de *Gollum* na narrativa.

Então voltamos ao desejo triangular. *Sméagol/Gollum*, em certa medida, não pertence ao mundo dos hobbits mais, mas, sim, a um mundo subterrâneo, conquistado por ele em suas escavações. Além disso, de maneira subjetiva, ele se encontra bastante distante dos hobbits no que se refere à aparência e à índole: perturbado, ele conversa consigo mesmo, tece para si diálogos longos, complexos e violentos, apesar de sua linguagem precária. Poderíamos, talvez, associar essa relação à mediação externa, ao menos pelo lado de *Sméagol*, porque compreendemos – e *Frodo* também o faz – que pode haver muito mais em *Gollum* do que malícia e perniciosidade: ao jurar pelo Anel (“seu precioso”, como o chama), ele entrelaça seu caminho aos dos hobbits e há momentos na história em que vemos que ele desenvolve um laço com *Frodo*, chamando-o mestre e comportando-se de maneira amigável e submissa; *Frodo* seria, então, o mediador externo dessa relação. *Sméagol/Gollum* deseja ser o dono do Um Anel, mas também passa a

admirar, idolatrar Frodo, desistindo por algum tempo de sua intenção primária e passando a agir cada vez mais como o bom Sméagol e menos como o malvado Gollum.

O fato é que há uma cisão entre Sméagol e Gollum, numa questão que beira a dupla personalidade. Isso fica mais claro quando Sméagol entra em conflito quanto a continuar ajudando os hobbits, ao invés de matá-los sorrateiramente e tomar deles o Um Anel. No episódio seguinte, ele oscila entre Sméagol e Gollum, criando um diálogo consigo próprio:

(...) Gollum estava conversando consigo mesmo. Sméagol travava um debate com algum outro pensamento que usava a mesma voz, mas a fazia guinchar e chiar. Uma luz opaca e uma luz verde alternavam em seus olhos, conforme falava. – Sméagol prometeu – disse o primeiro pensamento.

– Sim, sim, meu precioso – veio a resposta. – Nós prometemos: salvar nosso precioso, não deixar que Ele o tenha – nunca. Mas está indo para Ele, sim, mais próximo a cada passo. O que o hobbit vai fazer com Ele? Nós fica pensando, sim, nós fica.

– Não sei. Não posso fazer nada. O mestre está com Ele. Sméagol prometeu ajudar o mestre.

– Sim, sim, ajudar o mestre: o mestre do Precioso. Mas se nós fosse mestre, então nós poderia se salvar, sim, e ainda assim manter a promessa.

– Mas Sméagol disse que seria muito, muito bom. Hobbit bonzinho! Tirou a corda cruel da perna de Sméagol. Ele fala comigo com gentileza.

– Muito, muito bom, hein, meu precioso? Vamos ser bons, bons como peixes, minha doçura, para nós mesmo. Não machucar o hobbit bonzinho, claro que não, não.

– Mas o Precioso mantém a promessa — objetou a voz de Sméagol.

– Então pegue ele – disse a outra –, e vamos ter ele nós mesmo! Então vamos ser mestre, *gollum!* Fazer o outro hobbit, o hobbit mau e desconfiado, fazer ele rastejar, sim, *gollum!*

– Mas não o hobbit bonzinho?

– Oh, não, não se isso não nos agrada. Mas ele é um Bolseiro, meu precioso, sim, um Bolseiro. Um Bolseiro roubou ele. Encontrou ele e não disse nada, nada. Nós odeia os Bolseiros.

– Não, não este Bolseiro.

– Sim, qualquer Bolseiro. Todas as pessoas que têm o Precioso. Precisamos tomar ele.

– Mas Ele vai ver, Ele vai saber. Vai tirá-lo de nós!

– Ele vê. Ele sabe. Ele nos escutou fazendo promessas bobas – contra as ordens d’Ele, sim. Precisamos ter ele. Os Espectros estão procurando. Precisamos pegá-lo.

– Não para Ele!

– Não, minha doçura. Veja bem, meu precioso: se nós o tivermos, então poderemos escapar, até mesmo d’Ele, hein? Talvez nós fique muito forte, mais forte que os Espectros. Senhor Sméagol? Gollum, o Grande? *O Gollum!* Comer peixe todo dia, três vezes por dia, peixes frescos do mar. Preciosíssimo Gollum! Nós quer ele, nós quer ele, nós quer ele!

– Mas tem eles dois. Eles vão acordar rápido demais e nos matar – choramingou Sméagol num último esforço. – Não agora. Ainda não.

– Nós quer ele! Mas – e aqui houve uma longa pausa, como se um novo pensamento tivesse acordado. – Não, ainda não, é? Ela pode ajudar. Ela pode, sim.

– Não, não! Desse jeito não! – gemeu Sméagol.

– Sim, nós quer ele! Nós quer ele! (TOLKIEN, 2002b, p. 323-327)

Por outro lado, temos Gollum, que estabelece com Frodo uma relação de mediação interna: ele passa a invejar o hobbit, a se ver na mesma categoria que os hobbits, daí o conflito – propor que eles sejam mortos e que Sméagol e Gollum sejam o mestre – daí o ódio aos Bolseiros, como se falasse a si mesmo no espelho, um efeito duplo de espelhamento do outro, no outro, em si, portanto.

3.4. A magia do Um Anel

Tolkien tem a capacidade de ficcionalizar um dos temas de maior desdobramento no período em que viveu: o fato de que o mal tem a habilidade de a todos vigiar e de a todos encontrar. No caso da trilogia, isso se configura como o olho de Sauron, pan-óptico, aquele que tudo vê.

(...) quando falamos do poder disciplinar na Terra Média, temos a presença da mais clara ilustração do Panóptico dos irmãos Bentham e de Foucault, o Olho de Sauron. Este “olho do poder” de Foucault, com o seu “regard partout”, é a representação mitológica do mais cruel e tecnologicamente avançado instrumento da vigilância. (...) Bentham atesta que, numa situação de vigilância perceptivelmente continuada, os sujeitos impõem a si mesmos uma disciplina de comportamento de acordo com os padrões e a vontade do agente, alterando o seu comportamento social. Torna-se então numa autodisciplina que resulta, ao nível do sujeito, da aplicação do dispositivo tecnológico da vigilância sobre a relação existente entre as duas partes, tendo como consequência o “empoderamento” do agente.

Na Terra Média, o panóptico de Sauron está presente em todos os momentos da acção, vigiando os sujeitos de forma perceptivelmente continuada com o seu “gaze”, o mesmo de Foucault, e impondo-lhes alterações de comportamento bastante visíveis. (RAMOS, 2013, p. 139)

Curiosamente, o Senhor do Escuro em si – cuja existência instaura a necessidade de o bem lutar contra o mal – não possui forma física, não é um ser grotesco que implanta nos corações dos bons o medo por meio de sua aparência; que causa nos seres o temor por sua vida, mas sim pelo controle de seus comportamentos, de seus pensamentos, de

suas almas. Por ter perdido sua forma física na Primeira Guerra do Anel, ele retorna como um grande olho que, em teoria, tudo vê.

Mas o panóptico de Sauron não actua sozinho. Juntamente com ele actua mini-panópticos que, formando uma rede informativa com o instrumento tecnológico principal, espalham geograficamente o alcance da vigilância pela Terra Média. O conceito de mini-panópticos pode ser observado em Andrejevic (2006, p.337). Estes “Little Brothers” são as pedras palantíri que tudo veem, reúnem informação e estendem a visibilidade do “Big Brother”, o Olho de Sauron. (RAMOS, 2013, p. 139)

A par das pedras palantíri, existem inúmeros espiões ao serviço de Sauron. Quando a irmandade viaja para Mordor, são espiados pelos crebain da Dunlândia, pássaros negros que voam a avisar Sauron da localização do grupo. Estes fazem parte de um vasto grupo de espiões que actua ao serviço de Sauron e estendem o seu raio de acção pela Terra Média. (RAMOS, 2013, p. 140)

O Um Anel que Sauron criara contém grande poder maligno e, por meio da posse do mesmo, o senhor do escuro poderia retornar à sua forma física e à potência máxima de seus poderes. Também a descrição desse anel foge do estereótipo grotesco: é apenas dourado, livre de ornamentos, a não ser pela inscrição – a qual demonstra claramente as intenções de Sauron – que aparece em sua superfície quando colocado no fogo: “Um Anel para a todos governar, Um Anel para encontrá-los,/ Um Anel para a todos trazer e na escuridão aprisioná-los”.

Sendo um instrumento de poder é também, ao mesmo tempo, um dispositivo da rede de vigilância de Sauron, tornando-se em mais um mini-panóptico. (...)

O Anel é transportado por Frodo durante a viagem da irmandade, desde o Shire até Mordor, onde o objectivo é a sua destruição. Durante esta viagem é possível

observar como Frodo assume várias identidades, com personalidades diferentes daquela que era a sua, antes de ser o portador d'O Anel. (RAMOS, 2013, p. 140)

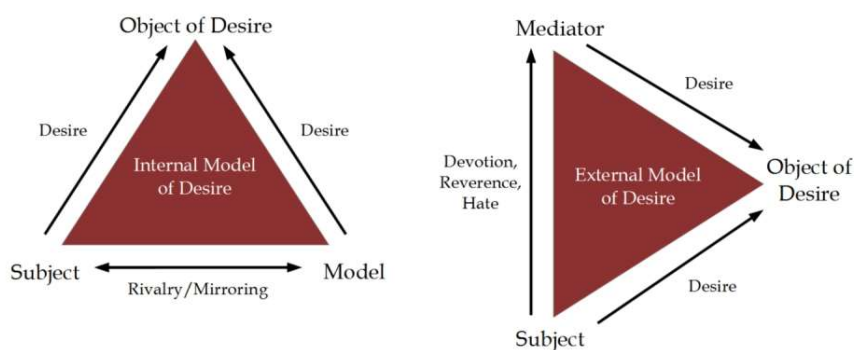
A teoria do desejo mimético joga nova luz sobre a magia do Um Anel. Sabemos que esse objeto é mágico e maligno, capaz de dar poder total a seu senhor e de ter vontade própria, já que está, por meio das fraquezas de seus portadores, o tempo todo tentando voltar para as mãos de Sauron.

O que Tolkien parece tecer e descortinar diante de nós é justamente o desejo mimético. Sob esse olhar, a força do Anel não estaria somente em sua magia, no desejo sobrenatural que todos têm de possuí-lo, mas sim no fato de que todos o desejam e de que todos invejam quem o possui.

Dessa forma, teríamos ambos os fenômenos da mediação interna e externa. Além de Sméagol/Gollum, há toda uma gama de personagens – Galadriel, Boromir que se encontram também aprisionados pelo desejo mimético. A rivalidade entre eles, a tentação de adquirir o Anel quase a qualquer custo, permeia a narrativa toda, de modo que posso afirmar que daí se vê a mediação interna.

A mediação externa acontece entre todos os personagens que desejam o Um e Sauron, o verdadeiro Senhor dos Anéis, como mediador externo, é adorado por muitos e detestado profundamente por todos. Em *Negative Desire: The One Ring*¹⁹, encontramos a seguinte imagem:

¹⁹ Retirado de <http://annaestelle.wordpress.com/2015/07/31/negative-desire-the-one-ring/> Acesso: março de 2021



Como primeiro exemplo, temos a rainha élfica Galadriel, para quem Frodo oferece o Um Anel, lhe fazendo a seguinte proposta:

– A Senhora Galadriel é sábia, destemida e bela – disse Frodo. – Dar-lhe-ei o Um Anel se assim o desejar. Esse peso é demais para mim. (TOLKIEN, 2002a, p. 507)

A resposta de Galadriel é um momento de loucura, em que ela se imagina possuidora do Um e, portanto, teríamos, no lugar de um Senhor do Escuro, uma Rainha “bela e terrível”, a quem todos amariam e temeriam.

– Sábia, a Senhora Galadriel pode ser – disse ela –, mas aqui ela encontrou alguém que está à sua altura em cortesia. De um modo gentil, você se vingou do teste que apliquei ao seu coração em nosso primeiro encontro. Agora começa a enxergar com olhos agudos. Não vou negar que meu coração desejou muito pedir o que está oferecendo. Por muitos longos anos, pensei o que faria, caso o Grande Anel me chegasse às mãos, e veja! Ele está agora ao meu alcance. O mal que foi concebido há muito tempo continua agindo de muitas maneiras, quer o próprio Sauron seja ou não derrotado. Não teria sido uma ação nobre a ser creditada ao Anel dele, se eu o tivesse tomado à força ou ameaçando meu hóspede? E agora finalmente ele chega. Você me oferece o Anel livremente! No lugar do Senhor

do Escuro, você coloca uma Rainha. E não serei escura, mas bela e terrível como a Manhã e a Noite! Bela como o Mar e o Sol e a Neve sobre a Montanha! Aterrorizante como a Tempestade e o Trovão! Mais forte que os fundamentos da terra. Todos deverão me amar e se desesperar!

Levantou a mão e do anel²⁰ que usava emanou uma grande luz que iluminou a ela somente, deixando todo o resto escuro. Ficou diante de Frodo e parecia agora de uma altura incalculável, e de uma beleza insuportável, terrível e digna de adoração. Depois deixou a mão cair, e a luz se apagou; e de repente ela riu de novo e eis então que se encolheu: era uma mulher élfica frágil, vestida num traje simples e branco, cuja voz gentil era suave e triste.

– Passei pelo teste – disse ela. – Vou diminuir e me dirigir para o Oeste, continuando a ser Galadriel. (TOLKIEN, 2002a, p. 507)

Também Boromir passa por um momento de loucura. Filho do regente de Gondor, reino de homens, ele vê seu povo definhando e sua capital decair. O Um seria, na concepção dele, uma arma poderosa contra o próprio Sauron, mas está determinado que nada de bom pode vir do Anel e que ele se aproveitaria do poder de cada pessoa que o possuísse para chegar às mãos de Sauron e, assim, propagar o mal.

No episódio seguinte, vemos Boromir tentar tirar o Anel de Frodo:

De repente, ele acordou de seu devaneio: teve a estranha sensação de que havia alguma coisa atrás dele, de que olhos hostis estavam sobre ele, mas para sua surpresa, tudo o que viu foi Boromir, com um rosto sorridente e gentil.

– Estava preocupado com você, Frodo – disse ele, chegando mais perto. – Se Aragorn tem razão e os orcs estiverem nas proximidades, então nenhum de nós deve vagar sozinho, e você menos ainda: muita coisa depende de você. E meu

²⁰ O anel que Galadriel leva consigo não é o Um, mas sim um dos Três, dados aos elfos por Sauron, em falso sinal de amizade, muito tempo antes de nossa narrativa.

coração também está pesado. Posso ficar agora e conversar um pouco, já que o encontrei? Isso me consolaria. Onde há muita gente, qualquer conversa se torna um debate sem fim. Mas duas pessoas juntas podem talvez encontrar a sabedoria.

– Você é gentil – respondeu Frodo. – Mas não acho que conversa alguma possa me ajudar. Pois sei o que devo fazer, mas tenho medo de fazê-lo, Boromir: tenho medo.

Boromir ficou em silêncio. As Cataratas de Rauros continuavam rugindo infinitamente. O vento murmurava nos galhos das árvores. Frodo tremeu.

De repente, Boromir se aproximou e sentou-se ao lado dele. – Tem certeza de que não está sofrendo sem necessidade? – disse ele. – Quero ajudá-lo. Você precisa de um conselho nessa difícil escolha. Aceita o meu?

– Acho que já sei que tipo de conselho você vai me oferecer, Boromir – disse Frodo. – E eu poderia considerá-lo um sábio conselho, se não fosse pela advertência do meu coração.

– Advertência? Advertência contra quê? – disse Boromir abruptamente.

– Contra a demora. Contra o caminho que parece mais fácil. Contra a recusa do fardo que é colocado sobre meus ombros. Contra... Bem, é melhor que eu diga, contra a confiança na força e na sinceridade dos homens.

– Apesar disso, essa força vem por muito tempo protegendo vocês em seu pequeno país, embora não soubessem disso.

– Não duvido do valor de seu povo. Mas o mundo está mudando. As muralhas de Minas Tirith podem ser fortes, mas não são fortes o suficiente. Se não aguentarem, o que pode acontecer?

– Pereceremos na batalha, valorosamente. Mas ainda existe esperança de que elas aguentem.

– Não há esperança enquanto o Anel continuar existindo – disse Frodo.

– Ah! O Anel – disse Boromir, com os olhos faiscando. – O Anel! Não é um destino estranho nós sofreremos tanto medo e dúvida por uma coisa tão pequena?

Uma coisa tão pequena! E eu o vi apenas por um instante na Casa de Elrond. Poderia vê-lo um pouco outra vez?

Frodo levantou os olhos. De repente, seu coração gelou. Captou o brilho estranho no olhar de Boromir, apesar de seu rosto ainda se manter gentil e amigável. – É melhor que ele fique escondido – respondeu ele.

– Como quiser. Não me preocupo – disse Boromir. – Mas não posso nem falar dele? Pois você parece estar sempre pensando só no poder do Anel nas mãos do Inimigo: em seus usos maléficos, e não nos bons. O mundo está mudando, você diz. Minas Tirith vai perecer, se o Anel perdurar. Mas por quê? Certamente seria assim se o Anel estivesse com o Inimigo. Mas por que, se estivesse conosco?

– Você não estava no Conselho? – respondeu Frodo. – Porque não podemos usá-lo, e porque o que é feito com ele se transforma em malefício.

Boromir levantou-se e ficou andando de um lado para outro, impaciente. – Você continua dizendo isso – exclamou ele. – Gandalf, Elrond... todos esses lhe ensinaram a falar desse modo. Em relação a eles próprios, podem estar certos. Esses elfos e meio-elfos e magos, eles talvez fracassassem. Apesar disso, ainda tenho dúvidas se são sábios, e não apenas tímidos. Mas cada um é do seu modo. Homens de coração sincero, estes não serão corrompidos. Nós, de Minas Tirith, temos permanecido firmes através de longos anos de provações. Não desejamos o poder dos senhores dos magos, só a força para nos defendermos, a força numa causa justa. E veja! Em nossa necessidade, o acaso traz à luz o Anel de Poder. É uma dádiva, eu digo; uma dádiva aos inimigos de Mordor. É loucura não fazer uso dela, não usar o poder do Inimigo contra ele mesmo. Os corajosos, os destemidos, só estes conseguirão a vitória. O que não poderia fazer um guerreiro nesta hora, um grande líder? O que Aragorn não poderia fazer? Ou, se ele se recusar, por que não Boromir? O Anel poderia me dar poder de Comando. Como eu poderia rechaçar os exércitos de Mordor, e todos os homens seguiriam minha bandeira!

Boromir andava para cima e para baixo, falando cada vez mais alto. Parecia quase que tinha esquecido de Frodo, enquanto sua fala se detinha em muralhas e armas, e no ajuntamento de tropas de homens; fazia planos para grandes alianças e gloriosas vitórias futuras; e destruía Mordor e se tornava um rei poderoso, benevolente e sábio. De repente, parou e agitou os braços.

– E eles nos dizem para jogá-lo fora! – gritou ele. – Não digo *destruí-lo*. Isso seria bom, se racionalmente pudéssemos ter alguma esperança de fazê-lo. Mas não podemos. O único plano proposto é que um pequeno deva andar cegamente para dentro de Mordor e oferecer ao Inimigo todas as chances de recapturá-lo. Loucura!

– Certamente você está entendendo, meu amigo? – disse ele, voltando-se agora de repente para Frodo outra vez. – Você diz que está com medo. Se é assim, os mais corajosos devem perdoá-lo. Mas não seria na verdade o seu bom senso que se revolta?

– Não, estou com medo – disse Frodo. – Simplesmente com medo. Mas estou feliz por ter ouvido você falar tão abertamente. Minha mente agora está menos confusa.

– Então você virá para Minas Tirith? – gritou Boromir, com os olhos brilhando e o rosto ansioso.

– Você não está me entendendo — disse Frodo.

– Mas você virá, pelo menos por um tempo? – persistiu Boromir. – Minha cidade não está longe agora, e a distância de lá até Mordor é um pouco maior do que se partíssemos daqui. Faz tempo que estamos viajando por lugares desertos, e você precisa saber o que o Inimigo está fazendo antes de tomar uma decisão. Venha comigo, Frodo – disse ele. – Você precisa descansar antes de sua aventura, se é que precisa mesmo ir. – Colocou a mão no ombro do hobbit de um modo amigável, mas Frodo sentiu a mão tremendo com uma agitação contida. Deu um

passo abrupto para trás, e olhou alarmado para aquele homem alto, com quase o dobro de seu tamanho e muitas vezes mais forte que ele.

– Por que essa hostilidade? – perguntou Boromir. – Sou um homem sincero. Não sou ladrão nem perseguidor. Preciso de seu Anel: agora você já sabe; mas dou-lhe minha palavra de que não pretendo ficar com ele. Você não permitiria pelo menos que eu tentasse pôr em prática meu plano? Empreste-me o Anel!

– Não! Não! – gritou Frodo. – O Conselho designou-me como Portador.

– É por nossa própria tolice que o Inimigo vai nos derrotar – gritou Boromir. – Isso me enfurece! Tolo! Tolo obstinado! Correndo de livre e espontânea vontade em direção à morte, e arruinando nossa causa. Se algum mortal tem o direito de reivindicar o Anel, esse direito pertence aos homens de Númenor, e não aos pequenos. O direito não é seu, exceto por um acaso infeliz, podia ter sido meu. Devia ser meu. Dê-me o Anel!

Frodo não respondeu, mas se afastou até que a grande pedra plana ficasse entre eles. – Vamos, vamos, meu amigo! – disse Boromir numa voz mais suave. – Por que não se livrar dele? Por que não se libertar de sua dúvida e de seu medo? Você pode colocar a culpa em mim, se quiser. Pode dizer que eu sou forte demais e o tomei à força. Porque eu sou forte demais para você, pequeno – gritou ele, e de repente subiu na pedra e saltou sobre Frodo. Seu rosto belo e agradável estava terrivelmente transformado; um fogo feroz lhe queimava os olhos.

Frodo recuou e outra vez a pedra ficou entre os dois. Só havia uma coisa a fazer: tremendo, tirou o Anel da corrente e colocou-o depressa no dedo, no exato momento em que Boromir saltava de novo em sua direção. O homem ficou atônito, olhando surpreso por um momento, e depois correu em volta do lugar, ensandecido, procurando aqui e ali por entre as rochas e árvores.

– Trapaceiro miserável! – gritou ele. – Deixe-me colocar as mãos em você! Agora entendo o que pretende. Levará o Anel para Sauron e nos venderá a todos. Só estava esperando uma oportunidade para nos deixar em apuros. Amaldiçoo você

e todos os pequenos com a morte e a escuridão! Então, tropeçando numa pedra, caiu e esparramou-se de rosto no chão. Por um momento, ficou parado como se sua própria praga o tivesse atingido; depois, de repente, começou a chorar.

Levantou-se passando a mão nos olhos, limpando as lágrimas. – O que eu disse? – gritou ele. – O que eu fiz? Frodo, Frodo! – chamou ele. – Volte! Uma loucura tomou conta de mim, mas já passou. Volte! (TOLKIEN, 2002a, p. 552-556)

Essa *loucura* que acomete os personagens se aproxima do mecanismo do desejo mimético no sentido de que eles invejam Frodo por possuir o Anel. Assim, o que seduz, mesmo que por um instante, Gollum, Galadriel e Boromir não é explicitamente o poder maligno do objeto, mas sim o fato de que outros e todos o desejam, da mesma maneira que invejam, reverenciam e odeiam Sauron, por ser o criador e possuidor original do Um.

Conclusão

Although Tolkien's worldwide popularity began in America in the 1960s, his themes — power, choice, nature, technology, loyalty, loss, and redemption — are not the concerns of one time and place. They resonate in all times and all places (Drout, 2007, p.15)

O cerne da narrativa de Tolkien é, por fim, a coragem, colocar-se em movimento quando as cidades desmoronam, quando as esperanças estão perdidas ou por um fio, quando se acredita que a ajuda não virá. Tudo isso – a coragem que Tolkien imprime em Éowyn, em Frodo, em Sam, em Merry e Pippin, em Aragorn, Legolas, Gimli, em Sméagol, em Galadriel, em Gandalf, em Boromir – é a coragem que ele imprime em nós, seus leitores.

Retomar a elaboração dessa dissertação ao longo do último ano me colocou nesse lugar: o de me colocar em movimento, ainda que com medo; o de dar um passo para fora da letargia, ainda que me sentindo pequena, irresoluta, indefesa. O legado que Tolkien deixa para mim e para todos os seus leitores passados, presentes e futuros é uma narrativa de alta fantasia, complexa, que desnuda questões também complexas: o mal, a guerra, o poder, a ganância, o preconceito, a inveja, o desejo mimético, que revela a ambição desmedida; o lirismo, a amizade, a luta, enfim, a vida.

A história alimenta mentes há gerações, protelando sua resolução como maneira de ter tempo e espaço para tratar de todas essas questões. A angústia fica para o leitor elaborar, porque a narrativa não termina expressamente com um *happy ending* hollywoodiano, mas sim com um fim sutilmente melancólico, ainda que com uma centelha de esperança.

A coragem em Tolkien deságua nos dias hoje, quando o desejo pelo poder e o ódio impulsionam e corrompem a humanidade. Se eu pudesse dar minha resposta a Einstein, diria que o meio de evitar a ameaça de guerra são as histórias, porque delas nascem a coragem e a beleza do nosso mundo.

Este momento de minha vida e de meus estudos chegou, afinal, a um fim, porque – e só porque – foi dado um fim à escuridão: no livro de Tolkien e em meu coração.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém – Um estudo da Banalidade do Mal*; tradução: José Rubens Siqueira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BENJAMIN, W. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* In *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1*; tradução: Sérgio Paulo Rouanet – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987a.

_____. *Teorias do Fascismo Alemão. Sobre a coletânea Guerras e Guerreiros, editada por Ernst Jünger* In *Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1*; tradução: Sérgio Paulo Rouanet – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b.

CARPENTER, H. J. R. R. *Tolkien. A Biography*. London: Harper Collins Publishers, 2002.

_____. *As cartas de J. R. R. Tolkien*. Organização de Humphrey Carpenter, com assistência de Christopher Tolkien; tradução de Gabriela Blum Oliva. – Curitiba: Arte e Letra Editora, 2006.

CARUTH, Cathy. *Unclaimed Experience. Trauma, Narrative, and History*, Baltimore e Londres: John Hopkins University Press, 1996.

CUNHA, P. R. F. *American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950* / Paulo Roberto Ferreira da Cunha. – São Paulo, 2017.

KAPLAN, E. A. *Trauma Culture. The Politics of Terror and Loss in Media and Literature*, New Brunswick, New Jersey: Rutgers UP, 2005.

DA COSTA, M. M. *A respeito da literatura trivial*. Universidade Federal do Paraná Letras, n. 48, p. 37-46. – Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

DA MATTA, R. *Ensaio de Sociologia Interpretativa*. – Rio de Janeiro: Rocca, 1986.

DE PAULA, A. C. *O mal e as entidades ficcionais: um perspectiva ontológica na compreensão da simbólica do mal*. 2017. Retirado de <
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7903>> Acesso: maio de 2021.

DOS SANTOS, J. L. *O que é cultura*. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DROUT, M. ed., J.R.R. *Tolkien Encyclopedia: Scholarship and Critical Assessment*. New York e London: Routledge, 2007.

ECO, H. (Org.) *História da Beleza*. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FEIJÓ, M. C. *Cultura e Contracultura – Relações entre conformismo e utopia*. Revista FACOM, São Paulo, n. 21, 1º semestre de 2009.

FELMAN, S. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*; tradução Ariani Sudatti, São Paulo: EDIPRO, 2014.

FREUD, S. Por que a guerra?. Tradução J. Salomão, edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XXII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1932), 1974.

_____. *Além do princípio do prazer* In *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GALVÃO, W.N. *A donzela-guerreira – Um estudo de gênero*. – São Paulo: Editora SENAC, 1998.

GIRARD, R. *Mentira Romântica, Verdade Romanesca*. Tradução: Lilia Ledon da Silva. – São Paulo: É Realizações Editora, 2009.

GRANJA, G. F. *Anéis que se entrelaçam n'O Senhor dos Anéis, de J.R.R. Tolkien: a biografia do autor, as Guerras Mundiais, a figura do Narrador, as influências e motivos da Ficção Maravilhosa*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

HALL, Michael. *The Influence of J.R.R. Tolkien on Popular Culture*. Southern Illinois University. Carbondale, 2005.

HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ILARI, M. D. S. *Dez obras para se pensar a contracultura dos anos 1960*. Retirado de <<https://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Contracultura.pdf>>. Acesso: janeiro de 2018.

JAMESON, F. *War and Representation*. Modern Language Association of America. Vol. 124. n.5, 2009.

JEHA, J. *Monstros como metáforas do mal*. Retirado de <www.academia.edu/657763/Monstros_como_metáforas_do_mal> . Acesso: março de 2020.

PINHEIRO, R. *Éowyn, a Senhora de Rohan*. 2007. Retirado de https://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2018/11/O_Senhor_dos_Aneis-Renata_Kabke_Pinheiro.pdf . Acesso: maio de 2021.

KAYSER, W. *O Grotesco – Configuração na pintura e na literatura*. Tradução: J. Guinsburg. – São Paulo: Perspectiva, 2013.

KYRMSE, R. *Explicando Tolkien*. – São Paulo: Mastins Fontes, 2003.

LEYS, Ruth. *Trauma: geneology*, Chicago: University of Chicago Press, 2000.

MANN, T. *A montanha mágica*. Tradução: Herbert Caro. – São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1952.

NAZÁRIO, L. *Da Natureza dos Monstros*. – São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

OLIVEIRA, A. M. *Direito e Literatura: quando a voz de Saruman ecoa na retórica jurídica*. Revista Crítica do Direito nº5, vol. 66. São Paulo, 2015.

PROPP, V. *As raízes históricas do conto maravilhoso*; tradução Rosemary Costhek Abílio, Paulo Bezerra. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RICOEUR, P. *O mal: um desafio à filosofia e à teologia*; tradução: Maria da Piedade Eça de Almeida. – Campinas: Papirus, 1988.

RACY, G. *Tolkien e os críticos: recepção e legitimação no campo literário*. Revista Campos (UFPR), v.13, 2014.

RAMOS, H. F. *O Panóptico de Sauron: Poder e Vigilância no Senhor dos Anéis de J.R.R. Tolkien*. Observatorio (OBS*) Journal, vol.7 - nº3, 129-152, 2013.

SPERBER, S. *Ficção e Razão: uma retomada das Formas Simples*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2009.

TOLKIEN, J.R.R. *O senhor dos anéis: primeira parte: a sociedade do anel*; tradução de Lenita Maria Rímoli Esteves, Almiro Pisseta; revisão técnica e consultoria Ronald Eduard Kyrmse; coordenação Luís Carlos Borges. – São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. *O senhor dos anéis: segunda parte: as duas torres*; tradução de Lenita Maria Rímoli Esteves, Almiro Pisseta; revisão técnica e consultoria Ronald Eduard Kyrmse; coordenação Luís Carlos Borges. – São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. *O senhor dos anéis: terceira parte: o retorno do rei*; tradução de Lenita Maria Rímoli Esteves, Almiro Pisseta; revisão técnica e consultoria Ronald Eduard Kyrmse; coordenação Luís Carlos Borges. – São Paulo: Martins Fontes, 2002c.

_____. *O Hobbit*; tradução de Lenita Maria Rímoli Esteves, Almiro Pisseta; revisão técnica e consultoria Ronald Eduard Kyrmse; coordenação Luís Carlos Borges. – São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ZILBERMAN, R. *A guerra – mais que um tema para a literatura*. Nau literária. Porto Alegre, RS. Vol. 11, n. 2, p. 1-6, 2015.

Anexo

Por que a Guerra?

Indagações entre Einstein e Freud (cartas)

Carta de Einstein

Caputh junto a Potsdam, 30 de julho de 1932

Prezado Professor Freud,

A proposta da Liga das Nações e de seu Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, em Paris, de que eu convidasse uma pessoa, de minha própria escolha, para um franco intercâmbio de pontos de vista sobre algum problema que eu poderia selecionar, oferece-me excelente oportunidade de conferenciar com o senhor a respeito de uma questão que, da maneira como as coisas estão, parece ser o mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar. Este é o problema: Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra? É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência de nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos; não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso.

Ademais, acredito que aqueles cuja atribuição é atacar o problema de forma profissional e prática, estão apenas adquirindo crescente consciência de sua impotência para abordá-lo, e agora possuem um vivo desejo de conhecer os pontos de vistas de homens que, absorvidos na busca da ciência, podem mirar os problemas do mundo na perspectiva que a distância permite. Quanto a mim, o objetivo habitual de meu pensamento não me permite uma compreensão interna das obscuras regiões da vontade e do sentimento humano. Assim, na indagação ora proposta, posso fazer pouco mais do que procurar esclarecer a questão em referência e, preparando o terreno das soluções mais

óbvias, possibilitar que o senhor proporcione a elucidação do problema mediante o auxílio do seu profundo conhecimento da vida instintiva do homem. Existem determinados obstáculos psicológicos cuja existência um leigo em ciências mentais pode obscuramente entrever, cujas inter-relações e filigranas ele, contudo, é incompetente para compreender; estou convencido de que o senhor será capaz de sugerir métodos educacionais situados mais ou menos fora dos objetivos da política, os quais eliminarão esses obstáculos.

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspecto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo conflito que surja entre nações. Cada nação submeter-se-ia à obediência às ordens emanadas desse organismo legislativo, a recorrer às suas decisões em todos os litígios, a aceitar irrestritamente suas decisões e a pôr em prática todas as medidas que o tribunal considerasse necessárias para a execução de seus decretos. Já de início, todavia, defronto-me com uma dificuldade; um tribunal é uma instituição humana que, em relação ao poder de que dispõe, é inadequada para fazer cumprir seus veredictos, está muito sujeito a ver suas decisões anuladas por pressões extrajudiciais. Este é um fato com que temos de contar; a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas, e as decisões jurídicas se aproximam mais da justiça ideal exigida pela comunidade (em cujo nome e em cujos interesses esses veredictos são pronunciados), na medida em que a comunidade tem efetivamente o poder de impor o respeito ao seu ideal jurídico. Atualmente, porém, estamos longe de possuir qualquer organização supranacional competente para emitir julgamentos de autoridade incontestável e garantir absoluto acatamento à execução de seus veredictos. Assim, sou levado ao meu primeiro princípio; a busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada

medida, à sua liberdade de ação, ou seja, à sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança.

O insucesso, malgrado sua evidente sinceridade, de todos os esforços, durante a última década, no sentido de alcançar essa meta, não deixa lugar à dúvida de que estão em jogo fatores psicológicos de peso que paralisam tais esforços. Alguns desses fatores são mais fáceis de detectar. O intenso desejo de poder, que caracteriza a classe governante em cada nação, é hostil a qualquer limitação de sua soberania nacional. Essa fome de poder político está acostumada a medrar nas atividades, de um outro grupo, cujas aspirações são de caráter econômico, puramente mercenário. Refiro-me especialmente a esse grupo reduzido, porém decidido, existente em cada nação, composto de indivíduos que, indiferentes às condições e aos controles sociais, consideram a guerra, a fabricação e venda de armas simplesmente como uma oportunidade de expandir seus interesses pessoais e ampliar a sua autoridade pessoal.

O reconhecimento desse fato, no entanto, é simplesmente o primeiro passo para uma avaliação da situação atual. Logo surge uma outra questão: como é possível a essa pequena súcia dobrar a vontade da maioria, que se resigna a perder e a sofrer com uma situação de guerra, a serviço da ambição de poucos? (Ao falar em maioria, não excluo os soldados, de todas as graduações, que escolheram a guerra como profissão, na crença de que estejam servindo à defesa dos mais altos interesses de sua raça e de que o ataque seja, muitas vezes, o melhor meio de defesa.) Parece que uma resposta óbvia a essa pergunta seria que a minoria, a classe dominante atual, possui as escolas, a imprensa e, geralmente, também a Igreja, sob seu poderio. Isto possibilita organizar e dominar as emoções das massas e torná-las instrumento da mesma minoria.

Ainda assim, nem sequer essa resposta proporciona uma solução completa. Daí surge uma nova questão: como esses mecanismos conseguem tão bem despertar nos

homens um entusiasmo extremado, a ponto de estes sacrificarem suas vidas? Pode haver apenas uma resposta. É porque o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição. Em tempos normais, essa paixão existe em estado latente, emerge apenas em circunstâncias anormais; é, contudo, relativamente fácil despertá-la e elevá-la à potência de psicose coletiva. Talvez aí esteja o ponto crucial de todo o complexo de fatores que estamos considerando, um enigma que só um especialista na ciência dos instintos humanos pode resolver.

Com isso, chegamos à nossa última questão. É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?

Aqui não me estou referindo tão-somente às chamadas massas incultas. A experiência prova que é, antes, a chamada 'Intelligentzia' a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, de vez que o intelectual não tem contato direto com o lado rude da vida, mas a encontra em sua forma sintética mais fácil — na página impressa.

Para concluir: Até aqui somente falei das guerras entre nações, aquelas que se conhecem como conflitos internacionais. Estou, porém, bem consciente de que o instinto agressivo opera sob outras formas e em outras circunstâncias. (Penso nas guerras civis, por exemplo, devidas à intolerância religiosa, em tempos precedentes, hoje em dia, contudo, devidas a fatores sociais; ademais, também nas perseguições a minorias raciais.) Foi deliberada a minha insistência naquilo que é a mais típica, mais cruel e extravagante forma de conflito entre homem e homem, pois aqui temos a melhor ocasião de descobrir maneiras e meios de tornar impossíveis qualquer conflito armado.

Sei que nos escritos do senhor podemos encontrar respostas, explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade para nós todos que o senhor apresentasse o problema da paz mundial sob o

enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação.

Muito cordialmente,

A Einstein

Carta de Freud

Viena, setembro de 1932.

Prezado Professor Einstein,

Quando soube que o senhor intencionava convidar-me para um intercâmbio de pontos de vista sobre um assunto que lhe interessava e que parecia merecer o interesse de outros além do senhor, aceitei prontamente. Esperava que o senhor escolhesse um problema situado nas fronteiras daquilo que é atualmente cognoscível, um problema em relação ao qual cada um de nós, físico e psicólogo, pudesse ter o seu ângulo de abordagem especial, e no qual pudéssemos nos encontrar, sobre o mesmo terreno, embora partindo de direções diferentes.

O senhor apanhou-me de surpresa, no entanto, ao perguntar o que pode ser feito para proteger a humanidade da maldição da guerra. Inicialmente me assustei com o pensamento de minha — quase escrevi ‘nossa’ — incapacidade de lidar com o que parecia ser um problema prático, um assunto para estadistas. Depois, no entanto, percebi que o senhor havia proposto a questão, não na condição de cientista da natureza e físico, mas como filantropo: o senhor estava seguindo a sugestão da Liga das Nações, assim como Fridtjof Nansen, o explorador polar, assumiu a tarefa de auxiliar as vítimas famintas e sem teto da guerra mundial. Além do mais, considerei que não me pediam para propor medidas práticas, mas sim apenas que eu delimitasse o problema da evitação da guerra tal como ele se configura aos olhos de um cientista da psicologia. Também nesse ponto,

o senhor disse quase tudo o que há a dizer sobre o assunto. Embora o senhor se tenha antecipado a mim, ficarei satisfeito em seguir no seu rasto e me contentarei com confirmar tudo o que o senhor disse, ampliando-o com o melhor do meu conhecimento — ou das minhas conjecturas.

O senhor começou com a relação entre o direito e o poder. Não se pode duvidar de que seja este o ponto de partida correto de nossa investigação. Mas, permita-me substituir a palavra ‘poder’ pela palavra mais nua e crua violência’? Atualmente, direito e violência se nos afiguram como antíteses. No entanto, é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra e, se nos reportarmos às origens primeiras e examinarmos como essas coisas se passaram, resolve-se o problema facilmente. Perdoe-me se, nessas considerações que se seguem, eu trilhar chão familiar e comumente aceito, como se isto fosse novidade; o fio de minhas argumentações o exige.

É, pois, um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pelo uso da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não tem motivo por que se excluir. No caso do homem, sem dúvida ocorrem também conflitos de opinião que podem chegar a atingir a mais raras nuances da abstração e que parecem exigir alguma outra técnica para sua solução. Esta é, contudo, uma complicação a mais. No início, numa pequena horda humana, era a superioridade da força muscular que decidia quem tinha a posse das coisas ou quem fazia prevalecer sua vontade. A força muscular logo foi suplementada e substituída pelo uso de instrumentos: o vencedor era aquele que tinha as melhores armas ou aquele que tinha a maior habilidade no seu manejo. A partir do momento em que as armas foram introduzidas, a superioridade intelectual já começou a substituir a força muscular bruta; mas o objetivo final da luta permanecia o mesmo — uma ou outra facção tinha de ser compelida a abandonar suas

pretensões ou suas objeções, por causa do dano que lhe havia sido infligido e pelo desmantelamento de sua força.

Conseguia-se esse objetivo de modo mais completo se a violência do vencedor eliminasse para sempre o adversário, ou seja, se o matasse. Isto tinha duas vantagens: o vencido não podia restabelecer sua oposição, e o seu destino dissuadiria outros de seguirem seu exemplo. Ademais disso, matar um inimigo satisfazia uma inclinação instintual, que mencionarei posteriormente. À intenção de matar opor-se-ia a reflexão de que o inimigo podia ser utilizado na realização de serviços úteis, se fosse deixado vivo e num estado de intimidação. Nesse caso, a violência do vencedor contentava-se com subjugar, em vez de matar, o vencido. Foi este o início da ideia de poupar a vida de um inimigo, mas a partir daí o vencedor teve de contar com a oculta sede de vingança do adversário vencido e sacrificou uma parte de sua própria segurança.

Esta foi, por conseguinte, a situação inicial dos fatos: a dominação por parte de qualquer um que tivesse poder maior — a dominação pela violência bruta ou pela violência apoiada no intelecto. Como sabemos, esse regime foi modificado no transcurso da evolução. Havia um caminho que se estendia da violência ao direito ou à lei. Que caminho era este? Penso ter sido apenas um: o caminho que levava ao reconhecimento do fato de que à força superior de um único indivíduo, podia-se contrapor a união de diversos indivíduos fracos.

‘L’union fait la force.’ A violência podia ser derrotada pela união, e o poder daqueles que se uniam representava, agora, a lei, em contraposição à violência do indivíduo só. Vemos, assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da

comunidade. A fim de que a transição da violência a esse novo direito ou justiça pudesse ser efetuada, contudo, uma condição psicológica teve de ser preenchida. A união da maioria devia ser estável e duradoura. Se apenas fosse posta em prática com o propósito de combater um indivíduo isolado e dominante, e fosse dissolvida depois da derrota deste, nada se teria realizado. A pessoa, a seguir, que se julgasse superior em força, haveria de mais uma vez tentar estabelecer o domínio através da violência, e o jogo se repetiria ad infinitum. A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve instituir autoridades para fazer com que esses regulamentos — as leis — sejam respeitadas, e para superintender a execução dos atos legais de violência. O reconhecimento de uma entidade de interesses como estes levou ao surgimento de vínculos emocionais entre os membros de um grupo de pessoas unidas — sentimentos comuns, que são a verdadeira fonte de sua força.

Acredito que, com isso, já tenhamos todos os elementos essenciais: a violência suplantada pela transferência do poder a uma unidade maior, que se mantém unida por laços emocionais entre os seus membros. O que resta dizer não é senão uma ampliação e uma repetição desse fato.

A situação é simples enquanto a comunidade consiste em apenas poucos indivíduos igualmente fortes. As leis de uma tal associação irão determinar o grau em que, se a segurança da vida comunal deve ser garantida, cada indivíduo deve abrir mão de sua liberdade pessoal de utilizar a sua força para fins violentos. Um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente. Na realidade, a situação complica-se pelo fato de que, desde os seus primórdios, a comunidade abrange elementos de força desigual — homens e mulheres, pais e filhos — e logo, como consequência da guerra e da conquista, também passa a incluir vencedores e vencidos, que se transformam em

senhores e escravos. A justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. Dessa época em diante, existem na comunidade dois fatores em atividade que são fonte de inquietação relativamente a assuntos da lei, mas que tendem, ao mesmo tempo, a um maior crescimento da lei.

Primeiramente, são feitas, por certos detentores do poder, tentativas, no sentido de se colocarem acima das proibições que se aplicam a todos — isto é, procuram escapar do domínio pela lei para o domínio pela violência. Em segundo lugar, os membros oprimidos do grupo fazem constantes esforços para obter mais poder e ver reconhecidas na lei algumas modificações efetuadas nesse sentido — isto é, fazem pressão para passar da justiça desigual para a justiça igual para todos. Essa segunda tendência torna-se especialmente importante se uma mudança real de poder ocorre dentro da comunidade, como pode ocorrer em consequência de diversos fatores históricos. Nesse caso, o direito pode gradualmente adaptar-se à nova distribuição do poder; ou, como sucede com maior frequência, a classe dominante se recusa a admitir a mudança e a rebelião e a guerra civil se seguem, com uma suspensão temporária da lei e com novas tentativas de solução mediante a violência, terminando pelo estabelecimento de um novo sistema de leis. Ainda há uma terceira fonte da qual podem surgir modificações da lei, e que invariavelmente se exprime por meios pacíficos: consiste na transformação cultural dos membros da comunidade. Isto, porém, propriamente faz parte de uma outra correlação e deve ser considerado posteriormente.

Vemos, pois, que a solução violenta de conflitos de interesses não é evitada sequer dentro de uma comunidade. As necessidades cotidianas e os interesses comuns, inevitáveis ali onde pessoas vivem juntas num lugar, tendem, contudo, a proporcionar a

essas lutas uma conclusão rápida, e, sob tais condições, existe uma crescente probabilidade de se encontrar uma solução pacífica. Outrossim, um rápido olhar pela história da raça humana revela uma série infindável de conflitos entre uma comunidade e outra, ou diversas outras, entre unidades maiores e menores — entre cidades, províncias, raças, nações, impérios —, que quase sempre se formaram pela força das armas. Guerras dessa espécie terminam ou pelo saque ou pelo completo aniquilamento e conquista de uma das partes. É impossível estabelecer qualquer julgamento geral das guerras de conquista. Algumas, como as empreendidas pelos mongóis e pelos turcos, não trouxeram senão malefícios. Outras, pelo contrário, contribuíram para a transformação da violência em lei, ao estabelecerem unidades maiores, dentro das quais o uso da violência se tornou impossível e nas quais um novo sistema de leis solucionou os conflitos. Desse modo, as conquistas dos romanos deram aos países próximos ao Mediterrâneo a inestimável pax romana, e a ambição dos reis franceses de ampliar os seus domínios criou uma França pacificamente unida e florescente.

Por paradoxal que possa parecer, deve-se admitir que a guerra poderia ser um meio nada inadequado de estabelecer o reino ansiosamente desejado de paz ‘perene’, pois está em condições de criar as grandes unidades dentro das quais um poderoso governo central torna impossíveis outras guerras. Contudo, ela falha quanto a esse propósito, pois os resultados da conquista são geralmente de curta duração: as unidades recentemente criadas esfacelam-se novamente, no mais das vezes devido a uma falta de coesão entre as partes que foram unidas pela violência. Ademais, até hoje as unificações criadas pela conquista, embora de extensão considerável, foram apenas parciais, e os conflitos entre elas ensejaram, mais do que nunca, soluções violentas. O resultado de todos esses esforços bélicos consistiu, assim, apenas em a raça humana haver trocado as numerosas

e realmente infindáveis guerras menores por guerras em grande escala, que são raras, contudo muito mais destrutivas.

Se nos voltamos para os nossos próprios tempos, chegamos a mesma conclusão a que o senhor chegou por um caminho mais curto. As guerras somente serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central a que será conferido o direito de arbitrar todos os conflitos de interesses. Nisto estão envolvidos claramente dois requisitos distintos: criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder. Uma sem a outra seria inútil. A Liga das Nações é destinada a ser uma instância dessa espécie, mas a segunda condição não foi preenchida: a Liga das Nações não possui poder próprio, e só pode adquiri-lo se os membros da nova união, os diferentes estados, se dispuserem a cedê-lo. E, no momento, parecem escassas as perspectivas nesse sentido. A instituição da Liga das Nações seria totalmente ininteligível se se ignorasse o fato de que houve uma tentativa corajosa, como raramente (talvez jamais em tal escala) se fez antes. Ela é uma tentativa de fundamentar a autoridade sobre um apelo a determinadas atitudes idealistas da mente (isto é, a influência coercitiva), que de outro modo se baseia na posse da força. Já vimos que uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações é o nome técnico) entre seus membros. Se estiver ausente um dos fatores, é possível que a comunidade se mantenha ainda pelo outro fator.

As ideias a que se faz o apelo só podem, naturalmente, ter importância se exprimirem afinidades importantes entre os membros, e pode-se perguntar quanta força essas ideias podem exercer. A história nos ensina que, em certa medida, elas foram eficazes. Por exemplo, a ideia do pan-helenismo, o sentido de ser superior aos bárbaros de além-fronteiras — ideia que foi expressa com tanto vigor no conselho anfitriônico, nos oráculos e nos jogos —, foi forte a ponto de mitigar os costumes guerreiros entre os

gregos, embora, é claro, não suficientemente forte para evitar dissensões bélicas entre as diferentes partes da nação grega, ou mesmo para impedir uma cidade ou confederação de cidades de se aliar com o inimigo persa, a fim de obter vantagem contra algum rival. A identidade de sentimentos entre os cristãos, embora fosse poderosa, não conseguiu, à época do Renascimento, impedir os Estados Cristãos, tanto os grandes como os pequenos, de buscar o auxílio do sultão em suas guerras de uns contra os outros. E atualmente não existe ideia alguma que, espera-se, venha a exercer uma autoridade unificadora dessa espécie. Na realidade, é por demais evidente que os ideais nacionais, pelos quais as nações se regem nos dias de hoje, atuam em sentido oposto. Algumas pessoas tendem a profetizar que não será possível pôr um fim à guerra, enquanto a forma comunista de pensar não tenha encontrado aceitação universal. Mas esse objetivo, em todo caso, está muito remoto, atualmente, e talvez só pudesse ser alcançado após as mais terríveis guerras civis. Assim sendo, presentemente, parece estar condenada ao fracasso a tentativa de substituir a força real pela força das ideias. Estaremos fazendo um cálculo errado se desprezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência.

Passo agora, a acrescentar algumas observações aos seus comentários. O senhor expressa surpresa ante o fato de ser tão fácil inflamar nos homens o entusiasmo pela guerra, e insere a suspeita de que neles exige em atividade alguma coisa — um instinto de ódio e de destruição — que coopera com os esforços dos mercadores da guerra. Também nisto apenas posso exprimir meu inteiro acordo. Acreditamos na existência de um instinto dessa natureza, e durante os últimos anos temo-nos ocupado realmente em estudar suas manifestações. Permita-me que me sirva dessa oportunidade para apresentarlhe uma parte da teoria dos instintos que, depois de muitas tentativas hesitantes e muitas vacilações de opinião, foi formulada pelos que trabalham na área da psicanálise?

De acordo com nossa hipótese, os instintos humanos são de apenas dois tipos: aqueles que tendem a preservar e a unir — que denominamos ‘eróticos’, exatamente no mesmo sentido em que Platão usa a palavra ‘Eros’ em seu Symposium, ou ‘sexuais’, com uma deliberada ampliação da concepção popular de ‘sexualidade’ —; e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo. Como o senhor vê, isto não é senão uma formulação teórica da universalmente conhecida oposição entre amor e ódio, que talvez possa ter alguma relação básica com a polaridade entre atração e repulsão, que desempenha um papel na sua área de conhecimentos. Entretanto, não devemos ser demasiado apressados em introduzir juízos éticos de bem e de mal. Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro; os fenômenos da vida surgem da ação confluyente ou mutuamente contrária de ambos. Ora, é como se um instinto de um tipo dificilmente pudesse operar isolado; está sempre acompanhado — ou, como dizemos, amalgamado — por determinada quantidade do outro lado, que modifica o seu objetivo, ou, em determinados casos, possibilita a consecução desse objetivo. Assim, por exemplo, o instinto de autopreservação certamente é de natureza erótica; não obstante, deve ter à sua disposição a agressividade, para atingir seu propósito. Dessa forma, também o instinto de amor, quando dirigido a um objeto, necessita de alguma contribuição do instinto de domínio, para que obtenha a posse desse objeto. A dificuldade de isolar as duas espécies de instinto em suas manifestações reais, é, na verdade, o que até agora nos impedia de reconhecê-los.

Se o senhor quiser acompanhar-me um pouco mais, verá que as ações humanas estão sujeitas a uma outra complicação de natureza diferente. Muito raramente uma ação é obra de um impulso instintual único (que deve estar composto de Eros e destrutividade). A fim de tornar possível uma ação, há que haver, via de regra, uma combinação desses motivos compostos. Isto, há muito tempo, havia sido percebido por um especialista na

sua matéria, o professor G. C. Lichtenberg, que ensinava física em Göttingen, durante o nosso classicismo, embora, talvez, ele fosse ainda mais notável como psicólogo do que como físico.

Ele inventou uma ‘bússola de motivos’, pois escreveu: ‘Os motivos que nos levam a fazer algo poderiam ser dispostos à maneira da rosa-dos-ventos e receber nomes de uma forma parecida: por exemplo, "pão — pão — fama" ou "fama — fama — pão".’ De forma que, quando os seres humanos são incitados à guerra, podem ter toda uma gama de motivos para se deixarem levar — uns nobres, outros vis, alguns francamente declarados, outros jamais mencionados. Não há por que enumerá-los todos. Entre eles está certamente o desejo da agressão e destruição: as incontáveis crueldades que encontramos na história e em nossa vida de todos os dias atestam a sua existência e a sua força. A satisfação desses impulsos destrutivos naturalmente é facilitada por sua mistura com outros motivos de natureza erótica e idealista. Quando lemos sobre as atrocidades do passado, amiúde é como se os motivos idealistas servissem apenas de excusa para os desejos destrutivos; e, às vezes — por exemplo, no caso das crueldades da Inquisição — é como se os motivos idealistas tivessem assomado a um primeiro plano na consciência, enquanto os destrutivos lhes emprestassem um reforço inconsciente. Ambos podem ser verdadeiros.

Receio que eu possa estar abusando do seu interesse, que, afinal, se volta para a prevenção da guerra e não para nossas teorias. Gostaria, não obstante, de deter-me um pouco mais em nosso instinto destrutivo, cuja popularidade não é de modo algum igual à sua importância. Como consequência de um pouco de especulação, pudemos supor que esse instinto está em atividade em toda criatura viva e procura levá-la ao aniquilamento, reduzir a vida à condição original de matéria inanimada. Portanto, merece, com toda seriedade, ser denominado instinto de morte, ao passo que os instintos eróticos

representam o esforço de viver. O instinto de morte torna-se instinto destrutivo quando, com o auxílio de órgãos especiais, é dirigido para fora, para objetos.

O organismo preserva sua própria vida, por assim dizer, destruindo uma vida alheia. Uma parte do instinto de morte, contudo, continua atuante dentro do organismo, e temos procurado atribuir numerosos fenômenos normais e patológicos a essa internalização do instinto de destruição. Foi-nos até mesmo imputada a culpa pela heresia de atribuir a origem da consciência a esse desvio da agressividade para dentro. O senhor perceberá que não é absolutamente irrelevante se esse processo vai longe demais: é positivamente insano. Por outro lado, se essas forças se voltam para a destruição no mundo externo, o organismo se aliviará e o efeito deve ser benéfico.

Isto serviria de justificação biológica para todos os impulsos condenáveis e perigosos contra os quais lutamos. Deve-se admitir que eles se situam mais perto da Natureza do que a nossa resistência, para a qual também é necessário encontrar uma explicação. Talvez ao senhor possa parecer serem nossas teorias uma espécie de mitologia e, no presente caso, mitologia nada agradável. Todas as ciências, porém, não chegam, afinal, a uma espécie de mitologia como esta? Não se pode dizer o mesmo, atualmente, a respeito da sua física?

Para nosso propósito imediato, portanto, isto é tudo o que resulta daquilo que ficou dito: de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens. Segundo se nos conta, em determinadas regiões privilegiadas da Terra, onde a natureza provê em abundância tudo o que é necessário ao homem, existem povos cuja vida transcorre em meio à tranquilidade, povos que não conhecem nem a coerção nem a agressão. Dificilmente posso acreditar nisso, e me agradaria saber mais a respeito de coisas tão afortunadas. Também os bolchevistas esperam ser capazes de fazer a agressividade humana desaparecer mediante a garantia de satisfação de todas as necessidades materiais

e o estabelecimento da igualdade, em outros aspectos, entre todos os membros da comunidade. Isto, na minha opinião, é uma ilusão.

Eles próprios, hoje em dia, estão armados da maneira mais cautelosa, e o método não menos importante que empregam para manter juntos os seus adeptos é o ódio contra qualquer pessoa além das suas fronteiras. Em todo caso, como o senhor mesmo observou, não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra.

Nossa teoria mitológica dos instintos facilita-nos encontrar a fórmula para métodos indiretos de combater a guerra. Se o desejo de aderir à guerra é um efeito do instinto destrutivo, a recomendação mais evidente será contrapor-lhe o seu antagonista, Eros. Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos. Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual. A psicanálise não tem motivo por que se envergonhar se nesse ponto fala de amor, pois a própria religião emprega as mesmas palavras: ‘Ama a teu próximo como a ti mesmo.’ Isto, todavia, é mais facilmente dito do que praticado. O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala.

Uma queixa que o senhor formulou acerca do abuso de autoridade leva-me a uma outra sugestão para o combate indireto à propensão à guerra. Um exemplo da desigualdade inata e irremovível dos homens é sua tendência a se classificarem em dois tipos, o dos líderes e o dos seguidores. Esses últimos constituem a vasta maioria; têm necessidade de uma autoridade que tome decisões por eles e à qual, na sua maioria devotam uma submissão ilimitada. Isto sugere que se deva dar mais atenção, do que até

hoje se tem dado, à educação da camada superior dos homens dotados de mentalidade independente, não passível de intimidação e desejosa de manter-se fiel à verdade, cuja preocupação seja a de dirigir as massas dependentes.

É desnecessário dizer que as usurpações cometidas pelo poder executivo do Estado e a proibição estabelecida pela Igreja contra a liberdade de pensamento não são nada favoráveis à formação de uma classe desse tipo. A situação ideal, naturalmente, seria a comunidade humana que tivesse subordinado sua vida instintual ao domínio da razão. Nada mais poderia unir os homens de forma tão completa e firme, ainda que entre eles não houvesse vínculos emocionais. No entanto, com toda a probabilidade isto é uma expectativa utópica. Não há dúvida de que os outros métodos indiretos de evitar a guerra são mais exequíveis, embora não prometam êxito imediato. Vale lembrar aquela imagem inquietante do moinho que mói tão devagar, que as pessoas podem morrer de fome antes de ele poder fornecer sua farinha.

O resultado, como o senhor vê, não é muito frutífero quando um teórico desinteressado é chamado a opinar sobre um problema prático urgente. É melhor a pessoa, em qualquer caso especial, dedicar-se a enfrentar o perigo com todos os meios à mão. Eu gostaria, porém, de discutir mais uma questão que o senhor não menciona em sua carta, a qual me interessa em especial. Por que o senhor, eu e tantas outras pessoas nos revoltamos tão violentamente contra a guerra? Por que não a aceitamos como mais uma das muitas calamidades da vida? Afinal, parece ser coisa muito natural, parece ter uma base biológica e ser dificilmente evitável na prática. Não há motivo para se surpreender com o fato de eu levantar essa questão. Para o propósito de uma investigação como esta, poder-se-ia, talvez, permitir-se usar uma máscara de suposto alheamento. A resposta à minha pergunta será a de que reagimos à guerra dessa maneira, porque toda pessoa tem o direito à sua própria vida, porque a guerra põe um término a vidas plenas de esperanças,

porque conduz os homens individualmente a situações humilhantes, porque os compele, contra a sua vontade, a matar outros homens e porque destrói objetos materiais preciosos, produzidos pelo trabalho da humanidade. Outras razões mais poderiam ser apresentadas, como a de que, na sua forma atual, a guerra já não é mais uma oportunidade de atingir os velhos ideais de heroísmo, e a de que, devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos de destruição, uma guerra futura poderia envolver o extermínio de um dos antagonistas ou, quem sabe, de ambos. Tudo isso é verdadeiro, e tão incontestavelmente verdadeiro, que não se pode senão sentir perplexidade ante o fato de a guerra ainda não ter sido unanimemente repudiada.

Sem dúvida, é possível o debate em torno de alguns desses pontos. Pode-se indagar se uma comunidade não deveria ter o direito de dispor da vida dos indivíduos; nem toda guerra é passível de condenação em igual medida; de vez que existem países e nações que estão preparados para a destruição impiedosa de outros, esses outros devem ser armados para a guerra. Mas não me deterei em nenhum desses aspectos; não constituem aquilo que o senhor deseja examinar comigo, e tenho em mente algo diverso. Penso que a principal razão por que nos rebelamos contra a guerra é que não podemos fazer outra coisa. Somos pacifistas porque somos obrigados a sê-lo, por motivos orgânicos, básicos. E sendo assim, temos dificuldade em encontrar argumentos que justifiquem nossa atitude.

Sem dúvida, isto exige alguma explicação. Creio que se trata do seguinte. Durante períodos de tempo incalculáveis, a humanidade tem passado por um processo de evolução cultural (Sei que alguns preferem empregar o termo 'civilização'). É a esse processo que devemos o melhor daquilo em que nos tornamos, bem como uma boa parte daquilo de que padecemos. Embora suas causas e seus começos sejam obscuros e incerto o seu resultado, algumas de suas características são de fácil percepção. Talvez esse processo

esteja levando à extinção a raça humana, pois em mais de um sentido ele prejudica a função sexual; povos incultos e camadas atrasadas da população já se multiplicam mais rapidamente do que as camadas superiormente instruídas. Talvez se possa comparar o processo à domesticação de determinadas espécies animais, e ele se acompanha, indubitavelmente, de modificações físicas; mas ainda não nos familiarizamos com a ideia de que a evolução da civilização é um processo orgânico dessa ordem. As modificações psíquicas que acompanham o processo de civilização são notórias e inequívocas. Consistem num progressivo deslocamento dos fins instintuais e numa limitação imposta aos impulsos instintuais. Sensações que para os nossos ancestrais eram agradáveis, tornaram-se indiferentes ou até mesmo intoleráveis para nós; há motivos orgânicos para as modificações em nossos ideais éticos e estéticos. Dentre as características psicológicas da civilização, duas aparecem como as mais importantes: o fortalecimento do intelecto, que está começando a governar a vida instintual, e a internalização dos impulsos agressivos com todas as suas conseqüentes vantagens e perigos.

Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi inculcada pelo processo de civilização, e por esse motivo não podemos evitar de nos rebelar contra ela; simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional; nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra, digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente, parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades.

E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das conseqüências de uma guerra futura, venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça

de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto se realizará, não podemos adivinhar. Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra.

Espero que o senhor me perdoe se o que eu disse o desapontou, e com a expressão de toda estima, subscrevo-me,

Cordialmente,

Sigm. Freud